

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

4º | SEMANA ACADÊMICA de Relações Internacionais



ANAIS DO EVENTO

ORGANIZADORES

Ana Luiza Vedovato

Bibiana Poche Florio

Dionathan Ysmael Rodrigues da Silva

ANAIS DA IV SEMANA ACADÊMICA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
ÁFRICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)

Santa Maria, RS

Outubro de 2015

S471a Semana Acadêmica de Relações Internacionais
(4. : 2013 : Santa Maria, RS)

Anais [recurso eletrônico] da IV Semana Acadêmica de Relações Internacionais, [entre os dias 4 e 8 de novembro de 2013] / organizadores, Ana Luiza Vedovato, Bibiana Poche Florio, Dionathan Ysmael Rodrigues da Silva. – Santa Maria : UFSM, CCSH, Curso de Relações Internacionais, 2015.

148 p. : il. ; 30 cm

Tema: África: desafios e perspectivas

Disponível em: www.nucleoprisma.org

ISSN 2318-7212

1. Ciência política 2. Relações internacionais
3. Política internacional 4. Cooperação internacional
5. Eventos I. Vedovato, Ana Luiza II. Florio, Bibiana
Poche III. Silva, Dionathan Ysmael Rodrigues da
IV. Título.

CDU 327(063)

Ficha catalográfica elaborada por Alenir Inácio Goularte - CRB-10/990
Biblioteca Central da UFSM

COMISSÃO ORGANIZADORA – IV SARI

Diretório Acadêmico de Relações Internacionais Oswaldo Aranha (DARI-OA)

Gestão 2013/2014

Arthur Lersch Mallmann, Cecília Maieron Pereira, Filipe Seefeldt de César, Gustavo Manduré, Juliana Peters Aires, Maykon Denardi Proença, Ranier Nemitz, Victor de Carli Lopes

Demais colaboradores

Alessandra Jungs de Almeida, Ana Luiza Vedovato, Bibiana Poche Florio, Bruna Toso de Alcântara, Cristiani Oliveira, Dionathan Ysmael Rodrigues da Silva, Guilherme Mezzon Mezzari, Prof. Dr. José Renato Ferraz da Silveira, Mónica Montana Martínez, Rui Tiago de Moraes Alves, Wagner Azevedo

RELATORIA DAS ATIVIDADES

Ana Luiza Vedovato

FOTOGRAFIAS

Alessandra Jungs de Almeida

Nota: os trabalhos assinados exprimem conceitos da responsabilidade de seus autores, coincidentes ou não com os pontos de vista da Comissão Organizadora da IV SARI e dos Anais do evento.

Todos os direitos reservados: proibida a reprodução total ou parcial, sem a prévia autorização do Núcleo, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos ou videográficos. Vedada a memorização e/ou recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de quaisquer partes desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e §§, do Código Penal, cf Lei nº 6.895, de 17-12-1980) com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 122, 123, 124 e 126, da Lei nº 5.988 de 14-12-1973, Lei dos Direitos Autorais).

PARECERISTAS DOS TRABALHOS ACADÊMICOS – ANAIS IV SARI

Prof.^a Dr.^a Daniela Dias Kühn

Curso de Ciências Econômicas (UFSM) e Curso de Relações Internacionais (UFSM)

Prof.^a Danielle Jacon Ayres Pinto

Curso de Relações Internacionais (UFSM)

Prof. Diego Trindade D'Ávila Magalhães

Curso de Relações Internacionais (UFSM)

Prof. Igor Castellano da Silva

Curso de Relações Internacionais (UFSM)

Prof.^a Dr.^a Giuliana Redin

Curso de Direito (UFSM) e Curso de Relações Internacionais (UFSM)

Prof. Günther Richter Mros

Curso de Relações Internacionais (UFSM)

Prof. Dr. José Renato Ferraz da Silveira

Curso de Relações Internacionais (UFSM)

Prof.^a Dr.^a Maria Catarina Chitolina Zanini

Curso de Ciências Sociais (UFSM)

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
Agradecimentos	8
Programação	10
Apresentação de trabalhos.....	11
Prefácio	12
<i>Relações Internacionais da África: Mitologia, teoria e o papel de potências regionais e globais. Igor Castellano da Silva</i>	<i>13</i>
Artigos	35
<i>A infração dos Direitos Humanos na perseguição dos albinos negros na Tanzânia: o que pode ser feito para mudar esta realidade? Ana Laura Anschau</i>	<i>36</i>
<i>O neocolonialismo e os impactos do imperialismo britânico no sul do continente africano. Juliano dos Santos Bravo</i>	<i>51</i>
<i>Naufrágios de outubro de 2013: análise sobre a relação migratória África-Europa na esfera da “ilegalidade”. Alice Lopes Mattos e Éricka Aguirre de Melo</i>	<i>66</i>
<i>Crise de 1929 e marginalização do povo afro-americano: o contexto do surgimento do Blues. Alex da Silva Rodrigues e Filipe Seefeldt de César</i>	<i>82</i>
<i>O protagonismo brasileiro no desenvolvimento dos países de baixo IDH no continente africano. Alessandra Jungs de Almeida</i>	<i>95</i>
Palestras e mesas de debate – Relatorias de Ana Luiza Vedovato.....	111
<i>A África e os mitos que a permeiam o imaginário internacional. Palestra Magna de Igor Castellano da Silva</i>	<i>112</i>
<i>O cenário africano: imaginário e desconstrução. Palestra Magna de Xaman Korai</i>	<i>114</i>
<i>Política externa pós Era Lula e o continente africano. Mesa de debate com Creomar Lima de Souza.....</i>	<i>116</i>
<i>A política externa brasileira e seu "efeito sanfona" nas relações com a África. Mesa de debate com Daniel Duarte Flora de Carvalho</i>	<i>118</i>
<i>As dicotomias da assistência alimentar no continente Africano. Palestra de Thiago Lima</i>	<i>121</i>
<i>Em diálogo com a fotografia, exuberância da beleza natural africana choca-se com mazelas sociais. Palestra de Tatiana de Souza Leite Garcia</i>	<i>124</i>
<i>A questão da segurança humana no continente africano. Palestra de Mônica Montana Martínez Ribas</i>	<i>127</i>

<i>África: o berço da "Humanidade".</i> Coordenação de mesa de debate por Almir Floriano Pedroso	129
<i>A atuação do Tribunal Penal Internacional nos casos africanos. Mesa de debate com Giuliana Redin</i>	130
<i>Complexa e singular: a África retratada de dentro. Mesa de debate com Ricardo Ossagô</i>	132
<i>Uma salva de palmas às RI e a José Flavio Sombra Saraiva. Palestra de encerramento da IV SARI com José Flávio Sombra Saraiva</i>	134
Anexos	137

APRESENTAÇÃO

A IV Semana Acadêmica de Relações Internacionais tratou de discutir a África sob diversas vertentes. Desde os preconceitos, os mitos, a política externa brasileira – em seus desafios e dilemas quanto a inserção na África -, a segurança hídrica e um panorama geral do que a África significa para a atual conjuntura da política internacional.

Foi uma semana muito produtiva e enriquecedora. Tivemos excelentes palestrantes aliada a uma temática envolvente e inquisitiva que nos deram um toque de refinamento e de intenso brilhantismo intelectual.

A IV Semana Acadêmica produziu uma série de conhecimentos fundamentais para o arcabouço enciclopédico dos discentes e de todos os envolvidos sobre uma região geoestratégica tão essencial, pedra angular, para o profissional de relações internacionais.

Considero que o presente estudo reproduz fielmente – embora em menor medida – o impacto da IV Semana Acadêmica de Relações Internacionais.

—
José Renato Ferraz da Silveira
Professor Coordenador do Curso de Relações Internacionais (UFMS)



AGRADECIMENTOS

Entre os dias 4 e 8 de novembro de 2013, realizou-se a IV Semana Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O evento foi organizado pelo Diretório Acadêmico Oswaldo Aranha (DARI-OA), gestão 2013/2014; além de uma comissão de estudantes, servidores e professores, que se empenharam para sua realização. A edição em questão trouxe como tema “África - Desafios e Perspectivas”.

A IV SARI representa não somente um evento anual do curso, mas também um meio pelo qual os alunos podem aprender, interagir, dialogar e conviver com diversas temáticas atuais de sua área de estudo. Bem como, uma oportunidade de apresentarem pesquisas e trabalhos e tê-los publicados no anuário do evento. Além disso, poderem prestigiar a intensa programação da IV SARI, que contou com palestras, mesas-redondas, grupos de discussão, programação cultural (com shows, canto, poesia e demais apresentações artísticas). Com iniciativas como essa, acreditamos projetar o curso de R.I. na universidade, na cidade, na região e quiçá para muito além!

Muitas foram as pessoas envolvidas na organização da semana. Mãos que colaboraram, apoiaram e se envolveram, e mais do que isso, sustentaram um projeto que pôde, de fato, solidificar-se. De imediato, agradecemos ao apoio da Diretoria do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH), representada pelo professor Mauri Löbner, que acolheu, principalmente com suportes financeiros, membros do DARI-OA e da comissão organizadora do evento que se empenharam para a gestação e execução do que viria a ser apresentado em novembro como resultado de intensos esforços. Ademais, agradecemos a coordenação do curso de Relações Internacionais e a secretaria do curso, que se envolveram de igual maneira na construção da IV SARI desde seu início.

Além disso, agradecemos a UFSM e a própria cidade de Santa Maria (RS), locais estes que acolhem todos os anos estudantes de diversas localidades do estado do Rio Grande do Sul, do Brasil e até de fora do país. Um espaço que oportuniza estudos de qualidade, em uma universidade pública e gratuita; bem como a convivência com a pluralidade de pessoas que marcam a vivência no município.

Especial agradecimento ao Museu Treze de Maio e seus membros e colaboradores. O apoio e a parceria do “Treze” foram importantes não somente para a divulgação e o fortalecimento de nosso evento, mas também como parte importante da agenda da Semana da Consciência Negra de Santa Maria, tendo também contribuído para a diversificação da programação da IV SARI em diversos aspectos.

Não podemos deixar de lembrar os professores palestrantes, debatedores, guias de grupos de discussões e os professores pareceristas dos anais da IV SARI que toparam avaliar os artigos submetidos ao evento. À vocês, nosso muito obrigado!

Parabenizamos, em especial, os esforços dos articulistas. Pessoas que submeteram trabalhos, os ajustaram sempre que necessário e apresentaram seus resultados. Os anais simbolizam não só uma publicação, mas a concretização do trabalho de vocês.

Por fim, lembramos também os participantes do evento e a comunidade acadêmica do curso de Relações Internacionais da UFSM, que contribuíram se inscrevendo e interagindo nas atividades propostas, e, principalmente fazendo parte do esforço em construir cada dia um curso maior e melhor. Obrigado por estarem presentes nesses dias de evento. Sem a presença de vocês nada disso seria possível!

A Comissão Organizadora dos Anais

PROGRAMAÇÃO

Dia	Atividades	
	Manhã	Tarde
Segunda-feira (04/11/2013)	Credenciamento	Palestra Magna: África e as Relações Internacionais Convidados: Xaman Korai e Igor Castellano
Terça-feira (05/11/2013)	Apresentação de Trabalhos	Mesa de debate: Relações Brasil-África Convidados: Daniel Duarte Flora Carvalho e Creomar Carvalho de Souza
Quarta-feira (06/11/2013)	Grupos de Discussões	Palestra: Alterações Climáticas, Segurança Alimentar e Hídrica no Continente Africano Convidados: Thiago Lima, Mónica Montana e Tatiana de Souza Leite Garcia
Quinta-feira (07/11/2013)	Apresentação de trabalhos	Mesa de debate: Conflitos e Direitos Humanos Convidados: Ricardo Ossagô, Giuliana Redin e Almir Floriano
Sexta-feira (08/11/2013)	Palestra de Encerramento: Democratização na África Convidado: José Flávio Sombra Saraiva	Encerramento Cultural

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

A apresentações de trabalhos selecionados, conforme edital da chamada de trabalhos da IV SARI e avaliação prévia de professores do curso de Relações Internacionais da UFSM, aconteceu obedecendo o seguinte cronograma:

Apresentação de trabalhos – Terça-feira (05/11/2013), das 9h às 12h

Comissão avaliadora: Prof. Dr.^a Giuliana Redin (UFSM) e Prof.^a Carla R. Holand (UFSM)

A INFRAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA PERSEGUIÇÃO DOS ALBINOS NEGROS NA TANZÂNIA. Ana Laura Anschau (UFSM)

O NEOCOLONIALISMO E OS IMPACTOS DO IMPERIALISMO BRITÂNICO NO SUL DO CONTINENTE AFRICANO. Juliano dos Santos Bravo (UFSM)

A POLÍTICA MULTILATERAL DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA NAS QUESTÕES MIGRATÓRIA HUMANA E EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA BRASILEIRA. Bruna Ribeiro Troitinho (UFSM) e Jocieli Decol (UFSM)

NAUFRÁGIOS DE OUTUBRO DE 2013: ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO MIGRATÓRIA ÁFRICA-EUROPA NA ESFERA DA “ILEGALIDADE”. Alice Lopes Mattos (UFSM) e Éricka Aguirre de Melo (UFSM)

Apresentação de trabalhos – Terça-feira (05/11/2013), das 9h às 12h

Comissão avaliadora: Prof. Dr. José Renato Ferraz da Silveira e Prof.^a Dr.^a Daniela Dias Kuhn

O COLOSSO DA ÁFRICA. Matheus Dalbosco Pereira (UFSM)

CRISE DE 1929 E MARGINALIZAÇÃO DO POVO AFROAMERICANO: O CONTEXTO DO SURGIMENTO DO BLUES. Alex da Silva Rodrigues (UFSM) e Filipe Seefeldt de Césaró (UFSM)

A CÚPULA AMÉRICA DO SUL-ÁFRICA (AFRAS) E O EXERCÍCIO BRASILEIRO DE LIDERANÇA REGIONAL. Adriana Pilar Ferreira Albanus (UFRGS)

O PROTAGONISMO BRASILEIRO NO DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES DE BAIXO IDH NO CONTINENTE AFRICANO. Alessandra Jungs de Almeida (UFSM)

A LIGA DAS NAÇÕES E A SEGUNDA GUERRA ÍTALO-ETÍOPE. Victor De Carli Lopes (UFSM) e Guilherme de Almeida Pastl (UFSM).



PREFÁCIO

RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ÁFRICA: MITOLOGIA, TEORIA E O PAPEL DE POTÊNCIAS REGIONAIS E GLOBAIS¹

Igor Castellano da Silva²

INTRODUÇÃO

Um tema introdutório fundamental sobre as Relações Internacionais da África é o debate sobre o contexto. Metaforicamente falando, se pensássemos em qualquer construção civil, um debate inicial e prioritário seria acerca do terreno sobre o qual a nossa obra seria construída e sobre as adaptações necessárias para que ele estivesse apto à nossa construção. Analogamente, nas Ciências Sociais importa sempre o conhecimento básico (pano de fundo) que temos sobre um tema, e no caso da África ele é caracteristicamente escasso. No Brasil, a despeito de tentativas acadêmicas históricas e atuais de jorrar luz sobre a compreensão que temos sobre o continente africano, há ainda pouco espaço para a discussão sobre o tema na mídia e nos debates acadêmicos. Como resultado, o conhecimento que carregamos sobre África é limitado e baseado em uma gama de mitos que vão desde questões mais superficiais (senso comum) até leituras equivocadas no âmbito das Ciências Sociais, como um todo, e das Relações Internacionais (RI), em particular.

Esse texto procura introduzir brevemente estes mitos principais, mormente desta última esfera, e propor uma alternativa teórico-metodológica que possa contribuir para a produção de um conhecimento mais adequado acerca da África. Sugere que os avanços alcançados pela corrente do Novo Regionalismo podem trazer contribuições importantes para separarmos o joio do trigo no estudo das relações internacionais africanas – estabelecendo um arcabouço conceitual mais coerente e possibilitando uma análise mais ampla (interativa e multidimensional) das questões internacionais do continente. Em

¹ Este texto é baseado na fala proferida na IV SARI. Uma versão estendida deste artigo foi publicada sob o título “Mitologia e teoria de Relações Internacionais na África: avanços do novo regionalismo” na Revista InterAção, v.5, n.5, 2013, pp. 50-104.

² Professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestre em Ciência Política pela mesma Universidade. Pesquisador associado ao Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais de Santa Maria (PRISMA), ao Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), ao Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) e ao Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA). E-mail: igor.castellano@gmail.com.

seguida, aborda dois elementos cruciais nesse arcabouço conceitual como forma de exemplificar as possibilidades do estudo das RI da África, avaliando aspectos da agência africana (política externa das potências regionais) e da estrutura do sistema internacional (penetração extrarregional).

Desvendando mitos sobre a África: entre o pessimismo e otimismo

O estudo das Relações Internacionais da África é envolto por uma série de mitos do senso comum e das Ciências Sociais que influenciam pré-concepções sobre o papel do continente nas Relações Internacionais. Bastaria aqui referenciar que os **mitos do senso comum** são geralmente calcados em uma percepção de homogeneidade do continente, (i) em termos geográficos (vegetação e clima) e populacionais (raças, etnias e religião); (ii) em uma visão de ausência de progresso (absoluta falta de prosperidade); e (iii) na percepção de que o continente é amaldiçoado (sem riquezas ou capacidade produtiva). Já os **mitos que chegam às Ciências Sociais** geralmente pecam pelo erro de tipo I das pesquisas acadêmicas, a reprodução de verdades que não correspondem à realidade. Dentro desse escopo inclui-se a percepção simplista, sustentada por estudos superficiais, (i) de que no continente existem apenas regimes autoritários e uma generalizada falta de mobilização social (desconsideração sobre a crescente democratização e histórica mobilização/politização); (ii) de que o Estado africano é muito forte e repressor (desconsiderando a baixa capacidade dos Estados em prover segurança, proteção, bens e serviços); e (iii) de que conflitos armados existentes no continente são centrados no enfrentamento étnico e que a brutalidade neles envolvida é claramente irracional e apolítica (simplificação e supervalorização do elemento étnico e equivalência equivocada entre brutalidade, irracionalidade e apoliticidade).

Para fins deste estudo, os **mitos próprios das Relações Internacionais** são os mais importantes. Podem-se elencar duas categorias de mitos nesse caso, os muito pessimistas e os deveras otimistas.

Os **pessimistas** assumem de antemão que a África não importa para as Relações Internacionais. Essa percepção é geralmente vinculada a uma leitura apressada da epistemologia e teoria neorealista. Argumenta-se que importam os países/regiões que

afetam (ou podem afetar) o equilíbrio sistêmico. No caso, a África não importaria (i) por seus países não terem poder para afetar o equilíbrio e (ii) por não ser alvo prioritário de disputas entre potências que o afetam. Entretanto, sob outras perspectivas a África é centralmente relevante para as Relações Internacionais tanto sob a forma de objeto quanto como de sujeito.

A África é objeto relevante para diversas vertentes teóricas da disciplina, tais como (i) marxismo, pós-colonialismo e Teoria Crítica, que abordam questões de dependência, imperialismo e hegemonia; (ii) neoinstitucionalismo e neofuncionalismo, que valorizam problemas da interdependência e da função das instituições regionais; (iii) do próprio neorealismo, ao analisar momentos em que a África se torna palco de disputas sistêmicas e alvo de interesses de potências tradicionais e emergentes; e (iv) do realismo neoclássico, que se importa com processos de construção dos Estados e de interação Estado-sociedade. Igualmente, o estudo da África traria perspectivas alternativas relevantes para a área de Análise de Política Externa (SHAW; NYANG'ORO, 1999, pp. 246-7).

A África também importa como sujeito das relações internacionais em termos empíricos. África e africanos são agentes das relações internacionais ao valer-se, pelo menos formalmente, de ideais coletivistas de integração, desenvolvimento e mudança e, como consequência, ao atuar mediante lideranças individuais e coletivas que são símbolos dessas ideias (TIEKU, 2011). Entre lideranças individuais africanas destacam-se as de relevância global histórica, como Gamal Abdel Nasser, Haile Salassiê, Kwame Nkrumah, Franz Fanon, Amílcar Cabral, Nelson Mandela, e de atuação recente, como Boutros-Boutros Gali e Kofi Annan (ambos ex-secretários gerais da ONU), entre tantas outras personalidades políticas, culturais, intelectuais e acadêmicas. Entre as lideranças coletivas, pode-se referenciar o papel destacado dos países africanos nas organizações internacionais, no Movimento dos Não-alinhados e no Pan-africanismo, movimento transnacional de caráter secular para o fortalecimento político, econômico e social dos povos africanos (BABARINDE, 1999, p. 218).

Além disso, há diversos motivos para se duvidar da passividade dos países africanos nas relações internacionais, a despeito de sua falta de capacidades materiais relativas. Situações diplomáticas diversas evidenciam países africanos como articuladores de

barganha e geram um questionamento fundamental estudos políticos: quem, afinal, usa quem? Tais situações diplomáticas emblemáticas ficam claramente sinalizadas com situações históricas e atuais. No primeiro caso, lembram-se as mudanças de eixo de alinhamento estratégico de Etiópia, Somália e Moçambique no contexto da Guerra Fria. No segundo, pode-se citar utilização por parte de Ruanda do discurso do trauma do genocídio para obter concessões e apoio internacional. Outro exemplo é a blindagem do governo de Robert Mugabe do Zimbábue frente a pressões internacionais mediante discursos anti-hegemônicos e a formação de coalizões regionais e com países em posição semelhante.

Entre os mitos excessivamente **otimistas** sobre o papel da África nas Relações Internacionais, importa o saudosismo atual acerca da ascensão da África como nova fronteira mundial comercial e de investimentos e como objeto de interesses geopolíticos, econômicos e estratégicos por parte de potências globais tradicionais e emergentes. O caráter mitológico desse tema dá-se não pela sua inveracidade, mas pela falta de maiores explicações sobre as características desse processo, seus elementos constituintes e limites.

Dois aspectos principais sustentam a percepção de que uma nova África está a emergir. O primeiro é econômico e pode ser exemplificado pelo crescimento exponencial que a maioria das economias do continente teve nas últimas décadas.³ Esse crescimento deveu-se a uma combinação entre aumento dos preços de *commodities* internacionais (e.g. petróleo e alimentos), incremento significativo dos Investimentos Externos Diretos (IED) e aumento do consumo das populações.

Houve o aumento do IED em mais de 400% desde 2000, combinado com novas descobertas de reservas de petróleo e gás em todo o continente (ROXBURGH *et al.*, 2010, p. 54). O incremento do consumo é representado pelo acesso a produtos de menor preço vindo de mercados emergentes, como China, e por uma expansão das classes médias, que hoje já correspondem a 34% da população continental. Atualmente, a maioria dos países do continente encontra-se em um processo de transição em que classes médias ocupam de 21

³ Algumas análises mais otimistas colocam este crescimento da última década no patamar de 5,7% e estimam que o crescimento africano passará o asiático no quinquênio 2011-2015, mantendo para os próximos 20 anos taxas médias de mais de 7% (THE ECONOMIST, 2011).

a 50% da população (DELOITTE, 2013; MUBILA; AISSA; LUFUMPA, 2011; WONACOTT, 2011).

O segundo aspecto que caracteriza a nova África é a renovação dos processos de integração regional. Em âmbito subregional, destaca-se a propagação de processos de integração que procuram dar respostas particulares para os desafios de desenvolvimento e segurança do continente. Em âmbito continental, salienta-se a renovação das instituições pan-africanas em fins da década de 1990, concretizadas na criação do *New Partnership for the African Development* (NEPAD) em 2001, da União Africana (UA) em 2002 e em diversos projetos complementares no âmbito da segurança, governança e desenvolvimento.

No âmbito da segurança, pode-se citar o Protocolo de Paz e Segurança de 2002 e o Conselho de Paz e Segurança da UA, além da *African Standby Force*, do *Continental Early Warning System* e do *Panel of the Wise*. No âmbito da governança, destaca-se o *African Peer Review Mechanism*, iniciativa para a promoção da paz pela democracia e governança baseada em mecanismos voluntários e autoimpostos (CASTELLANO DA SILVA, 2013a). No âmbito do desenvolvimento, além do NEPAD, projeto de redução do subdesenvolvimento, investimento em infraestrutura e proteção do desenvolvimento humana (hoje formalmente submetido à UA), destaca-se o recente PIDA (*Programme for Infrastructure Development in Africa*). Este, em seu Plano de Ação Prioritária (PAP), prevê o investimento de US\$ 68 bilhões até 2020 em projetos em infraestrutura, em setores de energia, transportes, potencial hídrico e telecomunicações (UA; AFDB; NEPAD, 2012, p. 6).

Imbricada nessa reconstrução do pan-africanismo encontra-se a disposição da UA de criar uma política para dialogar coletivamente com seus parceiros estratégicos. Esta realidade representa um novo esforço para inserir-se de maneira mais autônoma e soberana nas relações internacionais, qualificando lucidamente os desafios econômicos, políticos e estratégicos de situar-se como a “nova fronteira”.

Todavia, há desafios importantes para a sustentabilidade do projeto da nova África. Entre eles, pode-se citar a distribuição irregular da população no continente, o que tende a gerar centros urbanos muito populosos e zonas rurais/interioranas pouco habitadas (HERBST, 2000). A situação está conectada com as dificuldades no desenvolvimento de

produtividade agrícola no continente, que possui baixas taxas de crescimento de produtividade, se comparadas com demais regiões do globo (HARTMANN, 2008; MONSANTO, 2012, p. 7), e que sofre de uma nova corrida por aquisição de terras por atores públicos e privados estrangeiros (MOYO; YEROS; JHA, 2012).

Outra dificuldade básica relacionada é o déficit de infraestrutura. Ao comparar o agregado do continente com quatro países do BRICS (exceto África do Sul), tornam-se claras as capacidades limitadas africanas em termos de energia (2,4 vezes menos kw/h per capita) e de densidade de rodovias (4,9 vezes menos Km por 1000 Km²) e ferrovias (2,3 vezes menos Km por 1000 Km²) (ROXBURGH *et al.*, 2010, p. 47). A situação no âmbito da energia é preocupante. A despeito da grande disponibilidade de recursos energéticos, é limitado o acesso da população à energia elétrica (pior acesso per capita do mundo). Na média dos países pobres africanos, 79% da população não possui acesso à energia elétrica (VASILYEV; KORENDYASOV, 2013).

No âmbito da integração regional, a nova pujança dos projetos de integração é contrastada com a sua grande multiplicidade, superposição e baixa funcionalidade em âmbito econômico e securitário. Na esfera econômica, apesar do aumento do comércio intra-africano nas últimas décadas (20 vezes entre 1980-2010, frente ao aumento de 5 vezes do comércio da África com o mundo no mesmo período), o nível de comércio intracontinental gira em torno dos comeditos 12% (em relação ao comércio total), enquanto que o comércio subregional mantém níveis ainda menores (9,0% intra-SADC, 9,1% intra-CEDEAO, 4,8% intra-COMESA, 0,8% intra ECCAS e 2,6% intra-AMU) (AUC, 2013, p. 25). Em termos securitários, cumpre mencionar que, a despeito de a África apresentar crescente número de conflitos armados no período pós-Guerra Fria, intervenções militares africanas (autóctones) para enfrentar tais desafios têm sido historicamente escassas e de escopo reduzido em comparação com alternativas de instituições globais (ONU) ou de potências extrarregionais (França, EUA e Inglaterra) (WILLIAMS, 2011).

Da Mitologia à Teoria: insights sobre o novo regionalismo na África

Frente à recorrência de mitos na percepção popular e na análise acadêmica sobre África, uma das alternativas existentes neste segundo caso, especificamente na área de Relações Internacionais, é a utilização de arcabouços teórico-conceituais que possibilitem um modelo mais robusto de análise de fenômenos internacionais no continente. Dentre eles, pode-se citar o da corrente do Novo Regionalismo, que avançou significativamente nas últimas décadas em epistemologia, teoria e metodologia de análise das regiões.

Novo Regionalismo aqui se refere como o fenômeno atual (pós-Guerra Fria) do aumento da importância das regiões em termos empíricos e teóricos. Em termos empíricos, importa os avanços quantitativos e qualitativos nos movimentos de efetivação e formalização de projetos de cooperação regional. Com o fortalecimento e a expansão das organizações regionais (ACHARYA, 2007; HURRELL, 2007; KATZENSTEIN, 2005; NOLTE, 2010, p. 882), alguns autores chegam a mencionar que a regionalização e o regionalismo são atualmente a força motriz da política global (FAWCETT, 2004, p. 431; FAWN, 2009, p. 5; SÖDERBAUM; SHAW, 2003). Em âmbito teórico, importa a evolução do estudo das regiões. Análises regionais tornam-se mais complexas e menos simplificadoras, valendo-se da interatividade, multidimensionalidade e progressividade.

A **interatividade** refere-se ao uso de dinâmicas e interações entre atores estatais e não estatais como forma de delimitação de regiões, em oposição a delimitações preconcebidas a partir da geografia ou de organizações regionais de integração – elementos que são tratados apenas como um dos aspectos da regionalização (fenômeno empírico de incremento de dinâmicas regionais) e do regionalismo (movimento político em direção à integração). A **multidimensionalidade** diz respeito às diferentes esferas de interação, que no mundo real não abarcam isoladamente questões econômicas, ou políticas, ou securitárias, ou sócio-identitárias – mas todas elas integradas. A **progressividade** está envolvida no diálogo com conceitos próprios da teoria de Relações Internacionais e com a possibilidade que esse diálogo crítico pode trazer para o progresso da disciplina, em termos lakatosianos (capacidade explicativa e preditiva de programas de pesquisa científica).

Essas características colaboram para o estudo dos regionalismos no Sul. Particularidades dessas regiões em desenvolvimento (incapacidades do Estado e desafios do desenvolvimento) refletem necessidades de esforços específicos na leitura de seus regionalismos. Por exemplo, nesses casos é fundamental perceber a interação entre regionalização e globalização como processos complementares, mas também conflitantes, já que a globalização traz possibilidades, mas também intensifica assimetrias. Igualmente, as particularidades e dificuldades nos processos de construção do Estado dão relevância a aspectos da participação de atores não estatais nas interações regionais e à multidimensionalidade dessas interações. Além disso, o papel de potências regionais e da penetração extrarregional também acaba sendo destacado na avaliação de aspectos da agência e da estrutura nos sistemas regionais do continente. As próximas seções procuram apresentar algumas ideias sobre estes dois últimos pontos.

Ser ou não ser... Potências regionais na África

O regionalismo no Sul envolve o fenômeno da emergência de **potências regionais** no sistema internacional, articulando suas regiões em seu eixo gravitacional e possibilitando incremento de capacidades e de legitimidade nesse pleito. A regionalização acaba sendo necessidade estratégica fundamental das potências regionais em sua meta de ascensão global (ODÉN, 2000, p. 261). Por outro lado, as potências regionais do Sul experimentam – devido aos seus desafios e disputas internos e a incapacidades materiais específicas no provimento de bens regionais – contestação de sua liderança, o que complexifica todo o processo (KHADIAGALA; LYONS, 2001, pp. 3,7; KHADIAGALA, 2001, p. 131).

Para avaliarmos os dilemas envolvidos na ação das potências regionais africanas, a primeira etapa seria identificar quais seriam estas potências. A avaliação poderia focar idealmente em elementos materiais e imateriais que sustentariam o poder de atuação dos países.⁴ Por um lado, capacidades materiais podem determinar as capacidades de um país

⁴ Para Buzan e Weaver (2003) – assim como para Frazier e Stewart-Ingersoll (2010), Nolte (2010), Destradi (2008), Nabers (2010) e Schirm (2009) – há dois grupos principais de elementos que deveriam ser levados em consideração na avaliação de potência. O primeiro grupo engloba elementos tradicionalmente utilizados pelo

exercer liderança no continente (FRAZIER; STEWART-INGERSOLL, 2010, p. 737). Por outro, elementos como interesse (vontade em exercer liderança) e reconhecimento (capacidade empírica de liderar) são aspectos chave para a concretização do poder (COX, 1996, p. 127). Um segundo passo para esta elaboração teórica seria a avaliação de se e como estas potências afetam comportamentos e estruturas continentais e/ou subregionais (padrões de cooperação e conflito dentro das dinâmicas regionais) e até que ponto elas possuem autonomia frente à penetração extrarregional (investimentos, comércio e intervenções político-militares).

A avaliação de potências regionais na África em termos de capacidades materiais envolve, por si só, dificuldades importantes. Há diversas posições acerca da proposta mais adequada de mensuração de capacidades estatais (HÖHN, 2011). Para fins desse estudo poderíamos utilizar dados desagregados referentes ao poder potencial e poder concreto ou valer-se de índices já produzidos. Em ambos os casos a avaliação de uma potência regional deve ser relativa - direcionada à observação de capacidades excedentes em relação a demais países (% sobre capacidades regionais) (LEMKE, 2010). Neste caso, análises quantitativas destacam as capacidades excedentes de países como Argélia, Nigéria, Etiópia, Egito, África do Sul, Líbia em indicadores de poder potencial, como território, população, PIB nominal e gastos militares. Em indicadores relacionados ao poder concreto, como contingente militar e índice CINC⁵, estes e outros países como Angola, Marrocos e República Democrática do Congo acabam se destacando.⁶

Entretanto, ao passar para a análise de capacidades imateriais alguns paradoxos começam a surgir. No que diz respeito ao interesse em atuar como potência continental,

realismo teórico: as capacidades materiais. No lado do realismo defensivo, Kenneth Waltz ressalta a distribuição de capacidades materiais entre os fatores que compõe a estrutura e considera fatores como território, população, recursos naturais, riqueza, força militar, estabilidade política e competência como qualidades de uma potência que determina a polaridade do sistema. No lado do realismo ofensivo, John Mearsheimer argumenta que as capacidades de os Estados maximizarem poder no sistema estão relacionadas com a disponibilidade de poder concreto (capacidade militar, sobretudo, exércitos) e poder potencial (tamanho da população e riqueza) (MEARSHEIMER, 2001; WALTZ, 1979). Já o segundo grupo é mais ligado a critérios comportamentais, tais como o reconhecimento formal de um país como líder regional e a necessidade de que cálculos políticos dos membros da região levem em consideração os países mais poderosos.

⁵ O Índice CINC (*Composite Index of National Capability*) é uma medida estatística de Poder Nacional do projeto Correlates of War que engloba a relação entre população total, população urbana, produção de ferro e aço, consumo de energia primária, gasto militar e contingente militar.

⁶ A análise dos dados que sustentam estas afirmativas encontra-se em Castellano da Silva (2013b, pp. 71-2).

por exemplo, há casos em que a atuação é ativa, outros em que os interesses parecem ser reduzidos. No primeiro caso, África do Sul, Nigéria e Líbia pareciam ter, no pós-Guerra Fria, um projeto continental ambicioso. A construção do NEPAD e a reforma da União Africana teve grande suporte desses países, sobretudo dos dois primeiros (CASTELLANO DA SILVA, 2013; LANDSBERG, 2010, pp. 144-5). A Líbia, por exemplo, valeu-se das capacidades adquiridas com as reformas promovidas pelo regime de Kadafi e avançou na década de 1990 em direção ao continente africano, estabelecendo um projeto autonomista-desenvolvimentista. Buscava construir uma base de suporte que possibilitasse uma alternativa estratégica frente ao imbróglio do Oriente Médio e às eventuais pressões internacionais (MAKINDA; OKUMU, 2008, pp. 31-4).⁷

Outros países, a despeito de possuírem capacidades materiais destacadas, não parecem dispor de interesses tão claros na liderança regional. Etiópia, Egito, Argélia e Marrocos são exemplos desse caso. Nesse grupo, apenas a Argélia possuiu, em breve período de discussão da renovação das instituições continentais, ambições de liderança para além de sua região. Egito, por seu turno, apesar de parecer se importar com a relevância do continente para a legitimidade de suas ambições globais, sobretudo para a reforma do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), não dispõe de projeto claro para a região, permanecendo voltado mais aos problemas do Oriente Médio (TAHA, 2013).

Há outros casos emblemáticos. Angola posiciona-se como uma potência regional em emergência, contudo não dispõe de projeto de atuação para além de sua região de segurança vital (Rep. Democrática do Congo e Rep. do Congo) ou dos PALOPs africanos. Rep. Democrática do Congo foi historicamente um caso de potência regional e mantém capacidades potenciais para isto. Entretanto, sua crise atual (relacionada ao processo de construção do Estado e a rivalidades subregionais) posiciona esse país em estado de espera para uma ascensão mais sustentável. Senegal é um caso simbólico por situar-se em lado oposto. Possui poucas capacidades materiais significativas, mas dispõe de interesses em

⁷ Kadafi direcionou grande parte de seu fundo soberano de US\$ 70 bilhões para a África e investiu principalmente através do seu *Libya Arab Africa Investment Company* (Laaico) e do *Libya African Investment Portfolio* (LAP) em projetos de petróleo, gás, telecomunicações e em setores agrícola, florestal e hoteleiro (LTIMES, 2011; REUTERS, 2011).

participar de processos políticos subregionais e continentais relevantes, dentre eles a liderança junto à CEDEAO e às articulações de criação do NEPAD (AU, 2007; DIALLO, 2012).

Todavia, interesses não são tudo no âmbito das capacidades imateriais. Para esses países importam também o reconhecimento de sua liderança – o que para muitos é ainda diminuto. Por exemplo, África do Sul e Nigéria possuem ambição de representar a África para além do continente. Essa ambição é mais claramente percebida em seu pleito de ocupar um assento permanente no CSNU, para o qual articulam (ora em competição, ora em cooperação) a possibilidade de obtenção dos possíveis dois assentos permanentes africanos (BOSCO, 2013; NESNERA, 2006; ORI, 2009). Entretanto, nenhum dos dois países dispõe de apoio incontestável dos vizinhos africanos nesse pleito. África do Sul também possui ambição em ser a voz do continente em sua participação no grupo BRICS, argumentando a favor de sua posição como *gateway* do continente (GAMES, 2012; KAHN, 2011; THE ECONOMIST, 2012). Entretanto, tanto a sua posição prática como *gateway* quanto à aceitação de sua representativa estão longe de ser realidade garantida (DRAPER; SCHOLVIN, 2012; MUSIITWA; WACHIRA, 2012; PENCE, 2012), demonstrando os limites da liderança regional sul-africana, sempre constrangida pelo legado histórico do Apartheid (FLEMES, 2009). Outros limites para a liderança das potências continentais são: a falta de cooperação entre elas (LANDSBERG, 2008, pp. 204-6), a falta de ações para o convencimento dos liderados (ABRAHAMSSON, 2000, p. 280; ODÉN, 2000, p. 258; PEDERSEN, 2002) e a falta de capacidades reais mais significativas para competir com a (e de projeto viáveis para beneficiar-se ou proteger-se da) penetração externa. Nesse último ponto, importa compreender quais são os principais projetos de penetração extrarregional no continente e como eles contribuem para o desenvolvimento, a soberania e a autonomia da região.

Qual é o preço da ajuda? Competição global pela África

A assimetria de poder do sistema internacional em desfavor das regiões do Sul, adicionada aos processos históricos do colonialismo e imperialismo que, como base de

expansão do sistema capitalista, constituíram estruturas de vinculação e dependência que mantêm vivos os mecanismos de **penetração extrarregional**. Esta ocorre por meio de penetração material (econômica, política e militar) e simbólica (cultural e ideológica) de atores estatais e não estatais dos países centrais e emergentes, mediante conexões com grupos de interesse locais. Tal penetração pode, no entanto, ter características positivas ou negativas para o desenvolvimento, a segurança e a autonomia local, de acordo com o conteúdo ético que carrega. Assim, importa compreender que diferentes perfis de penetração de potências extrarregionais são capazes de refletir nos desafios de desenvolvimento e segurança, na soberania e na autonomia dos países africanos, tendo em vista que *“building stronger states is virtually the only way in which the vicious circle of unstable states and an unstable security environment can be broken”* (AZAR; MOON, 1988, p. 40).

A esse respeito, seria possível dividir o conteúdo ético e as consequências imediatas da penetração das principais potências globais (tradicionais e emergentes) e de atores não estatais na África em três eixos. O primeiro eixo é o de reprodução de dependências; o segundo é predominantemente ambíguo, cuja lógica dependência/autonomia é ainda incerta; e o terceiro é aquele que sinaliza aparentemente as possibilidades de redução parcial de dependências. Para fins deste texto, optou-se por exemplificar casos específicos dentro dos modelos propostos.

O modelo de reprodução de dependências parece ser estar presente na atuação dos Estados Unidos e das principais forças coloniais dos séculos XIX e XX, França e Grã-Bretanha. Foca-se aqui nos casos EUA e França. Para EUA e França, a importância estratégica do continente africano aumentou consideravelmente na primeira década dos anos 2000 (IISS, 2010:283). Se o surgimento do terrorismo na África passou a importar principalmente a partir dos ataques de 1998 às embaixadas norte-americanas em Dar-es Salaam e Nairóbi, o estopim para uma atuação mais assertiva dos EUA no continente foi o ataque de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque (ESTERHUYSE, 2008). A partir do lançamento da guerra global ao terror, a África, principalmente no Magreb, Chifre e Sahel, foi vista como região estratégica. Em 2002, houve o estabelecimento do *Combined Joint Task Force-Horn of Africa*

(CJTF-HOA), uma iniciativa dos EUA em conjunto com os países do Chifre da África para atuar contra o surgimento e a ação de grupos terroristas na região. A parceria resultou no estabelecimento de 2.500 tropas americanas constantemente baseadas no Djibuti, país de importância geopolítica central também pela proximidade do Golfo Pérsico. Já em 2007, a penetração se tornou mais ambiciosa, com o anúncio da criação do Comando Africano (AFRICOM).⁸

Embora houvesse otimismo por parte de alguns autores em relação ao papel positivo da presença do AFRICOM no que diz respeito à *construção de capacidades* (ESTERHUYSE, 2008), a realidade verificada até o momento não reduz dependências e envolve sobretudo o *fornecimento de capacidades*: o estabelecimento de missões de suporte a operações militares de países Africanos⁹, a patrulha de zonas costeiras e a realização de operações militares com ou sem o consentimento dos países do continente, sejam elas unilaterais (e.g. ataques aéreos a focos terroristas na Somália)¹⁰ ou multilaterais, como no suporte militar às operações contra grupos insurgentes na África Central e a operação da OTAN na Líbia. Se comprovada a preponderância da segunda opção, a segurança regional africana parece sair prejudicada.

A França passou de um período de desengajamento após 1994 (crise em Ruanda) para um novo intervencionismo travestido de multilateralismo – representado pela Nova Política Externa para a África. O novo intervencionismo francês teve seus momentos mais dramáticos nas recentes intervenções em Costa do Marfim e Líbia, ambas legitimadas por instituições multilaterais. Importa referir que esse novo avanço francês para a África, concretizado na política externa neoconservadora de Nicolas Sarkozy, esteve diretamente relacionado à tentativa de recuperação de espaços perdidos no continente e à importância

⁸ **AFRICOM** – Comando inaugurado em outubro de 2008. Anteriormente, a responsabilidade pela África dentro do Pentágono se dividia entre o Comando Europeu (EUCOM), o do Pacífico (PACOM) e o Central (CENTCOM). Ao contrário do que se esperava, com a posse de Obama, o orçamento destinado ao Comando cresceu de US\$310,00 milhões em 2009 para US\$1,014 bilhões em 2010 (IISS, 2010, p. 288). Importa que, mesmo antes do estabelecimento do AFRICOM, em 2006 a marinha dos EUA passava, em um período de seis meses, 180 dias nos mares da região. Grande crescimento se comparado à presença de 10 dias para o mesmo período em 2004 (IISS, 2007, p. 253).

⁹ Apoio a Etiópia em 2006-7 contra a União das Cortes Islâmicas da Somália e a países dos Grandes Lagos contra o LRA.

¹⁰ Em setembro de 2009, uma operação dos EUA na Somália matou *Saleh Ali Saleh Nabhan*, um dos mais procurados membros da Al-Qaeda na África, ligado aos atentados de 1998 nas embaixadas na Tanzânia e Quênia e de 2002 em um hotel do Quênia.

histórica que este tem para a França, sobretudo no que diz respeito a recursos energéticos.¹¹ O novo intervencionismo francês não parece ter cessado com a ascensão de François Hollande, mormente em regiões política e economicamente estratégicas, como Mali e República Centro Africana (RFI, 2013).

A penetração destas potências tradicionais parece ser cada vez mais incentivada pelo acesso a e controle de fontes de recursos naturais/energéticos. Importa lembrar que os Estados Unidos buscam diversificar suas fontes de hidrocarbonetos, principalmente reduzir a sua dependência por petróleo do Oriente Médio, região caracterizada por instabilidades latentes tanto na subregião do Golfo Pérsico quanto na do Levante. Esta maior dependência dos países africanos vis a vis os EUA incentiva o movimento norte-americano de recuo estratégico para regiões geograficamente mais próximas, como o Atlântico Sul.¹² O mesmo movimento é visto com o avanço do eixo franco-inglês à Líbia e a penetração de companhias de exploração de hidrocarbonetos (Total e Tullow) nesse país e nos Grandes Lagos da África Central (Uganda).

No âmbito da lógica incerta de penetração extrarregional pode-se citar a atuação China. A inserção chinesa também possui ambiguidades claras. Busca claramente matérias primas para sustentar crescimento e mercados para seus produtos industrializados. No primeiro caso, as relações chinesas possuem o intuito principal de sustentar o crescimento industrial chinês suprindo de matérias-primas um país com recursos internos insuficientes para a sua pujança econômica. O maior parceiro comercial chinês na região, Angola [responsável por aproximadamente 25% do comércio sino-africano (IISS, 2010, p. 289)], é também o segundo maior produtor de petróleo da África Subsaariana. Em contrapartida, os manufaturados básicos chineses começam a invadir o continente, o que caracteriza, em

¹¹ A dependência energética da França chega atualmente a mais de 80%. A taxa de dependência de recursos minerais vindos da África é historicamente alta, 100% para o urânio, 90% para a bauxita, aproximadamente 80% para o manganês, mais de 60% para o cobalto e aproximadamente 70% para o petróleo (RENOU, 2002, p. 7). Lembra-se que, historicamente, recursos naturais estratégicos tiveram que ser vendidos em condições privilegiadas para a França em troca de acordos de cooperação e defesa.

¹² Atualmente, a África já empata com o Oriente Médio no suprimento de petróleo para os EUA (PLOCH, 2011, p. 9), sendo que a Nigéria (maior produtor da África subsaariana) é responsável pela maior parte deste fornecimento (quase 9% das importações dos EUA, o quinto maior fornecedor). A situação parece estar igualmente relacionada com a descoberta de grandes reservas de petróleo (e gás) *on-shore* no continente nos últimos 20 anos, mormente na região dos Grandes Lagos da África Central (BENNET, 2010).

âmbito geral, uma relação de troca tradicionalmente presente no comércio centro-periferia (matérias primas por manufaturados).

Todavia, dois fatores principais podem ser citados como diferencial básico entre esta relação e a tradicional realizada com os países europeus e os EUA. Em primeiro lugar, situa-se o fato de que o valor reduzido dos manufaturados chineses possibilitou a ampliação do consumo de populações mais pobres africanas, o que não era possível no caso dos produtos europeus e norte-americanos.¹³ Em segundo lugar, pode-se citar o perfil da parceria e as contrapartidas chinesas para acordos de fornecimentos de matérias-primas. Ao contrário da tradicional relação com os países capitalistas centrais, a China possibilita que os líderes africanos escolham o direcionamento dos recursos para programas mais adequados ao seu próprio projeto econômico nacional.¹⁴ Outro diferencial dessa parceria é que ela é firmada sem condicionantes políticos (melhoria da governança) e econômicos (ajustes estruturais) – o que se percebe como respeito à soberania dos países africanos. Este perfil de parceria influencia diretamente na segurança desses países, haja vista que o desenvolvimento da infraestrutura nacional possibilita uma maior conexão entre o centro do poder do Estado e regiões periféricas de característica centrífuga. Nesse sentido, apesar do perfil assimétrico e comercialista, a penetração chinesa parece contribuir para a expansão geográfica da capacidade coercitiva do Estado e a supressão de agentes com autonomia do poder coercitivo (grupos armados e senhores da guerra) e de economias de enclave. O caráter positivo de sua penetração fica à disposição das lideranças africanas que queiram utilizar as possibilidades em benefício do processo de construção do Estado.

¹³ Este fator é central, pois interfere na qualidade de vida da população, a qual hoje em dia disponibiliza, por exemplo, de telefones celulares a preços módicos. Cumpre lembrar que a telefonia celular é, em geral, a única forma de comunicação que atinge os rincões interioranos do continente. Como resultado a China passa a assumir o posto de terceiro parceiro comercial do continente, com um crescimento espantoso do volume de comércio na última década (mais de 30%) (IISS, 2010, p. 289) - alcançando mais de US\$100 bilhões em 2010.

¹⁴ Como resultado, as relações comerciais têm tido como moeda de troca investimentos em infra-estrutura, tais como reparação e construção de conexões de transporte, construção de escolas, hospitais, usinas hidrelétricas e prédios públicos. Mais recentemente, novos setores começaram a ser englobados na contrapartida chinesa para a África, como agricultura nacional, telecomunicações, TI, transmissão de sinais de satélite e serviços financeiros (o Banco Industrial e Comercial da China detém 20% do capital do *South Africa Standard Bank*, o qual opera em 18 países na África Subsaariana). No setor financeiro, importa referir que em 2006 o *Eximbank* da China financiava mais de 200 projetos na África e em esperava-se que em 2011 o valor total de seus projetos alcançassem os US\$20 bilhões.

Já o Brasil parece se configurar como uma opção alternativa que contribui para o desenvolvimento do continente no longo prazo, a partir de parcerias mais ligadas a desafios estruturais dos países africanos. Além da crescente aproximação diplomática¹⁵ e comercial¹⁶, há, atualmente, (i) o desenvolvimento de uma política de segurança alimentar, com a abertura de escritórios da Embrapa no continente; (ii) esforços para uma política de biocombustíveis, com estudos para a instalação na África de uma unidade produtiva de cana-de-açúcar articulada a uma usina-piloto de etanol; (iii) a inauguração de uma política agrícola de desenvolvimento, principalmente ligada à produção de algodão, com a implantação de fazendas-modelo em Mali, Burkina Fasso, Chade e Benin; (iv) e o fortalecimento de uma política de saúde pública, que já vê resultados com a abertura, em Moçambique, de um escritório da Fiocruz e de uma fábrica de medicamentos genéricos e antirretrovirais. Destacam-se ainda os esforços gerais de cooperação técnica a nível ministerial no âmbito da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), da EMBRAPA e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).¹⁷

Por outro lado, assim como o modelo chinês, o brasileiro possui alguns limites, entre eles: enfoque estratégico centrado sobretudo nos PALOPs, reduzido conhecimento sobre a África na sociedade, no governo e no setor empresariado brasileiro (a despeito da grande relevância que o continente tem para nossa história, cultura, economia, segurança e política global) e, além disso, pouca compreensão do empresariado sobre as potencialidades do continente africano para apostar e investir nessas oportunidades (IPEA/BM, 2011, p. 8).

¹⁵ Em oito anos de mandato, Lula visitou o continente mais de dez vezes.

¹⁶ O fluxo de comércio entre Brasil e África aumentou mais de 400% desde o início do governo Lula, atingindo o patamar de US\$ 26 bilhões em 2008 (MRE, 2009).

¹⁷ Esse comprometimento cresceu ao longo do tempo. Se entre 1995 e 2005 o continente deteve a média de 52% dos recursos financeiros empregados pela ABC na CTPD (com aumento significativo em 1998) (IGLESIAS PUENTE, 2010, p. 313), em 2010 a África ocupava 57,2% dos investimentos brasileiros em projetos internacionais de desenvolvimento (IPEA/BM, 2011, p. 46).

Considerações finais

Mitos sobre o continente africano pecam ao não perceber suas complexidades e diversidades. No âmbito das Relações Internacionais, o ceticismo e o otimismo pouco informado dificultam a análise do problema e reproduzem pré-conceitos. Em oposição a tais visões extremas, na última década, a África conseguiu superar expectativas pessimistas e reafirmar a sua relevância no sistema internacional, ao apresentar uma espantosa recuperação baseada no crescimento econômico e na renovação da integração regional como alternativa para a segurança e o desenvolvimento. Por outro lado, essa recuperação ainda apresenta limites evidentes.

Na tarefa de evitar a reprodução de mitos, as ferramentas analíticas aprimoradas pela corrente do Novo Regionalismo podem trazer contribuições relevantes. Isso, ao instigar o debate com a teoria e ao lidar com conceitos que parecem mais adequados (interatividade, multidimensionalidade e progressividade). Como exemplo, o estudo preliminar da política externa de potências regionais e da penetração extrarregional, como parte do arcabouço do Novo Regionalismo, possibilita a problematização dos papéis de sujeito (políticas de poder e hegemonia) e objeto (autonomia vs dependência) no continente.

O estudo introdutório desses dois elementos evidenciou algumas contradições inerentes a tais processos, pouco discutidas no debate comum (mitológico) sobre o continente. Uma são os aspectos da agência das potências regionais e como diferentes elementos do seu poder (capacidades materiais, interesses e liderança) coexistem de forma assimétrica, podendo afetar a sua capacidade de interferir nas estruturas regionais (cooperação e conflito). O segundo aspecto é como a penetração extrarregional no continente (estrutura) não é necessariamente nociva (e nem absolutamente positiva) e pode contribuir mais ou menos para a autonomia (agência) do continente. Nesse caso, parece também ser responsabilidade dos próprios países africanos, e das potências regionais, fortalecerem individual e coletivamente (em termos capacidades materiais e imateriais) para que sejam menos dependentes do perfil que a potência global impõe à penetração extrarregional e a direcionem mais adequadamente aos seus interesses. A garantia de

processos cooperativos que incluam esses interesses e deem espaço para soluções africanas para problemas africanos parece ser menos responsabilidade da benevolência de potências globais e mais encargo dos próprios países e elites do continente.

Referências bibliográficas

- ABRAHAMSSON, Hans. Hegemon, Region and Nation-State: The Case of Mozambique. In: HETTNE, BJÖRN; INOTAI, ANDRÁS; SUNKEL, OSVALDO (Org.). *National Perspectives On the New Regionalism in the South: Vol. 3*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2000. .
- ACHARYA, Amitav. The emerging regional architecture of world politics (Review article). *World Politics*, v. 59, n. July, p. 629–652, 2007. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/abstract_S0043887100004664>. Acesso em: 26 nov. 2013.
- AU. *Audit of the African Union. African Union High-level Panel*. . Addis Ababa: African Union, 2007.
- AUC. *Status of Integration in Africa*. . Addis Ababa: African Union, African Union Commission, 2013. Disponível em: <[http://www.au.int/ar/sites/default/files/SIA_2013\(latest\)_En.pdf](http://www.au.int/ar/sites/default/files/SIA_2013(latest)_En.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- AZAR, Edward E.; MOON, Chung-In (Org.). *National Security in the Third World: The Management of Internal and External Threats*. College Park: Univ of Maryland CIDCM, 1988.
- BABARINDE, Olufemi A. Regionalism and African Foreign Policies. In: WRIGHT, STEPHEN (Org.). *African Foreign Policies*. Boulder: Westview Press, 1999. p. 215–236.
- BENNET, Jody Ray. Uganda's Oil Opportunity. *Oil Price*, 13 jun. 2010. Disponível em: <<http://oilprice.com/Energy/Crude-Oil/Ugandas-Oil-Opportunity.html>>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- BOSCO, David. South Africa and Nigeria talk Security Council reform. *Foreign Policy*, Washington, 8 maio 2013. Disponível em: <http://bosco.foreignpolicy.com/posts/2013/05/08/south_africa_and_nigeria_talk_security_council_reform>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- BUZAN, Barry; WÆVER, O. *Regions and Powers: the structure of international security*. New York: Cambridge University Press, 2003.
- CASTELLANO DA SILVA, Igor. From OAU to AU: 50 Years of African Continentalism. *Mundorama*, v. 67, n. Março, 2013a. Disponível em: <<http://mundorama.net/2013/03/30/from-oau-to-au-50->>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- CASTELLANO DA SILVA, Igor. Mitologia e Teoria de Relações Internacionais na África: avanços do novo regionalismo. *Revista InterAção*, v. 5, n. 5, p. 50–104, 2013b. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/interacao/article/view/13376>>. Acesso em: 3 out. 2014.

- COX, Robert W. Gramsci, hegemony, and international relations: an essay in method. In: COX, ROBERT W.; SINCLAIR, TOMOTHY J. (Org.). *Approaches to world order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. .
- DELOITTE. *The Rise and Rise of the African Middle Class*. . London: Deloitte & Touche, 2013. Disponível em: <http://www.deloitte.com/assets/Dcom-SouthAfrica/LocalAssets/Documents/rise_and_rise.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- DESTRADE, Sandra. *Empire, hegemony, and leadership: Developing a research framework for the study of regional powers*. , Working Papers., nº 79. Hamburg: GIGA Research Programme: Violence , Power and Security, 2008. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1143902>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- DIALLO, Mamadou Alpha. Relações Interafricanas: Senegal e os desafios da Integração Regional. *Século XXI*, v. 3, n. 1, p. 11–24, 2012.
- DRAPER, Peter; SCHOLVIN, Sören. *The Economic Gateway to Africa? Geography, Strategy and South Africa's Regional Economic Relations*. , Occasional Paper., nº 121 (September). Johannesburg: SAIIA - Economic Diplomacy Programme, 2012.
- ESTERHUYSE, Abel. "The Iraqization of Africa? Looking at AFRICOM from a South African Perspective." *Strategic Studies Quarterly*, n. Spring, 2008.
- FAWCETT, Louise. Exploring Regional Domains: A Comparative History of Regionalism. *International Affairs*, v. 80, n. 3, p. 429–446, maio 2004. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/j.1468-2346.2004.00391.x>>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- FAWN, Rick. "Regions" and their study: wherefrom, what for and whereto? *Review of International Studies*, v. 35, n. S1, p. 5, 23 mar. 2009. Disponível em: <http://www.journals.cambridge.org/abstract_S0260210509008419>. Acesso em: 23 mar. 2013.
- FLEMES, Daniel. Regional power South Africa: Co-operative hegemony constrained by historical legacy. *Journal of Contemporary African Studies*, v. 27, n. 2, p. 135–157, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02589000902867238>>. Acesso em: 26 nov. 2013.
- FRAZIER, Derrick; STEWART-INGERSOLL, Robert. Regional powers and security: A framework for understanding order within regional security complexes. *European Journal of International Relations*, v. 16, n. 4, p. 731–753, 21 abr. 2010. Disponível em: <<http://ejt.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/1354066109359847>>. Acesso em: 29 jun. 2012.
- GAMES, Dianna. *South Africa as Africa 's Gateway: A Perspective From Business*. , Policy Briefing., nº 46 (march). Johannesburg: SAIIA - Economic Diplomacy Programme, 2012.
- HARTMANN, Peter. *Ticket out of poverty*. Disponível em: <<http://r4dreview.org/2008/09/ticket-out-of-poverty/>>. Acesso em: 28 nov. 2013.
- HERBST, Jeffrey. *States and Power in Africa*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- HÖHN, Karl Hermann. *Geopolitics and the Measurement of National Power*. 2011. Universität Hamburg, 2011.

- HURRELL, Andrew. One world? Many worlds? The place of regions in the study of international society. *International Affairs*, v. 83, n. 1, p. 127–146, jan. 2007. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/j.1468-2346.2007.00606.x>>.
- IGLESIAS PUENTE, Carlos Alfonso. *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD- no período 1995-2005*. Brasília: FUNAG, 2010.
- IISS. *The Military Balance 2007*. London: Routledge, 2007.
- IISS. *The Military Balance 2010*. London: Routledge, 2010.
- IPEA/BM. *Ponte sobre o Atlântico Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento*. . Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Banco Mundial, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/120113_livropontesobreatlanticopor2.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- KAHN, M J. The BRICs and South Africa as the Gateway to Africa. *The Journal of The Southern African Institute of Mining and Metallurgy*, v. 111, n. July, p. 493–496, 2011.
- KATZENSTEIN, Peter J. *A World of Regions: Asia and Europe in the American Imperium*. Ithaca: Cornell University Press, 2005.
- KHADIAGALA, Gilbert M. Foreign Policy Decisionmaking in Southern Africa's Fading Frontline. In: KHADIAGALA, GILBERT M.; LYONS, TERRENCE (Org.). *African Foreign Policies: Power and Process*. London: Lynne Rienner Publishers, 2001. p. 131–158.
- KHADIAGALA, Gilbert M.; LYONS, Terrence. Foreign Policy Making in Africa: An Introduction. In: KHADIAGALA, GILBERT M.; LYONS, TERRENCE (Org.). *African Foreign Policies: Power and Process*. London: Lynne Rienner Publishers, 2001. p. 1–14.
- LANDSBERG, Chris. An African “Concert of Powers”? Nigeria and South Africa's construction of the AU and NEPAD. In: ADEBAJO, ADEKEYE; MUSTAPHA, ABDUL RAUFU (Org.). *Gulliver's Troubles: Nigeria's Foreign Policy after the Cold War*. Scottsville: University Of KwaZulu-Natal Press, 2008. p. 203–219.
- LANDSBERG, Chris. *The Diplomacy of Transformation: South African Foreign Policy and Statecraft*. Johannesburg: Palgrave Macmillan, 2010.
- LEMKE, Douglas. Dimensions of Hard Power: Regional Leadership and Material Capabilities. In: FLEMES, DANIEL (Org.). *Regional Leadership in the Global System*. Aldershot: Ashgate, 2010. .
- LTIMES. Libyan investments In Africa – what now? *Lusaka Times*, Lusaka, 27 fev. 2011.
- MAKINDA, Samuel M.; OKUMU, F. Wafula. *The African Union: Challenges of globalization, security, and governance*. London: Routledge, 2008.
- MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: WW Norton, 2001.
- MONSANTO. *2012 Global Agricultural Productivity Report*. . Washington: Global Harvest Initiative, 2012. Disponível em: <http://globalharvestinitiative.org/GAP/GHI_2012_GAP_Report_Int.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- MOYO, S.; YEROS, P.; JHA, P. Imperialism and Primitive Accumulation: Notes on the New Scramble for Africa. *Agrarian South: Journal of Political Economy*, v. 1, n. 2, p. 181–203, 1

- ago. 2012. Disponível em: <<http://ags.sagepub.com/content/1/2/181.refs?cited-by=yes&legid=spags;1/2/181#cited-by>>. Acesso em: 28 nov. 2013.
- MRE. *Reunião do Presidente Lula com Embaixadores brasileiros na África*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/02/20/reuniao-do-presidente-lula-com-embaixadores>>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- MUBILA, Maurice; AISSA, Mohamed-Safouane Ben; LUFUMPA, Charles Leyeka. *The Middle of the Pyramid: Dynamics of the Middle Class in Africa*. . Tunis: African Development Bank, 2011. Disponível em: <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/The_Middle_of_the_Pyramid_The_Middle_of_the_Pyramid.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- MUSIITWA, Jacqueline Muna; WACHIRA, Charles. *Why South Africa is not the world's gateway to Africa*. Disponível em: <<http://www.thoughtleader.co.za/archbshoptutufellows/2012/03/29/why-south-africa-is-not-the-worlds-gateway-to-africa/>>. Acesso em: 28 nov. 2013.
- NABERS, Dick. Power, Leadership and Hegemony in International Politics. In: FLEMES, DANIEL (Org.). *Regional Leadership in the Global System*. Aldershot: Ashgate, 2010. .
- NESNERA, Andre De. UN Security Council Reform May Shadow Annan's Legacy. *VOA News*, Washington, 1 nov. 2006. Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20061102142909/http://voanews.com/english/2006-11-01-voa46.cfm>>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- NOLTE, Detlef. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. *Review of International Studies*, v. 36, n. 04, p. 881–901, 1 nov. 2010. Disponível em: <http://www.journals.cambridge.org/abstract_S026021051000135X>. Acesso em: 23 mar. 2013.
- ODÉN, Bertil. The Southern Africa Region and the Regional Hegemon. In: HETTNE, BJÖRN; INOTAI, ANDRÁS; SUNKEL, OSVALDO (Org.). *National Perspectives On the New Regionalism in the South: Vol. 3*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2000. .
- ORI, Konye Obaji. UN permanent seat: Nigeria taunts South Africa, Egypt. *Afrik-News*, Paris, 7 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.afrik-news.com/article15393.html>>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- PEDERSEN, Thomas. Cooperative hegemony: power, ideas and institutions in regional integration. *Review of International Studies*, v. 28, n. 04, p. 677–696, 6 nov. 2002. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/abstract_S0260210502006770>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- PENCE, Eliot. *Does South Africa really understand Africa?* Disponível em: <<http://africanarguments.org/2012/11/19/does-south-africa-really-understand-africa-by-eliot-pence/>>. Acesso em: 28 nov. 2013.
- PLOCH, Lauren. *Africa Command: U.S. Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa*. . [S.l.]: US Congressional Research Service, 2011.
- RENOU, Xavier. A New French Policy for Africa? *Journal of Contemporary African Studies*, v. 20, n. 1, p. 5–27, jan. 2002.
- REUTERS. FACTBOX-Libyan investments in Africa. *REUTERS*, 8 mar. 2011.

- RFI. La France se prépare à intervenir en Centrafrique. *Radio France Internationale*, Paris, 23 nov. 2013. Disponível em: <http://www.rfi.fr/afrique/20131123-france-prepare-intervenir-centrafrique-seleka-djotodia-rca-hollande-fabius-misca?ns_campaign=nl_AFRIQUE231113&ns_mchannel=newsletter&ns_source=emailvision&ns_linkname=lire-5&ns_fee=0>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- ROXBURGH, Charles et al. *Lions on the move: The progress and potential of African economies*. . London: McKinsey Global Institute, 2010.
- SCHIRM, S. A. Leaders in need of followers: Emerging powers in global governance. *European Journal of International Relations*, v. 16, n. 2, p. 197–221, 24 nov. 2009. Disponível em: <<http://ejt.sagepub.com/content/early/2009/11/24/1354066109342922>>. Acesso em: 11 nov. 2013.
- SHAW, Timothy M.; NYANG'ORO, Julius E. Conclusion: African Foreign Policies and the Next Millennium: Alternative Perspectives, Practices, and Possibilities. In: WRIGHT, STEPHEN (Org.). *African Foreign Policies*. Boulder: Westview Press, 1999. p. 237–248.
- SÖDERBAUM, Fredrik; SHAW, Timothy M. (Org.). *Theories of New Regionalism*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.
- TAHA, Muhammad. Egypt calls for Security Council reform. *Daily News Egypt*, Cairo, 31 out. 2013. Disponível em: <<http://www.dailynewsegypt.com/2013/10/31/egypt-calls-for-security-council-reform/>>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- THE ECONOMIST. A more hopeful continent: The lion kings? *The Economist*, London, 6 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/17853324>>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- THE ECONOMIST. South Africa: The gateway to Africa? *The Economist*, London, 2 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/21556300>>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- TIEKU, Thomas Kwasi. Collectivist Worldview: Its Challenge to International Relations. In: CORNELISSEN, SCARLETT; CHERU, FANTU; SHAW, TIMOTHY M. (Org.). *Africa and International Relations in the 21st Century*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011. .
- UA; AFDB; NEPAD. *Programa para Desenvolvimento das Infra-estruturas em África*. . Addis Ababa: União Africana, 2012. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/BNDES60_PIDA_note.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- VASILYEV, Aleksei; KORENDYASOV, Evgeny. Russian-African relations in ten years: a new start. *Russian International Affairs Council*, Moscow, 21 jun. 2013. Disponível em: <http://russiancouncil.ru/en/inner/?id_4=2002#top>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. Reading: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.
- WILLIAMS, Paul D. *War and Conflict in Africa*. Cambridge: Polity Press, 2011. p. 320
- WONACOTT, Peter. A New Class of Consumers Grows in Africa. *The Wall Street Journal*, New York, 2 maio 2011. Disponível em: <<http://online.wsj.com/news/articles/SB10001424052748703703304576296663397991894>>. Acesso em: 29 nov. 2013.



ARTIGOS

A INFRAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA PERSEGUIÇÃO DOS ALBINOS NEGROS NA TANZÂNIA: O QUE PODE SER FEITO PARA MUDAR ESTA REALIDADE?

Ana Laura Anschau¹

RESUMO: Tendo em vista a constante infração da Declaração Universal dos Direitos Humanos no que diz respeito os Albinos negros da Tanzânia, o presente artigo objetiva apresentar a realidade vivida por este povo e mostrar ações, em nível internacional, que estão sendo realizadas para que se acabe com esta prática desumana.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos. Perseguição aos albinos. Tanzânia.

ABSTRACT: Due to the constant violation of the Universal Declaration of Human Rights regarding the black albinos in Tanzania, this article presents the reality experienced by these people and show actions being undertaken for an end to this inhumane practice.

KEYWORDS: Human Rights. Persecution of albinos. Tanzania.

INTRODUÇÃO

No leste da África, num país com cerca de 40 milhões de habitantes, uma parte da população vive desde os anos 2000 sob constante medo e ameaças. Devido a modificações genéticas que alteram a pigmentação da pele, dos olhos e do cabelo, os albinos negros da Tanzânia são alvo constante de curandeiros. Crenças diversas, como a de que albinos negros nascem de mulheres que tiveram relações sexuais com homens caucasianos, principalmente europeus; que albinos negros são seres com poderes mágicos e que podem trazer sorte, fortuna e poder àqueles que usufruem de partes do seu corpo, estão cada vez mais presentes no cotidiano da população tanzaniana. Com isso, há atualmente uma grande perseguição aos albinos, que acabam sendo mortos ou mutilados em prol desta crença que foi difundida na sociedade.

¹ Aluna de graduação de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria; Email: aninha_ans@hotmail.com.

A população albina é rejeitada desde o nascimento, quando muitas vezes são abandonados pelo pai, alegando traição por parte da mulher e até mesmo por ambos os pais, que acham vergonhoso que nasça um filho diferente do resto da população, sem ao menos saberem que na verdade isso ocorre devido a uma alteração na carga genética do DNA de ambos. Com isso, muitos albinos acabam não tendo uma identidade verdadeira, pois não são registrados junto a órgãos competentes. Aspectos como falta de infraestrutura, falta de conscientização e pouco recurso financeiro governamental são levantados no presente artigo.

Apresenta-se neste artigo uma realidade que muitas vezes não é apresentada pela mídia, que acaba se abstendo quando se trata de questões que ocorrem em países que não possuem tanta influência no cenário internacional. Diante disto, algumas Organizações Não Governamentais (ONGs) estão sendo criadas em prol da população de albinos negros tanzanianos, estas ONGs procuram dar um auxílio assistencial para esta parcela da população, para que se amenize esta situação. Estas ONGs atualmente desempenham um papel primordial em meio à população albina residente na Tanzânia, pois o governo local muitas vezes acaba se abstendo da situação não investindo em saúde por falta de recursos financeiros.

1 ALBINISMO

O albinismo é uma doença hereditária que ocorre devido a um distúrbio na carga genética de seres humanos, aparecendo apenas quando ambos os pais são portadores do gene recessivo, e não necessariamente todos os filhos do casal nascerão albinos. Como características esta doença se manifesta principalmente através da falta de melanina ou falta de pigmentação na pele e no cabelo; e também desenvolve sensibilidade à luz nos olhos. Devido a estes fatores os albinos são mais suscetíveis a desenvolver câncer de pele, principalmente se ficam muito tempo expostos ao sol sem fazer o uso correto do protetor solar.

Não há ainda dados concretos quanto ao número exato de albinos negros residentes na Tanzânia, porém dados concretos devem ser apresentados até o ano de 2014. A expectativa de vida dos albinos negros da Tanzânia não ultrapassa os 40 anos de idade, enquanto que a expectativa de vida do resto da população da Tanzânia é de 53 anos. Segundo a organização Nacional de Albinismo e Hipopigmentação (NOAH), o albinismo está presente em todo o globo terrestre, porém o contraste é maior nos países africanos, por serem países de população negra. Diferente dos albinos do resto do mundo, que tendem a ter olhos vermelhos, os albinos da África tendem a ter olhos verdes ou castanhos, porém em ambos os casos a pele não tem pigmento algum.

1.1 O caso da Tanzânia

Na África um em cada 35 africanos é portador do gene recessivo causador do albinismo, porém isto só fica evidente depois que o casal tem filhos. Por não saberem que são portadores do gene recessivo, 90 por cento dos homens africanos abandonam suas mulheres após receberem a notícia que seu filho é albino, alegando que ela teve relacionamentos sexuais com caucasianos. Há também relatos de que alguns pais acabam intermediando a venda de seus filhos para os curandeiros, pois sabem que as partes do corpo dos albinos são vendidas por altos preços.

A população albina da África, principalmente na Tanzânia, sempre foi alvo de preconceito, muitas vezes o preconceito aparece dentro da própria família, quando crianças são rejeitadas pelos pais logo após o seu nascimento ou até mesmo durante a sua infância. Ter um filho albino é para muitos africanos uma questão de vergonha e até mesmo de exclusão social, com isso os pais acabam muitas vezes abandonando seus filhos ainda recém-nascidos.

Considerando que, de acordo com o estudo do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), aproximadamente metade dos pais de crianças albinas sentiram-se humilhados no momento em que os seus filhos nasceram, as mulheres albinas são vítimas de discriminação por parte de outras mulheres, as mulheres que deram à luz bebês albinos são também muitas vezes alvo de ridicularização e rejeição e de atos de discriminação no trabalho, cerca de dois terços dos pais declararam que os cuidados de saúde específicos para as crianças albinas são

dispendiosos e metade afirmou que os seus filhos têm graves problemas de visão; contudo, 83% declarou que os seus filhos tiveram tanto sucesso escolar como quaisquer outras crianças; (Jornal oficial da União Europeia, 2008)

Por serem diferentes da maioria da população, crianças e jovens albinos não conseguem se adaptar às escolas, pois sofrem preconceito recebendo apelidos como “zero zero”, “demônios brancos” e “fantasmas dos colonizadores europeus”, além disso, a maioria das escolas regulares na Tanzânia não tem uma infraestrutura adequada para os albinos, que necessitam, por exemplo, de equipamentos de informática específicos. Com isso, muitas vezes eles têm de frequentar escolas especiais destinadas a deficientes visuais, que possuem esta tecnologia.

Muitos albinos, devido à dificuldade de se adaptarem, acabam desistindo dos estudos, o que corrobora com o dado de que grande parte da população albina na África é analfabeta. O preconceito permeia a vida dos albinos até a fase adulta, o que faz com que estes muitas vezes não consigam se posicionar no mercado de trabalho, mesmo que tenham certo grau de escolaridade. Há muitas empresas que não oferecem emprego para os albinos negros por acreditarem que eles possuem uma doença transmissível, e que irão contaminar os clientes, trazendo assim prejuízos à empresa. Devido a esta rejeição, muitos deles acabam trabalhando no campo, onde acabam ficando expostos ao sol sem fazer o uso de nenhuma proteção solar e acabam, muitas vezes, desenvolvendo câncer de pele.

A maioria dos albinos que não são mortos pelas perseguições acaba falecendo após desenvolverem câncer de pele, pois quando recebem o diagnóstico de câncer já estão cientes de que a recuperação será difícil, uma vez que a maioria da população² não tem condições de pagar um tratamento privado de saúde e acabam dependendo de um auxílio do governo, que gasta atualmente apenas cinco por cento do seu Produto Interno Bruto (PIB) na área da saúde.

² Cerca de 36 por cento da população da Tanzânia vive abaixo do limiar da pobreza. Fonte: Index Mundi.

1.2 A perseguição aos albinos

Desde os anos 2000, como se fosse uma jogada de marketing, bruxos e curandeiros africanos começaram a perseguir os albinos negros alegando que eles eram seres mágicos com poderes de cura e, que poções feitas com partes do corpo dos albinos trariam sorte e dinheiro. Para fazer as poções, os curandeiros moem as partes dos corpos dos albinos e misturam-nas com uma polpa e outras substâncias para que posteriormente seja bebida. Com isso, entre os anos de 2000 e 2012 a UNICEF contabilizou 90 albinos mortos para a realização de atos curandeiros, sem contabilizar àqueles que têm as partes do seu corpo mutilada e vivem sem um braço ou uma perna.

Desde o ano de 2000, houve cerca de 90 casos de assassinatos. Quase 50 por cento das vítimas eram crianças, impulsionada pela crença de que cabelos e partes do corpo de crianças e adultos com albinismo pode trazer boa sorte e fortuna. (UNICEF, 2011, p.16)

Outro aspecto importante ressaltado pela UNICEF é que 50 por cento das vítimas dos ataques são crianças, isto ocorre porque os crentes acreditam que a pureza infantil intensifica o poder. Segundo a ONG Under The Same Sun (UTSS) as crianças são atraídas pelos curandeiros com doces e presentes fazendo com que lhes pareçam seres de boa índole, já as mulheres, em sua maioria, são seduzidas por estes homens.

Nomasonto Mazibuko, presidente da Associação de Albinos da África do Sul (ASSA), afirma que as partes do corpo dos albinos são comercializadas ilegalmente para fins religiosos e algumas vezes acabam também sendo exportadas, o que caracteriza um tráfico internacional de humanos, que atualmente é considerado crime, além disso mostra que não apenas os africanos acreditam nesta seita, mas também pessoas dos outros continentes, o que acaba sendo ainda mais alarmante.

Setenta e cinco mil dólares, este é o valor que um curandeiro consegue obter quando vende um conjunto de membros. As partes consideradas mais valiosas são os dedos, língua, braços, pernas e genitais, que podem ser vendidas por até três mil dólares cada. As partes do corpo dos albinos negros perseguidos são utilizadas principalmente para as poções

curandeiras, porém muitos adeptos desta seita acabam utilizando algumas partes dos corpos, ou sangue de albinos em pequenos frascos, como amuletos transformando-os em colares.

Muitos pescadores africanos compram os fios de cabelos das mulheres albinas e fazem sua rede de pesca com eles, pois acreditam que isso faça com que a pesca renda mais peixes, segundo Makulilo (2009) alguns políticos africanos participam da seita acreditando que conseguirão ganhar mais poder político, e por estarem envolvidos indiretamente no crime acabam se abstendo na hora de proteger os albinos.

Em meio a esta atrocidade surgem outras crenças relativas às partes do corpo dos albinos negros, alguns africanos acreditam que quem consegue tomar o sangue dos albinos negros, enquanto que ele ainda está quente, ganhará sorte em dobro; outros também acreditam que homens portadores de HIV serão curados caso tenham relação sexual com mulheres albinas; há ainda aqueles que acreditam que os poderes serão ainda mais fortes se os albinos gritarem enquanto partes do seu corpo são mutiladas. Em contrapartida, segundo dados da UNICEF, o povo africano acredita que encostar-se a um albino vivo pode trazer maldição ao invés de sorte.

Muitos dos compradores das poções, um tempo depois de tomarem-nas, voltam para as bruxas alegando que não obtiveram mais poder, riqueza e nem sorte e que a poção não fez o efeito prometido. Diante disso, as bruxas curandeiras alegam a eles que para que a poção seja realmente eficaz, os clientes devem fazer algumas mudanças na sua vida social, diminuindo, por exemplo, os passeios aos shoppings e até mesmo devem deixar de sair tantas vezes no mês para jantar. Com isso, os clientes acabam economizando e no final do mês, quando veem que sobrou mais dinheiro em relação ao mês anterior, ficam felizes e satisfeitos com a poção adquirida.

Com medo de perderem a vida para os caçadores, muitos dos albinos negros acabam se escondendo em matas fechadas e fazem da mata seu novo lar, onde mais uma vez acabam se expondo dia a dia às radiações solares. Por isso também eles têm violado o seu direito de livre circulação no país, uma vez que não se sentem seguros a andarem

livremente pelas ruas. Alguns albinos afirmam que se sentem refugiados em seu próprio país, e que isso é muito humilhante.

Apesar de os crimes acontecerem desde o ano de 2000, apenas em 2009 os primeiros criminosos foram indiciados, “devido a não haver uma legislação específica para combater este tipo de crime”, ressalta a presidente da ASSA. Muitas vezes os casos não recebem sua devida atenção por falta de recursos disponibilizados pelo governo, uma vez que se trata de um país de extrema pobreza. De janeiro a maio de 2013 foram contabilizados quatro casos de assassinato, e segundo dados da ONU três casos estão sendo investigados, mesmo que processos bem sucedidos são de extrema raridade no país.

A alta comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos, Navy Pillay declara que os crimes que estão ocorrendo com os albinos negros, de diferentes faixas etárias, são abomináveis. Ela também afirma que é responsabilidade do governo proporcionar o tratamento médico e psicossocial a esta parcela da população, para que eles possam reaver o seu direito de viver sem medo. Corroborando com as palavras da Alta Comissária, Christof Heyns, Relator Especial sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias, pediu em 2012, “que todos os atos de violência contra os albinos acabem e seus responsáveis sejam levados à justiça sem demora”.

O governo solicitou o apoio da ONU, que juntos desenvolveram um plano de apoio das Nações Unidas 2011-2015 que revelou desafios sistemáticos para pessoas com deficiência, HIV, e vítimas de abuso e exploração. Segundo Juan E. Méndez, Relator Especial sobre Tortura, afirma que “sob a lei internacional dos direitos humanos é dever do Estado proteger as pessoas com albinismo contra tais atrocidades”.

Além do governo da Tanzânia há algumas ONGs que realizam assistência social ao povo albino da região, entre elas estão a Cruz Vermelha; UNICEF e a UTSS³. Associações como a TAS (Associação de Albinos da Tanzânia, em inglês), que auxilia na emancipação dos albinos da África; e o time de futebol Albino United, formado somente por albinos negros que angaria fundos para auxiliar outros albinos; também procuram minimizar os danos

³ A Under The Same Sun é uma ONG canadense fundada em 2008 por Peter Ash, também albino, que visa dar apoio assistencial aos albinos residentes principalmente na Tanzânia.

causados aos albinos tanzanianos. Segundo a Cruz Vermelha o caso dos albinos na África deve ser tratado internacionalmente, uma vez que existem relatos de que há exportação dos corpos para outros Estados.

A UNICEF está capacitando algumas pessoas para que estas possam lidar mais facilmente com os albinos e também ajudá-los a se reintegrarem à sociedade. Complementar a isto, a ONG UTSS organizou um guia especial para professores com algumas dicas de como eles devem se portar diante das dificuldades visuais dos albinos para que se possa melhorar o rendimento escolar dos alunos.

A TAS em conjunto com a ONG Legal and Human Rights Center (Centro de Direitos Humanos e Jurídicos, em inglês) estão processando o governo da Tanzânia por estar infringindo os artigos 12 (1), 14 e 29 (2) da Constituição da República Unida da Tanzânia no que se trata o problema com os albinos. Os artigos violados dizem respeito à igualdade de toda a população tanzaniana e à proteção à vida.

Art. 12 (1): Todos os seres humanos nascem livres e são iguais;

Art. 14: Toda pessoa tem o direito de viver e à proteção de sua vida na sociedade de acordo com a lei;

Art. 29 (2): Toda a pessoa da República Unida da Tanzânia tem o direito à igual proteção sob as leis dos Estados Unidos da República da Tanzânia. (The Constitution Of The United Republic Of Tanzania, 1984)

Além do governo tanzaniano estar infringindo a Constituição da República Unida da Tanzânia, ele também está violando os artigos I, II, III, V e VII da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, no que diz respeito à igualdade dos seres, aos direitos de liberdade, à vida, à tortura e ao direito de receber proteção.

Artigo I - Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Artigo II - Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Artigo III - Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo V - Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo VII - Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948)

Preocupada com a violação dos direitos humanos na África, a Corte Interamericana de Direitos Humanos resolveu, desde o ano de 2012, realizar encontros periódicos com os juízes africanos para que se possa melhorar a proteção aos direitos humanos no continente. Estes encontros são dados de forma expositiva, onde cada juiz expõe as medidas que estão sendo tomadas em seu país e quais as reações da população diante as mesmas.

Por se tratar de um assunto ligado à vertente do Direito Internacional dos Direitos Humanos, impõem-se ao governo as obrigações em suas relações com os indivíduos, porém não se exclui o direito da comunidade internacional de protestar contra os Estados, que não cumprem o seu papel de proteger a sua nação.

O movimento do Direito Humano é baseado na concepção de que toda nação tem a obrigação de respeitar os direitos humanos de seus cidadãos e de que todas as nações e a comunidade internacional têm o direito e responsabilidade de protestar, se um Estado não cumprir suas obrigações. (BILDER, 2010, p.3)

Nota-se que há uma grande preocupação com os albinos residentes na África, principalmente aos que residem na Tanzânia, e que aos poucos algumas medidas estão sendo tomadas, porém acredita-se que há ainda alguns passos que podem ser tomados para que este problema chegue logo ao seu fim. Acredita-se que primeiramente deveria ser feito um cadastro de todos os albinos residentes na Tanzânia, para que a assistência possa ser direcionada especificamente ao povo perseguido, porém sabe-se que isso é uma ação difícil, uma vez que grande parte da população albina residente na Tanzânia, por se sentir ameaçada, acaba se escondendo muitas vezes dentro da mata, o que dificultaria o cadastramento de todos os albinos.

Pensa-se que sete são os problemas que devem ser tratados com prioridade, além do cadastramento já citado, para que se acabe, ou pelo menos se amenize a perseguição aos albinos da Tanzânia.

1. Segurança: Os albinos atualmente não têm garantia nenhuma quanto à sua segurança, sentem-se reprimidos vivendo em meio à sociedade em que não conseguem distinguir o momento que poderão ser atacados. Acabam muitas vezes se sentindo refugiados dentro do seu próprio país. Acredita-se que o governo deva investir na segurança dos albinos, e esta segurança pode ser direta ou indireta, através de policiamento específico para os albinos ou julgando e condenando os curandeiros e bruxos, fazendo assim com que esta seita termine e os albinos sintam-se mais seguros.
2. Educação preventiva: Como já citado, os albinos são mais suscetíveis a desencadearem câncer de pele, por isso crê-se que se deva investir em educação sobre este tipo de câncer, pois muitos não sabem desta suscetibilidade e por isso acabam não se protegendo ao se exporem às radiações solares.
3. Artigos de proteção solar: Sabe-se que a falta de proteção solar não é somente advinda devido à falta de explicação sobre a doença, mas também pelo fato de residirem em um Estado que se encontra em extrema pobreza. Quando se fala em proteção solar, logo se pensa no uso de filtros solares, porém esta alternativa se torna inviável uma vez que estes filtros teriam que ser importados de outros países, fazendo com que o preço se eleve muito, mesmo que tenha uma ajuda do governo na redução de impostos. Diante disso, crê-se que a melhor opção é contar com doações de materiais que ajudem os albinos a se protegerem do sol, como chapéus de abas largas e óculos solares.
4. Tratamentos oftálmicos e dermatológicos: Como já citado ao longo do artigo, a visão dos albinos é muitas vezes prejudicada ou quase nula, por isso, acredita-se que se deva investir em tratamentos oftálmicos, não apenas com médicos especializados, mas também com equipamentos de informática que sejam sensíveis à sua visão e

através de uso de óculos solares. Além disso, seria de importante que os albinos tivessem acesso facilitado a consultas com dermatologistas, pois isso faria com que se reduzissem os casos de câncer dentro desta parte da população, uma vez que seriam identificados em seu estágio inicial, período em que o tratamento médico tem mais eficácia.

5. Assistência educacional: Acredita-se que o investimento em assistência educacional deva ser realizado principalmente pelo governo. Este investimento deveria ser em centros educacionais voltados exclusivamente para estas pessoas, ou simplesmente que se invista em profissionais que, mesmo em escolas regulares, possam dar uma atenção específica aos alunos albinos, o que já está sendo implantado no guia elaborado pela ONG UTSS.
6. Formação profissional: Os incentivos aos albinos devem prosseguir também após a formação acadêmica, ao ingressarem no mercado de trabalho é preferível que os albinos trabalhem em ambientes fechados ou pelo menos protegidos do sol, com isso, acredita-se que seria de extrema importância investir em uma formação profissional para eles. Essa ação não depende exclusivamente do governo ou das ONGs, mas também das empresas, que deveriam começar a tratar os albinos de maneira igualitária. Sabe-se que mesmo assim alguns albinos preferirão trabalhar no campo, expostos ao sol, neste caso a solução seria uma mudança no horário de trabalho, que deveria ser preferencialmente realizado no primeiro turno da manhã e no final da tarde, horários estes em que não há tanta incidência solar.
7. Reintegração na sociedade: Este é um aspecto muito importante, crê-se que se deva investir em ações que auxiliem os albinos negros da Tanzânia a se reintegrarem na sociedade. Por isso, inicialmente seria necessário quebrar com a crença das poções e com a crença de que albinos nascem somente devido à traição das mulheres com homens caucasianos, isso diminuiria o preconceito e os albinos se sentiriam mais seguros em (re)iniciar sua vida social. Para que esta medida seja mais efetiva, acredita-se que se deva iniciar este processo de reeducação principalmente com as crianças, para que elas comecem a difundir uma visão mais correta a cerca dos

albinos, mostrando que eles são pessoas iguais e que possuem apenas uma característica física que os diferencia do resto da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os anos 2000 houve um aumento significativo no que tange à perseguição dos albinos negros na África. Algumas crenças defendem que as partes do corpo dos albinos podem trazer fortuna, sorte e poder. Por correrem risco de vida, muitos albinos acabam se escondendo dentro da mata fechada para se protegerem das perseguições, além disso, acabam se excluindo da sociedade, pois sofrem constante preconceito devido à cor de sua pele, olhos e cabelos.

A perseguição aos albinos infringe a Declaração Universal dos Direitos Humanos e também a Constituição Federal dos Estados Unidos da Tanzânia e mesmo assim não se vê uma grande preocupação por parte do governo da Tanzânia em resolver este problema. Governo este que muitas vezes alega não defender os albinos por falta de recursos financeiros. Esta alegação acaba sendo muitas vezes duvidosa, uma vez que há especulações de que alguns políticos da Tanzânia comprem as partes dos corpos dos albinos acreditando que conseguirão assim mais poder para exercer a sua governança.

Por não serem vistas muitas ações por parte do governo, criaram-se algumas Organizações Não Governamentais para dar a assistência necessária a esta parte da população. Estas ONGs são tanto regionais como internacionais, cita-se o caso da Under The Same Sun, uma ONG canadense que angaria fundos para auxiliar os albinos residentes na Tanzânia. Com isso, percebe-se que há uma preocupação muito maior por parte da comunidade internacional do que do próprio governo tanzaniano.

Os casos de perseguição na Tanzânia já duram 13 anos e as mudanças tem que ser feitas, para que não se alastrem os casos. A situação na Tanzânia está tão calamitosa que o Ministro da Administração da Tanzânia definiu o país como “a capital da bruxaria e assassinatos de albinos”. Com isso, acredita-se que existem algumas pequenas ações que

devem continuar sendo feitas pelas ONGs e que cabe ao governo, principalmente, julgar os criminosos da maneira correta. A mídia muitas vezes acaba se calando quando se trata de países menos influenciadores diante o cenário internacional, porém os albinos tanzanianos não podem ser esquecidos e nem podem continuar vivendo reprimidamente. Para isso existe a Declaração Universal dos Direitos Humanos que assegura que todas as pessoas nascem iguais e são livres e que devem ser tratadas com dignidade.

O presente artigo conclui que há uma infração à Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim como também à Constituição Federal dos Estados Unidos da Tanzânia, no que se refere aos direitos básicos de todo o cidadão. Também apresenta-se algumas sugestões de pequenas ações que podem ser feitas para que os efeitos desta perseguição sejam amenizados. Com base na vertente do Direito Internacional dos Direitos Humanos conclui-se quem é o real responsável por acabar com este crime à humanidade tanzaniana. Falta à população da Tanzânia uma conscientização em relação ao povo albino, questões como inclusão social, conscientização e segurança são aspectos importantes tratados neste artigo.

A mudança deve começar primeiramente dentro das próprias famílias em que um membro é albino, conscientizando os pais de que a falta de pigmentação na pele não é advinda de uma relação sexual com um homem caucasiano e também que seres albinos não são seres mágicos. O segundo passo seria conscientizar o resto da população, ensinando a eles que os albinos são pessoas como quaisquer outras, a única diferença é que possuem uma falta de pigmentação devido a questões genéticas. Com estes dois fatores amenizados acredita-se que se apagará da sociedade a crença que permeia mais de 60 por cento da população, fazendo assim com que se acabe com os atos de bruxaria e criminalidade contra os albinos residentes principalmente na Tanzânia, trazendo assim mais segurança aos albinos e vontade de (re) iniciar sua vida perante o resto da população.

REFERÊNCIAS

BILDER, Richard B. An overview of international human rights law. In: HANNUM, Hurst (Editor). Guide to international human rights practice. 2. ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1992. p. 3-5

BONIFACE MAKULILO, Ernest. Albino Killings Tanzania: Illogical Thinking and racism?. San Diego, 2009

CNN, 08 Out. 2012. Disponível em:

<<http://www.cnn.com/2012/10/05/world/africa/tanzania-witchcraft>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Relatório anual 2012.

G1, 22 jul. 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/noticias/mundo/0,,mul687984-5602,00-albinos+sao+mortos+para+pratica+de+bruxaria+na+tanzania.html>>. Acesso em: 11 jun. 2013

INTERNATIONAL FEDERATION OS RED CROSS AND RED CRESCENT SOCIETIES. Through albino eyes – The plight of albino people in Africa's Great Lakes region and a Red Cross response. Switzerland, 2009.

JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA. Assassinatos de albinos na Tanzânia. 2008.

JUDICIARY. Disponível em:< <http://www.judiciary.go.tz/downloads/constitution.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

NATIONAL ORGANIZATION FOR ALBINISM AND HYPOPIGMENTATION. Information about albinism. United Nations of America, 2010.

NATIONAL ORGANIZATION FOR ALBINISM AND HYPOPIGMENTATION. What is albinism?. United Nations of America, 2010.

ONU, 05 Mar. 2013. Disponível em:<<http://www.onu.org.br/onu-condena-assassinatos-e-multilacoes-de-pessoas-com-albinismo-na-tanzania/>>. Acesso em: 11 Jun. 2013.

ONU, 07 Mai. 2013. Disponível em :<<http://www.onu.org.br/ataques-ritualisticos-contrapessoas-com-albinismo-na-tanzania-preocupam-especialistas-da-onu/>>. Acesso em: 11 Jun. 2013

Opera Mundi, Cidade do Cabo, 08 Jun. 2013. Disponível em:

<<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/29322/violencia+e+preconceito+a+perseguiçao+aos+albinos+na+afrika+do+sul.shtml>>. Acesso em: 11 Jun. 2013.

TANZANIA ALBINO SOCIETY. Disponível em: <<http://www.tanzaniaalbinosociety.org/>>. Acesso em: 11 Jun. 2013.

The Africa Report, 19 Out. 2012. Disponível em: <<http://www.theafricareport.com/East-Horn-Africa/africa-and-albinism-horrors-give-rise-to-awareness.html>>. Acesso em: 11 Jun. 2013.

UNDER THE SAME SUN. Disponível em:

<http://www.underthesamesun.com/sites/default/files/PWA%20Attacks%20in%20Africa_1.pdf>. Acesso em: 01 Jul. 2013

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND. Annual report 2011:Tanzania. Tanzania, 2012.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND. Situação atual da infância 2013: Resumo executive, crianças com deficiência. Nova York, 2013.

United Nations in Tanzania. Disponível em: < <http://tz.one.un.org/index.php/core-commitments/human-right>>. Acesso em: 14 Jun. 2013.

O NEOCOLONIALISMO E OS IMPACTOS DO IMPERIALISMO BRITÂNICO NO SUL DO CONTINENTE AFRICANO

Juliano dos Santos Bravo¹

RESUMO: O presente artigo constitui um estudo, basicamente, sobre o Neocolonialismo – fenômeno que se intensifica a partir de 1850, porém, tem como data marcante 1875, na qual se realizou formalmente a partilha da África na Conferência de Berlim. Analisa-se o Neocolonialismo a partir de três óticas: Econômica, Psicológica ou Cultural e Política ou Diplomática. E um estudo sobre o Imperialismo Britânico em solo sul africano, desde 1806 ao século XX. Bem como, o embate com a sociedade bôerer e suas consequências, e, um indesejável legado histórico para a África do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Neocolonialismo. Imperialismo. África do Sul.

ABSTRACT: This article presents a study basically about neocolonialism - a phenomenon that intensifies after 1850, however, has the remarkable date in 1875, which it was held formally partition for Africa in Conference of Berlin. Analyzes neocolonialism from three optical: Economic, Cultural and Psychological or Political and Diplomatic. And a study of British imperialism in South African soil, from 1806 to the twentieth century. As well as, the clash with society bôerer and its consequences, and, an undesirable historical legacy for South Africa.

KEYWORDS: Neocolonialism. Imperialism. South Africa.

INTRODUÇÃO

A história secular de exploração, opressão e segregação da maioria nativa deixaram consequências marcantes na sociedade sul-africana. E as origens desse legado datam muitos anos antes do século XIX. A África começou a ser explorada ainda no Mercantilismo, quando Espanha e Portugal eram as grandes potências europeias. Então pode se dizer de certa forma, que os europeus começaram a usar o território africano para seus interesses e da maneira que lhes melhor interessar, a partir do Mercantilismo.

¹ Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: julianobravo22@hotmail.com.

O Neocolonialismo ou Imperialismo é, simplesmente, apenas outra face da velha superioridade branca europeia. No entanto a de se ponderar, pois há algo de novo nesse colonialismo: o capitalismo liberal impulsionado pela segunda revolução industrial.

Esse conturbado momento histórico vivido pelos povos africanos é analisado mais a fundo no presente artigo, e, assim, tentar entender o modo como se deu esse colonialismo, sobretudo o britânico no sul do continente africano.

A região sul do continente africano, a partir do início colonização britânica passou por inúmeras transformações culturais, sociais, econômicas, que estão nas raízes do estado social, cultural e econômico que se encontra na atualidade. Grande parte dos problemas sociais, e também de alguns progressos, da sociedade da República da África do Sul hoje tem suas origens no desenrolar do colonialismo inglês.

1. A PARTILHA DA ÁFRICA

A partir de 1850, intensifica-se a expansão imperialista dos países da Europa, em especial da Inglaterra e da França, em direção à África e a Ásia. Esta expansão foi incentivada, em grande parte, pelas grandes indústrias que iam até esses continentes em busca de matéria prima e mercados consumidores para os produtos industrializados.

Esse processo, resumidamente, pode ser chamado de neocolonialismo. Foi diferente do colonialismo do século XVI, pois este se restringia a busca das especiarias, metais preciosos e produtos tropicais, sendo realizado com predominância pela Espanha e por Portugal, principalmente no continente americano, dentro dos objetivos do Mercantilismo.

Uma das principais causas desta nova expansão imperialista está ligada à Segunda Revolução Industrial e ao grande crescimento da produção naquele continente. A formação dos grandes monopólios e empresas multinacionais começaram a pressionar os governos das nações desenvolvidas na busca por novos mercados. Esse momento histórico caracterizou-se também pela fase do capitalismo monopolista ou financeiro.

O imperialismo aprofundou a divisão internacional do trabalho, através da qual os países pobres deveriam continuar a produzir produtos manufaturados, resguardando para os países centrais a produção industrial, o que vai levar ao continuísmo da dominação e dependência econômica e política das nações periféricas em relação aos países centrais.

A partilha da África, assim como da Ásia, foi decidida na Conferência de Berlim, em 1875, quando as nações dominantes reuniram-se para dividir os territórios dessas regiões. Foi no decorrer desse período que a África, um continente com cerca de trinta milhões de quilômetros quadrados, se viu retalhada, subjugada e efetivamente ocupada pelas nações industrializadas da Europa.

A África foi o último continente subjugado pela Europa. O que há de notável nesse período é, do ponto de vista europeu, a rapidez e a facilidade relativa com que, mediante um esforço coordenado, as nações ocidentais ocuparam e submeteram um continente assim tão vasto. É um fato sem precedentes na história.

No Pacífico não restou qualquer Estado independente. A África, por volta de 1914, pertencia inteiramente aos Impérios britânico, francês, alemão, belga, português e, marginalmente, espanhol. Com exceção da Etiópia, Libéria e da parte do Marrocos que ainda resistia à conquista completa.

Assim, busca-se entender os motivos que levaram a esse novo colonialismo, e, dessa forma, veremos as três principais vertentes.

1.1 Econômico

O modelo clássico de análise do neocolonialismo é pelo viés econômico: o imperialismo econômico. *John Atkinson Hobson*² partiu por esse caminho economicista para expor de maneira clara e concisa:

[...] a superprodução, os excedentes de capital e o subconsumo dos países industrializados levaram-nos a colocar uma parte crescente de seus recursos

² BUGIATO, Carlos Martins. Teoria do Imperialismo: John Hobson. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/viewFile/171/157>>. Acesso em: 19 out. 2013.

econômicos fora de sua esfera política atual e a aplicar ativamente uma estratégia de expansão política com vistas a se apossar de novos territórios.

Para o autor, estava aí a raiz econômica do imperialismo. Embora admitindo que forças de caráter não econômico desempenhassem certo papel na expansão imperialista, *Hobson* estava convicto de que:

[...]mesmo que um estadista ambicioso, um negociante empreendedor pudesse sugerir ou até iniciar uma nova etapa da expansão imperialista, ou contribuir para sensibilizar a opinião pública de sua pátria no sentido da urgente necessidade de novas conquistas, a decisão final ficaria com o poder financeiro.

Hobson também criticava as classes sociais dominantes da época, pois eram elas as únicas a se beneficiarem com o neocolonialismo, ou imperialismo econômico. Afirmava ser um mau negócio a nação, mas ótimo para essas classes, as quais eram formadas por grupos industriais e financeiros que lucravam com a guerra.

Lênin e *Rosa de Luxemburgo* estavam em consonância com *Hobson* no que tange a crítica do imperialismo econômico. Assim, foi aceita e usada por inúmeros especialistas marxistas, nacionalistas, revolucionários e intelectuais de esquerda ao redor do globo que descreviam o imperialismo e o neocolonialismo como resultado de uma exploração econômica descarada.

Embora a teoria econômica clássica de análise do imperialismo e do neocolonialismo possua falhas e não esclareça todo o processo, também não permite refutar sua conclusão de que o imperialismo, no nível mais profundo, é essencialmente econômico.

1.2 Psicológico ou Cultural

Analisa-se nesse viés as supostas teorias científicas e métodos sociais de justificação e também de manipulação no processo de certificação e de credibilidade do neocolonialismo. As principais são o *Darwinismo Social*³ e o Cristianismo Evangélico.

³ Foi Herbert Spencer o autor que popularizou a ideia de que grupos e sociedades evoluem através do conflito e da competição. Disponível em < <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5547.pdf> >. Acesso em: 21 nov. 2013.

A visão dos europeus era de que eles estariam estendendo a mão para os pobres povos africanos - e também asiáticos - e, assim, ajudando-os a se desenvolver. A missão do homem branco europeu era de levar a civilização aos povos menos desenvolvidos.

Surgiu, de maneira extremamente oportunista e tendenciosa, a distorção da Teoria da Evolução de *Charles Darwin*, como uma justificação “científica” aplicada às nações mais favorecidas, (“nações mais favorecidas”, digam-se europeias). De maneira racista originou-se o *Darwinismo Social*, que afirmava ser o homem branco e europeu mais desenvolvido que os africanos e asiáticos, logo, era sua obrigação e necessidade “ajudar” os povos mais atrasados.

Invocando o processo – distorcido - da *seleção natural*⁴, em que o forte domina o fraco na luta pela existência. Pregando que a força prima sobre o direito pensava-se que a partilha da África punha em relevo esse processo natural e inevitável.

Outro método social, cultural e de aculturação aos povos africanos foi o *Cristianismo Evangélico*, o qual criticava entusiasticamente a obra *A Origem das Espécies* (por divergir sobre a origem da vida no planeta), de *Darwin*, entretanto, sem o menor escrúpulo, aceitava as implicações racistas da obra *A Origem do Homem* – também de *Darwin*, da qual o escritor se vale do processo da *Seleção Natural* ao âmbito social.

Outra obra que influenciou o pensamento “civilizador” europeu foi o *Fardo do Homem Branco*⁵, escrito pelo poeta inglês *Rudyard Kipling*. Usado pelos países imperialistas como uma caracterização que justificasse a política neocolonial como um nobre empreendimento. Obviamente mais um racismo disfarçado.

Assim, salienta VOLTAIRE SCHILLING, “Para Kipling, o domínio do planeta era uma missão que todos os homens brancos deviam assumir, como um fardo, uma obrigação dos civilizados do mundo para com a parte que consideravam selvagem ou bárbara”⁶.

Sustenta-se, assim, que a partilha da África se deve, em parte não desprezível, a um impulso “missionário”, de aculturação e submissão, com o objetivo de “regenerar” os povos africanos.

⁴ < <http://ecologia.ib.usp.br/ffa/arquivos/abril/darwin1.pdf> > Pág. 93, Capítulo IV. Acessado em: 21 de nov. 2013.

⁵ < <http://www.barrosmelo.edu.br/aluno/professores/escaninho/uploads/8558.pdf> >. Acesso em: 21 nov. 2013.

⁶ <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/homem_branco.htm>. Acesso em: 19 out. 2013.

1.3 Diplomático ou Político

Por esse viés teórico estudado ao longo do tempo a explicação, do neocolonialismo na África, baseia-se puramente no ramo político. E permite ver os egoísmos nacionais dos Estados europeus de várias formas.

Como o prestígio nacional, CARLTON HAYER sustenta:

A França procurava uma compensação para as perdas na Europa com ganhos no ultramar. O Reino Unido aspirava compensar seu isolamento na Europa engrandecendo e exaltando o império britânico. A Rússia, bloqueada nos Balcãs, voltava-se de novo para a Ásia. Quanto à Alemanha e a Itália, queriam mostrar ao mundo que tinham o direito de realçar seu prestígio, obtido a força na Europa por façanhas imperiais em outros continentes. As potências de menor importância, que não tinham prestígio a defender, lá conseguiram viver sem se lançarem na aventura imperialista, a não serem Portugal e Holanda, que demonstraram renovado interesse pelos impérios que já possuíam, esta última principalmente, administrando o seu com redobrado vigor⁷.

E assim, fundamentalmente o imperialismo se demonstrou um fenômeno de ufanismo nacionalista, em que seus defensores tinham sede por prestígio nacional.

O equilíbrio de poder ou de forças está entre as principais causas da partilha da África, segundo alguns estudiosos, pelo motivo gerador de instabilidades entre as potências europeias. Pois, na África os interesses econômicos e políticos conflitantes poderiam desestabilizar o equilíbrio europeu, como de fato ocorreram momentos tensos entre as potências europeias advindos de conflitos de interesses em estados africanos. Para manter o equilíbrio europeu resolveram retalhar a África, para que cada país europeu – os principais – tivesse seu “terreno”. Assim não geraria confrontos.

Muitos estudiosos tentaram ao longo dos anos explicar o processo de partilha da África, de várias formas e enfoques distintos. Vale ressaltar, não levando em consideração essa ou aquela teoria com seu foco nesse ou naquele âmbito, que o somatório das vertentes é o que há de vital importância para o entendimento do tema.

⁷ <<http://cavaleirodahistoria.blogspot.com.br/2010/05/partilha-da-africa-teorias-explicativas.html>>. Acesso em: 19 out. 2013.

2. ÁFRICA DO SUL E O COLONIALISMO BRITÂNICO

2.1 1806 ao Século XX

O fim do século XVIII e início do século XIX foram marcados por intensas transformações no cenário internacional europeu, desde a Revolução Francesa – marco inaugural da Idade Contemporânea, segundo consenso dos historiados – até o Congresso de Viena – a busca do equilíbrio político europeu baseado no absolutismo. E essas transformações elevariam a Inglaterra a grande potência do século XIX, o que implicou inúmeras transformações e consequências para a história da África do Sul.

Na África do Sul localizava-se um ponto estratégico das potências marítimas, o Cabo da Boa Esperança, e a Inglaterra, ainda lutando pela hegemonia marítima-comercial, conquistou o controle definitivo da futura cidade do Cabo em 1806 e em 1815 ratificou o domínio formal, e a partir de então a cidade passou a ser a capital da Colônia do Cabo, território ultramarino inglês.

A partir de então os colonizadores ingleses se depararam com uma realidade completamente diferente e envolveram-se em novos interesses inesperados no território sul africano. E estes se diferenciaram completamente dos interesses anteriores, meramente comerciais.

A Inglaterra então instalou sua primeira administração, formado principalmente por militares. E desde que o Congresso de Viena definiu formalmente o território inglês, decidiu-se pela defesa dos interesses britânicos no sul da África. O que incluiu o governo dos *bôeres*⁸ e o controle das fronteiras com os *bantos*⁹.

⁸ São os descendentes dos colonos calvinistas dos Países Baixos e também da Alemanha e França, que se estabeleceram nos séculos XVII e XVIII na África do Sul cuja colonização disputaram com os britânicos. Desenvolveram uma língua própria, o *africâner*, derivado do neerlandês com influências limitadas de línguas indígenas, do malaio e do inglês. Hoje vivem na África do Sul e na Namíbia, mas também no Botswana e na Suazilândia.

⁹ Os bantos são provavelmente originários dos territórios onde hoje é Camarões e do sudeste da Nigéria. Por volta de 2000 a.C., começaram a expandir seu território na floresta equatorial da África central. Mais tarde, por volta do ano 1000, ocorreu uma segunda fase de expansão mais rápida, para o leste, e finalmente uma terceira fase, em direção ao sul do continente, quando os bantos se miscigenaram. Os bantos se misturaram então aos grupos autóctones e constituíram novas sociedades. Embora não existam informações precisas, o subgrupo etnolinguístico banto mais numeroso parece ser o zulu. A língua zulu é o mais falado na África do Sul, onde é uma das 11 línguas oficiais.

Em um primeiro momento a Inglaterra não desejava realizar uma colonização com ocupação direta, o que não era de interesse comercial, e, sim, fomentar a formação de uma classe social local dominante. E para evitar confrontos com os nativos, pois seria indesejável economicamente e politicamente, buscou estabelecer alianças com os chefes locais, bem como um incentivo para integrar sua população à economia colonial.

Essa classe enriqueceu e se desenvolveu mais que os bôeres, que viviam de uma agropecuária atrasada, e eram prejudicados pelo novo sistema, e necessitavam de mais mão-de-obra escrava e terras. Desse modo não conseguiram fazer frente ao livre-cambismo.

E a partir do final da década de 1820, a política colonial inglesa começou a mudar – o que prejudicará ainda mais os bôeres. O império estava cada vez mais ciente dos custos altos da manutenção dos grandes empreendimentos coloniais, e em 1825, somado a estabilidade política europeia, decidiu-se pela redução dos custos militares na Colônia do Cabo.

Outra mudança fundamental se deu em 1828, através da promulgação de uma lei de igualdade racial, e, em 1833, proibiu-se a escravidão. Somasse a essa ruptura política, o decreto que afirmava ser da colônia a responsabilidade com os custos de defesa da fronteira de povoamento, aumentando assim os tributos sobre os colonos.

A partir de então os bôeres viram-se cada vez mais sufocados na sociedade colonial e como reação iniciaram o Grande Trek (1836-1844), uma migração para o interior e nordeste, emigrando da Colônia do Cabo. Essa busca por novos territórios férteis para fixação para formar novas colônias logo se deparou com a realidade de ter de lutar por novas terras.

Entretanto, há outro problema que não residiu nos confrontos por novas terras e, sim, no fato de que, mesmo deslocando-se para fora da colônia, os britânicos continuaram a lhes tratar como súditos. E mesmo não afetando a posição imperial, deveriam ser chamados para prestar contas.

Em um dos confrontos, os bôeres enfrentaram os *ngoni*¹⁰, e estes já enfraquecidos com os povos não zulus acabaram derrotados em 1838. Momento em que

¹⁰ Povo banto do qual se originou o Reino Zulu.

os bôeres deram origem à República de Natal. Porém em 1842, os ingleses já anexaram a província ao império colonial.

A República de Natal significou, de maneira formal e institucional, o sentimento de nacionalismo *africâner*¹¹. Mesmo após perder sua primeira república os bôeres continuaram dedicados à luta por um território autônomo, ou seja, totalmente contra os interesses britânicos. E conquistando novas terras, derrotando chefes bantos e escravizando a população negra conseguiram formar novas repúblicas: o Estado Livre de Orange, 1842, e Transvaal (depois República Sul-Africana), em 1852, sob sistemas políticos dominados por fazendeiros, com o idioma holandês como língua oficial e o calvinismo como religião.

No entendimento de PAULO FAGUNDES VISENTINI:

A criação das repúblicas bôeres acabou por constituir enclaves de colonos brancos na África negra, como resultado de dois séculos de evolução econômica e social, impulsionados pela convicção religiosa e pela experiência militar. Os brancos estavam decididos a recusar aos 'não europeus' qualquer lugar na sociedade a não ser o de classe trabalhadora subordinada e subserviente, colocando um enorme problema aos interesses predominantemente britânicos.

O império britânico buscou acompanhar a movimentação bôerer a fim de não sofrer nenhuma surpresa política indesejada na colônia, e, então, em 1854 os ingleses já conquistavam Orange.

Nas repúblicas bôeres os brancos dependiam do trabalho negro, mas os queriam longe do sistema político e social, não os reservando direito algum. E, além de todas as características marcantes das sociedades bôeres, houve algo que acentuou ainda mais as tensões sociais; a descoberta de minerais preciosos.

O ano de 1867 marcou uma nova fase na exploração colonial britânica sobre os povos nativos sul-africano. A descoberta de jazidas de diamante na região de Kimberley, situada em Orange. Que se tornaria um ponto de imigrantes ingleses, acentuando ainda mais a divisão racial.

¹¹ São os povos bôeres se autodeterminando e produzindo o sentimento nacionalista, mesmo suas origens não ser do território.

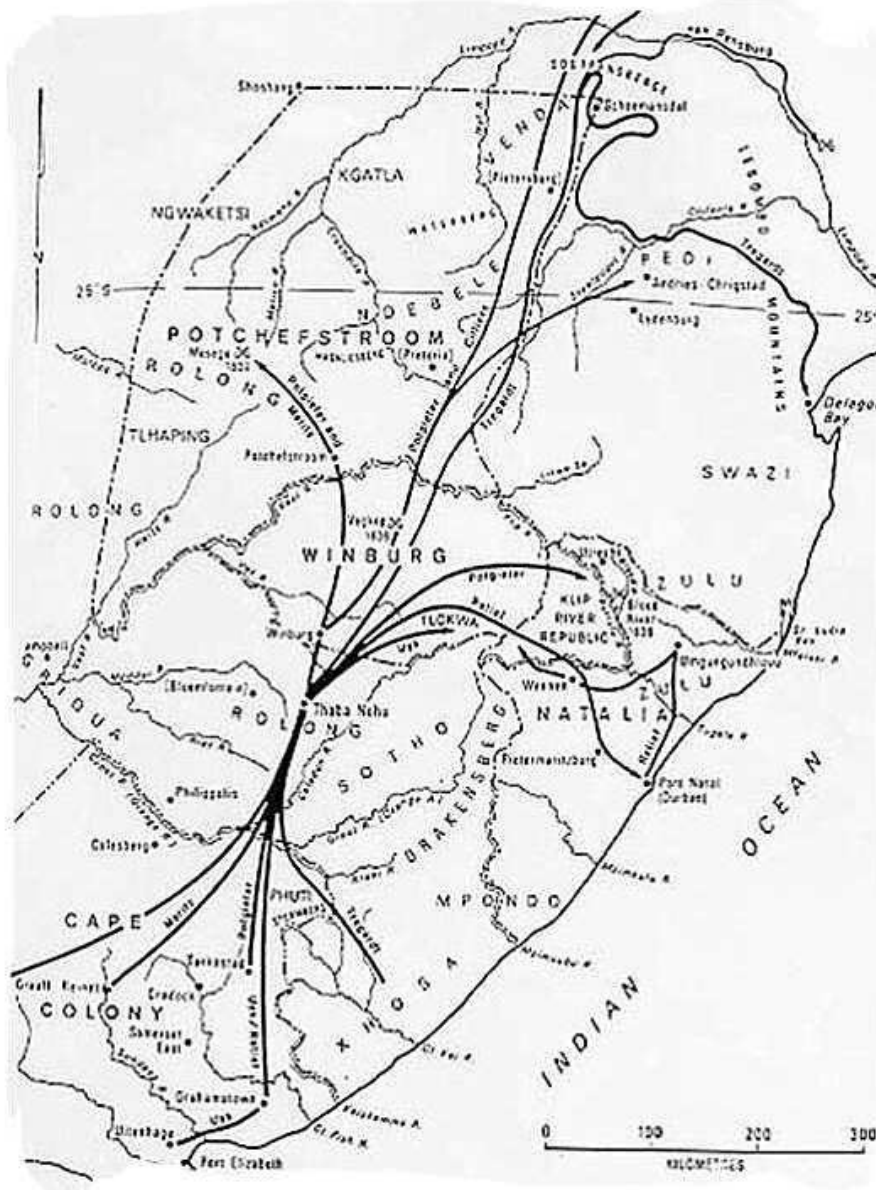
E em 1885, outra grande descoberta em território bôerer; jazidas de ouro. E nesse momento o controle da região se tornou questão de interesse nacional.

E a região do ouro atraiu muitos imigrantes ingleses que, através do capital minerador, formou a cidade de Johannesburgo.

A partir do ano de 1877 começaram inúmeras anexações, expulsões, invasões e confrontos entre o império britânico e os bôeres pela autonomia dos territórios, principalmente, aqueles de interesse do capital minerador. Soma-se a esse cenário, a pressão internacional pós Conferência de Berlim, pois a Alemanha obteve a colônia da região hoje conhecida como Namíbia, fronteira com a África do Sul. E então a Inglaterra não poderia deixar de estabilizar politicamente o seu protetorado colonial.

Nessas regiões o desenvolvimento de uma economia capitalista foi marcante, com investimentos e construções em infraestrutura, até para poder escoar até o litoral a exploração dos minerais preciosos para ser comercializado. As ferrovias foram de vital importância, contribuindo também para a exportação de produtos agrícolas. Esse desenvolvimento dominado por grandes magnatas que emigraram para o local sufocaram a economia bôerer, vista, as repúblicas como obstáculo ao crescimento do capital minerador.

Figura 1 – Grande Trek (1836-1854)



Fonte: <<http://www.south-africa-tours-and-travel.com/great-trek-in-south-africa.html>>

Cada vez mais excluídos na sociedade dominada pelos ingleses, os bôeres viram-se marginalizados e tendo que disputar os piores empregos com os africanos destribalizados. E essa disputa, reflexo da consolidação da hegemonia inglesa, acentuou o processo de defesa de segregação e racismo. Os brancos começaram a se organizar na busca de obter maior força para valorizar sua mão-de-obra e exigir políticas de segregação.

E em Kimberley, a partir dos anos de 1870, a cidade começou a viver sob arranjos sociais de segregação, que dará origem a todo país com o regime do *apartheid*¹². E, em 1899, a indústria sul africana de mineração era responsável por 1/4 da produção de ouro no mundo. A discriminação e segregação racial já eram aplicadas sistematicamente no processo minerador.

As últimas décadas do século XIX, em território sul africano, foram marcadas pela completa conquista da população nativa africana pelo regime britânico e pelos comandos bôeres. E também pelas guerras anglo-bôeres, com a total perda das repúblicas bôeres, que foram devastadas pelo império. O qual aplicou métodos cruéis e os primeiros campos de concentração.

A população sul africana continuava a ser predominantemente negra, e a Inglaterra passando pelo grande momento da segunda revolução industrial, usou massivamente essa grande mão-de-obra negra, a espoliando e explorando ao máximo.

Em 1910, a Inglaterra formalizou seu amplo domínio e vitória através da consolidação da União Sul-Africana, integrando o território inglês do Cabo e Natal com os anteriormente territórios bôeres do Orange e Transvaal. Esse momento foi de intensa mudança na história sul africana, pois, a constituição do país continha o inglês e o holandês como línguas oficiais, adotou-se um sistema parlamentarista, e, a consagração do princípio da Segregação (em 1948, *apartheid*).

Nesse sentido, observa ANALÚCIA DANILEVICZ PEREIRA:

A República acrescentou novos marcos racistas na política sul-africana. Podemos destacar: o estabelecimento da reserva dos melhores empregos para os brancos; o Native Land Act, lei de 1913 sobre as reservas indígenas, a qual restringiu o direito de propriedade e permanência dos negros às terras reservadas e dividiu a África do

¹² Foi um regime de segregação racial adotado de 1948 a 1994 pelos sucessivos governos do Partido Nacional na África do Sul, no qual os direitos da grande maioria dos habitantes foram cerceados pelo governo formado pela minoria branca. A segregação racial na África do Sul teve início ainda no período colonial, mas o *apartheid* foi introduzido como política oficial após as eleições gerais de 1948. A nova legislação dividia os habitantes em grupos raciais ("negros", "brancos", "de cor", e "indianos")¹, segregando as áreas residenciais, muitas vezes através de remoções forçadas. A partir de finais da década de 1970, os negros foram privados de sua cidadania, tornando-se legalmente cidadãos de uma das dez pátrias tribais autônomas chamadas de bantustões. Nessa altura, o governo já havia segregado a saúde, a educação e outros serviços públicos, fornecendo aos negros serviços inferiores aos dos brancos. E a origem dessa segregação, segundo muitos analistas, tem raízes no século XIX. A ideologia de superioridade branca e da discriminação racial era uma exigência do sistema de exploração agrária a que se dedicavam os bôeres/afrikaners. E ideologia extremamente forte e nacionalista bôerer também contribuiu para esse sistema repugnante.

Sul, 7% dos territórios para os negros, que representavam 75% da população e 93% das melhores terras foram entregues aos brancos, 10% da população (essa legislação foi precursora do Group Areas Act que instituiu as homelands no apartheid); e a lei de zonas urbanas de 1923, que limitou a permanência de negros em zonas específicas dos subúrbios de acordo com as necessidades de sua força de trabalho.

O período de 1910 a 1948 é de hegemonia britânica em solo sul africano. Durante esse tempo o povo, da hoje África do Sul, viveu sua história totalmente atrelada ao Império Britânico, e os nativos do território se viram marginalizados na sociedade. E as políticas governamentais caminhavam para manter o negro fora do processo de urbanização. Entretanto as forças econômicas os fizeram ir para as cidades e nelas só sobrava um lugar para eles: as favelas.

Assim os africânderes ainda eram a maioria da mão-de-obra do setor agrícola, e, no entanto, mais da metade dessa população se concentrava nos baixos postos de trabalho brancos, fábricas e indústrias mineradoras.

As décadas de 1930 e 1940 passaram por momentos históricos da sociedade sul africana. A África do Sul se torna oficialmente independente do Reino Unido em 1931. Mesmo independente a divisão racial se acentuou. E surgiu uma nova geração de líderes negros que lutaram pela liberdade da África do Sul. Porém se seguiu o regime do *apartheid* até 1993. E somente em 1994 ocorreram as primeiras eleições multirraciais na história sul africana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O neocolonialismo, com suas variadas teorias e métodos de análise, foi um processo notavelmente produzido pelas potências europeias. Em grande medida conduzido por variados motivos e em diferentes graus de influência, como o econômico – insuflado pela Segunda Revolução Industrial – psicológico ou “científico” – usado de maneira tendenciosa, ou justificatória, para um verdadeiro racismo e aculturação dos nativos da colônia –, político ou diplomático – uma corrida por prestígio nacional e em prol do equilíbrio europeu.

O Imperialismo produziu consequências desastrosas para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Ele causou o acirramento das rivalidades entre as grandes potências europeias, o que jamais fora previsto, pois o intuito era exatamente o contrário. E de um modo geral, praticamente em todos os países europeus, o Imperialismo e o Neocolonialismo trouxeram transformações internas no próprio sistema capitalista, pois a livre concorrência foi perdendo força, e a intervenção do Estado na economia, foi necessária. As grandes indústrias monopolistas exigiam o apoio do governo de seus respectivos países para a conquista de novos mercados consumidores.

A conquista de novos mercados, quase que necessariamente territórios, estava ligada a conquistas territoriais, que, por sua vez, conduziram à partilha da África e da Ásia entre os países imperialistas.

O colonialismo africano desperta um intenso debate a respeito de suas consequências para o desenvolvimento do continente. Historiadores da linha mais liberal afirmam que de modo geral o colonialismo foi uma influência benéfica, e na pior das hipóteses, não prejudicial para a África. Na outra via, os historiadores africanos, negros ou marxistas, alegam que o efeito positivo do colonialismo na África foi praticamente nulo.

Por um viés menos extremado, o impacto do colonialismo tanto é positivo quanto negativo. Entretanto, há de salientar que a maior parte dos efeitos positivos não é de origem intencional. E sim de consequências acidentais ou de medidas destinadas a defender os interesses dos colonizadores.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Marcelo; MACHADO, Evandro de Oliveira. Resenhas críticas. Disponível em: <<http://mortalcombate.net/apartilhadaafrica.pdf>>. Acesso em: 23 Out. 2013.

BUGIATO, Carlos Martins. Teoria do Imperialismo: John Hobson.

FACINA, Adriana. De volta ao fardo do homem branco: o novo imperialismo e suas justificativas culturalistas. Disponível em: <<http://www.barrosmelo.edu.br/aluno/professores/escaninho/uploads/8558.pdf>> Acesso em: 21 de nov. 2013.

HOBBSAWM, Eric J. A Era dos Impérios. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1998.

MACKENZIE, J. M., A Partilha da África – 1880-1900, Ática, São Paulo, 1994.

PEREIRA, Analucia Danilevycz, RIBEIRO, Luiz Dário Texeira, VISENTINI, Paulo Fagundes. Breve História da África. Leitura XXI. Porto Alegre, 2007.

SANTOS, André Almeida. O Processo de Análise do Continente Africano através de Múltiplas Fontes: A experiência em sala de aula com a disciplina de História baseada na lei 10.639/2003. Disponível em:

<<http://www.viencontroanpuhba.ufba.br/modulos/submissao/upload/44333.pdf>>. Acesso em: 23 de out. 2013.

SERÊN, Maria do Carmo. Rodrigues de Freitas e o Darwinismo Social. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5547.pdf>> Acesso em: 21 de nov. 2013.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevcz. África do Sul: História, Estado e Sociedade. Brasília: FUNAG/CESUL, 272 p. 2010.

NAUFRÁGIOS DE OUTUBRO DE 2013: ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO MIGRATÓRIA ÁFRICA-EUROPA NA ESFERA DA “ILEGALIDADE”

Alice Lopes Mattos
Éricka Aguirre de Melo¹

RESUMO: Em outubro de 2013, dois naufrágios ocorridos próximos a Ilha de Lampedusa (Itália) evidenciaram a situação fatídica a que estão sujeitos os que querem imigrar aos países europeus. Legitimados pela xenofobia existente na população local, políticas migratórias cada vez mais severas estão sendo implantadas, restringindo a possibilidade de migrar. A alternativa encontrada aos que almejam alcançar melhores condições de vida, então, é a clandestinidade. Na condição de imigrante ilegal, vários direitos são violados, inclusive alguns que são inerentes a eles, como os previstos na “Convenção Internacional Sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das Suas Famílias”. Assim, analisar-se-á a partir das condutas dos países da União Europeia (especificadamente da Itália) e das motivações dos africanos, o cenário que se delineia em torno do assunto em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Migração. União Europeia. África.

ABSTRACT: In October 2013, two wrecks occurred near Lampedusa Island (Italy) showed the fateful situation they are subject to those who want to immigrate to European countries. Legitimated by xenophobia existing in the local population, immigration policies increasingly stringent are being implemented, restricting the ability to migrate. The solution found to that aim at achieving better conditions of life, then, is underground. Provided illegal immigrant, several rights are violated, including some that are inherent in them, as provided in the "International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families." Thus, it will analyze from the conduct of EU countries (specifically in Italy) and the motivations of Africans, the scenario that emerges around the subject matter.

KEYWORDS: Migration. EU. Africa.

INTRODUÇÃO

Em outubro de 2013, duas embarcações, que levavam africanos que pretendiam ingressar clandestinamente na Europa, naufragaram nos arredores de Lampedusa, ilha italiana localizada ao sul do continente europeu e que recebe fluxos contínuos de imigrantes

¹ Acadêmicas do Curso Direito Diurno da Universidade Federal de Santa Maria.

(segundo a Agência da ONU para refugiados – ACNUR – até dia 30 de setembro de 2013, 30,1 mil imigrantes chegaram à Itália em embarcações vindas do norte da África). Essas sucessivas tragédias, que ocasionaram centenas de mortes, escancararam ao mundo o cenário de descaso e indiferença em torno do imigrante que, devido às crescentes restrições impostas pelos países, justificadas pela defesa de sua soberania e segurança social, está ingressando cada vez mais de forma clandestina nos países desenvolvidos.

Como Sutcliffe (1998) aponta, a migração consiste em determinadas pessoas deixarem seu lugar de origem para adotarem um novo, durante um período de tempo relativamente longo, mas não necessariamente permanente. É considerado como uma espécie de “anomalia”, principalmente porque ainda persiste a ideia de que todos nascem ligados a um país e ali devem permanecer, além da visão de que as pessoas são seres sedentários. Porém, muito mais que uma questão pertencente ao âmbito da antropologia e das ciências sociais, isso deve ser percebido através do viés político. Pois, é notável que apesar das imensas inovações que serviriam para aproximar as pessoas do mundo inteiro, as medidas impostas pelos estados têm obstaculizado cada vez mais a possibilidade de migrar. “En cuestiones de migración, la política correcta es la “contraglobalización”. (SUTCLIFFE, 1998) Assim, discursos xenofóbicos são “implicitamente” disseminados entre a população que cria cada vez mais aversão aos estrangeiros, pois há uma espécie de “demonização do estrangeiro” (ele seria o culpado pelo desemprego, crises econômicas, aumento da taxa de marginalidade, entre outros).

A vontade das pessoas de migrar, contudo, é tão grande a ponto de enfrentarem os mais diversos riscos e discriminações para ingressar no território almejado. Importante ressaltar que no presente artigo estamos nos referindo à migração voluntária. Todavia, como exposto por Sutcliffe (1998), praticamente todas as migrações são, em certa medida, forçadas, visto que estão em busca de condições dignas de sobrevivência. A maioria dos imigrantes africanos, por exemplo, estão fugindo da pobreza, conflitos civis e perseguições que ocorrem em seus países de origem. Em consequência disso, se submetem a entrarem, de forma clandestina, nos países europeus, passando a integrar uma das categorias com os direitos mais violados do mundo contemporâneo: o imigrante não documentado.

Há uma discussão acerca do emprego do termo “ilegal” ao imigrante. Segundo ensinamento do professor Angel G. Chueca Sancho (2007 apud JAROCHINSKI SILVA, 2009), não reside ilegalidade na pessoa humana, sendo, dessa forma, correto o uso do termo “indocumentado”. Contudo, como assevera Jarochinski Silva (2009), as políticas migratórias cada vez mais severas, tem criado a situação de ilegalidade no próprio indivíduo. Isso pode ser observado nas leis Turco-Napolitana e Bossi-Fini, ambas promulgadas na Itália, que permitem a detenção preventiva de imigrantes que aparentem periculosidade a algum cidadão ou a coletividade italiana. Ou seja, pune-se simplesmente por ser imigrante. Assim, apesar de outras denominações possíveis (clandestino, irregular, não autorizado, entre outros), será adotada principalmente a terminologia ilegal, pois o objetivo do artigo é mostrar como são as leis anti-imigratórias que impõe a conotação de crime ao simples ato de cruzar fronteiras. Porque, diferente de crimes como furto ou homicídio, a criminalização da imigração não é acolhida por todos os países, sendo apenas um reflexo da opinião que o país que está recebendo o imigrante tem sobre o assunto.

Porém, essas medidas coercitivas contra os imigrantes se mostram completamente exageradas, explicitando o cunho econômico e político, quando observadas as vantagens que os imigrantes ilegais auferem aos países receptores. Ao mesmo tempo em que são destituídos de qualquer direito social (seguridade social, por exemplo), pagam, ao menos, os impostos indiretos; são eles que ocupam empregos que os cidadãos locais geralmente não almejam, consistindo numa mão-de-obra barata; entre outros. Para a maioria dos países do norte, os imigrantes são vistos, principalmente, como força de trabalho.

Após essas colocações iniciais, o presente trabalho visa aprofundar o tema imigração ilegal a partir da perspectiva do africano imigrante e dos países que formam a União Europeia como os locais destinos. Importante notar que esses agentes são exemplos típicos de cada categoria e que, apesar de suas peculiaridades, mostram um pouco da relação geral imigrante- Estado receptor existente no mundo contemporâneo. Assim como em todas as relações firmadas entre países do Norte e países do Sul, a relação em destaque precisa sofrer uma inversão, pois cada vez mais os direitos individuais dos imigrantes são

violados, havendo uma sobreposição dos princípios da soberania e segurança ao da dignidade da pessoa humana.

1 NAUFRÁGIO DE SONHOS: OUTUBRO DE 2013

Por ser o Mediterrâneo um porto de sonhos, através dele, milhões de africanos deixam suas casas em busca de melhores condições de vida, muitas vezes, para escapar da pobreza e de conflitos armados. Segundo o Zero Hora do dia 27/10/13: “entre janeiro e setembro passado, 30,1 mil imigrantes chegaram à Itália, atravessando o Mar Mediterrâneo em embarcações vindas da África do Norte”.

Em outubro, 03/10/2013, cerca de 500 imigrantes da África Subsariana tiveram seus sonhos acabados com o naufrágio de um navio vindo da Líbia, que naufragou junto à costa da ilha italiana de Lampedusa, localizada no sul da Europa e conhecida por ser acolhedora de estrangeiros. O navio pesqueiro, de apenas 20 metros, incendiou primeiramente e depois naufragou.

Segundo o relato dos sobreviventes, havia aproximadamente 518 pessoas a bordo. As operações de busca foram concluídas no sábado, 12 de outubro de 2013, totalizando em 369 o número de mortos. Já os 155 sobreviventes responderão por imigração ilegal, com multa de cinco mil euros, se comprovada a ilegalidade.

Vale mencionar o posicionamento de Flavio Di Giacomo, representante da Organização Internacional para Migração na Itália: “A cobrança desse tipo de multa coloca o governo italiano na mesma ala dos transportadores clandestinos, contribuindo mais ainda para a exploração e extorsão dos imigrantes”.

Pouco mais de uma semana depois dessa tragédia, 11/10/13, houve um novo naufrágio de imigrantes no Mediterrâneo, em específico, na região triangular entre Malta, Líbia e a ilha de Lampedusa. Cerca de 200 imigrantes eram transportados com destino ao sul da Europa, acreditando-se que estariam fugindo da guerra da Síria. O número de mortos foi contabilizado em 34. Esse número, se comparado ao primeiro naufrágio, detecta o impacto que o primeiro teve no campo internacional.

A jurisdição dessa vez era de Malta com relação às operações de busca e prestação de socorros. Navios italianos, entretanto, também auxiliaram a pedido de socorro do país. Os sobreviventes foram conduzidos à ilha de Lampedusa e demais localidades próximas, onde esperarão os vereditos dos seus pedidos de asilo.

Denota-se, com essas tragédias, a necessidade de rediscutir as políticas migratórias europeias, debatendo entre os pontos mais divergentes: prevenção de naufrágios, direito ao asilo e proteção das fronteiras. Isso deve ocorrer a fim de evitar a continuidade trágica de muitos sonhos perdidos no Mediterrâneo.

2 EMIGRANTE ILEGAL AFRICANO: DA PERSPECTIVA DA MELHORA DE VIDA À DESILUSÃO AO SE DEPARAR COM A REALIDADE

Desde o século XV, o continente africano já apresentava grande contingente de emigrantes, sendo que o principal motivo era o trabalho escravo, principalmente na América. Atualmente, os principais motivos que levam os africanos a migrarem são o fenômeno da desertificação, fome, desemprego e guerras civis, continuando a migrar para a América, mas sobressaindo a emigração a Europa, devido à proximidade geográfica que tem com essa. Atravessar o Mar Mediterrâneo é mais fácil que atravessar todo o Oceano Atlântico.

A caótica situação dos países africanos e a imagem de uma terra de oportunidades que eles têm sobre a Europa, incentiva-os a se submeterem a terríveis situações de travessia. Atravessar o Mar Mediterrâneo em frágeis embarcações, se sujeitar às ações da máfia, viajar longas horas sem água ou comida, ou, ainda, ficar à deriva no Oceano Atlântico devido a uma tormenta são algumas das situações que passam para chegar ao continente europeu.

Após essa situação completamente desumana, eles se deparam com uma realidade não menos degradante: “surge uma figura que não é contemplada por direitos, apenas por deveres, pois o Estado que ela deixou não é capaz de exercer a sua tutela em outro território e o Estado em que ela se encontra não a considera um cidadão” (JAROCHINSKI SILVA, 2009). Os emigrantes buscam uma situação mínima de dignidade, visando estabilidade política e econômica, boa governança e acesso efetivo a serviços e bens

públicos, incluindo oportunidades de trabalho. No entanto, se deparam com uma situação de vulnerabilidade tão grande quanto a que eles estavam sujeitos em seus países.

Um elemento de grande relevância sobre a emigração africana, que não se aplica apenas aos ilegais, é a questão da xenofobia dos habitantes locais. Por terem características físicas visivelmente distintas da população local, o imigrante é percebido a qualquer momento. Por estar cada vez mais forte a aversão ao migrante, principalmente em épocas de crise aonde o que vem de fora é apresentado como uma ameaça, atitudes racistas e preconceituosas são praticadas constantemente.

Marcada principalmente pela predominância masculina, o número de mulheres que atravessam as fronteiras tem aumentado cada vez mais.

A tendência estaria ligada ao fracasso do modelo econômico de subsistência doméstica, o que motivaria as mulheres a buscarem outras formas de obtenção de renda. [...] o ganho de poder e participação das mulheres na sociedade africana pode contribuir significativamente para um avanço generalizado da economia no médio e longo prazo (NAIME, 2006).

Numa situação de vulnerabilidade maior do que de qualquer outro migrante, por não ter um lugar digno para regressar, os emigrantes não documentados africanos vão convivendo com o medo de serem descobertos e das sanções decorrentes disso, assim como coagidos por uma sociedade discriminatória que os vê como seres intrusos e inferiores.

3 A POLÍTICA (NÃO) MIGRATÓRIA DA EUROPA

Os países da União Europeia (bloco econômico, político e social formado por 28 países) são alguns dos destinos mais escolhidos pelos imigrantes recebendo, segundo relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais (CMMI) de 2005, cerca de 500 mil imigrantes ilegais por ano. Essa parcela extremamente significativa de imigrantes ilegais é consequência do número cada vez mais crescente de restrições impostas aos estrangeiros que pretendem residir nesses países, sujeitando-os a condição de

clandestinidade. É muito importante ressaltar que dentro do bloco a circulação de pessoas é permitida, sendo somente obstaculizada a entrada dos “outros” no território europeu.

A grande demanda de imigrantes que procuram a Europa não tem somente relação às condições econômico-sociais desses países - que são algumas das maiores potências econômicas mundiais, assim como apresentam alguns dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano do planeta - havendo também um cunho histórico-cultural. A maior parte dos países africanos tinham como metrópoles Estados europeus, sobressaindo a colonização feita pela Inglaterra e França, sendo a independência de grande parte deles recente em termos históricos, pois ocorreram somente no século XX (importante lembrar que ainda há colônias europeias localizadas na África, tais como a Ilha de Santa Helena), coexistindo, ainda, uma forte vinculação. Contudo, como Vidal (2013) assinala, é comum o ex-colonizador resistir ao fluxo de imigrantes que se apresenta de forma mais intensa, e a relação Europa-África não foge da regra.

Após a Segunda Guerra, a imigração era vista de forma benéfica, pois era considerada um instrumento para o desenvolvimento econômico do continente europeu. Entretanto, essa perspectiva começou a ruir, principiando a ideia que ocorre em muitos países de que o imigrante era o responsável por muitos dos problemas sociais e econômicos que ocorriam. A partir dessa transformação no paradigma, os países foram implementando políticas migratórias cada vez mais restritivas. Insta ressaltar que são políticas individuais dos estados-membros, com a UE agindo, não somente em relação às questões migratórias, mas no geral, dentro dos limites impostos por cada país. Essa autorregulamentação dos países e a dificuldade de consenso “paralisam o processo de formação de uma política comum efetiva na área migratória, embora a agenda instrumentalista e criminalizatória se reflita tanto nas determinações conjuntas da União quanto nas políticas individuais de cada Estado” (VIDAL, 2013). Dessa forma, a UE apresenta uma política migratória deficitária, o que vem causando muitas críticas, como a do Ministro do Interior italiano Angelino Alfano que, em 04 de outubro de 2013 no Parlamento romano, após a primeira tragédia ocorrida em Lampedusa, falou sobre a necessidade de um melhor posicionamento da União Europeia sobre a proteção das fronteiras.

Até o atual momento, o assunto foi tratado de forma conjunta pelos países europeus principalmente através da assinatura de Tratados. Um importante pacto firmado que alude a essa questão é o Tratado de Amsterdã, assinado em 1997, que, dentre outras coisas, visava um modelo-tipo de visto utilizado por todos os estados-membros em relação aos estrangeiros e a adoção de medidas conjuntas sobre imigração clandestina e estadias irregulares, assim como de entrada e permanência de estrangeiros por longos espaços de tempo. Esse tratado ensejou a criação, em 26 de outubro de 2004, da Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (FRONTEX), que, segundo o site oficial da organização, foi fundado para reforçar e dinamizar a cooperação entre as autoridades de fronteiras nacionais. A FRONTEX promove, coordena e desenvolve a gestão das fronteiras europeias (nesse contexto, há uma supressão das fronteiras internas, existindo apenas uma fronteira externa única).

Outra legislação que merece destaque é o Pacto Europeu sobre Imigração e o Asilo, de 24 de setembro de 2008, que faz importantes colocações, merecendo destaque as que versam sobre a imigração ilegal. Em suma, dispõe sobre algumas condutas que a União Europeia deve seguir a fim de fazer com que esses estrangeiros regressem aos seus países de origem, tais como incentivar aos países membros a criarem sistemas de incentivo para o regresso voluntário do assistido; tomar medidas rigorosas, por meio de sanções dissuasivas e proporcionais contra aqueles que explorem imigrantes sem autorização legal; assegurar a plena aplicabilidade, dentro da União, de uma decisão de expulsão tomada por qualquer país da UE; entre outros. Em 2009, foi acordado o Tratado de Lisboa, que reforçou a competência da União Europeia quanto ao controle nas fronteiras, do asilo e da imigração.

Atualmente, com o destaque, no âmbito internacional, do tema imigração e a pressão que a União Europeia tem recebido, dos próprios membros, de estabelecer melhorias, está se mostrando, no mínimo, uma vontade de modificar a situação. Os líderes da União Europeia já se reuniram duas vezes (até 25 de outubro de 2013), para discutirem sobre a necessidade de revisão da política migratória da União Europeia. A repercussão dos naufrágios de navios de imigrantes ocorridos atualmente, ao menos, serviu para evidenciar uma situação estagnada que, desde sempre, merecia uma maior atenção e dedicação por

parte das autoridades europeias, pois tragédias que ensejaram a morte de muitos imigrantes no Mar Mediterrâneo já ocorreram várias vezes (nos últimos seis anos, segundo a ONU, cerca de sete mil pessoas morreram ao tentar atravessar o Mar Mediterrâneo).

4.1 Itália: as fronteiras que barram direitos

País que tem sua história marcada pela emigração, pois muitos de seus cidadãos procuraram condições de vida melhores em outros países (incluindo o Brasil), a Itália, até meados da década de 1980, diferenciava-se dos outros países da União Europeia pela sua política migratória. Enquanto estava havendo uma onda de políticas internas para restringir a entrada de estrangeiros nos países europeus, o Estado italiano adotava uma postura liberal, com abertura das fronteiras, a fim de fomentar o turismo. Porém, isso começou a mudar.

Se até 1985 o interesse italiano em promover o turismo permitia que não fosse necessário apresentar o visto de turista de cidadãos oriundos de 78 países (entre os quais Marrocos, Argélia, Tunísia, Senegal e Mauritânia), e sua política externa enfraquecia qualquer tentativa de desenvolver um controle rígido das entradas temporárias, no intervalo de poucos anos o requerimento dos vistos tornou-se obrigatório e foi introduzido para todos os países cuja apresentação até então não era necessária, sobretudo com relação aos indivíduos oriundos de países africanos, de modo que este mecanismo tornou-se fundamental para a política migratória que a partir deste momento começou a ser estabelecida (GARCIA, 2011).

Essa mudança de comportamento teve como um dos estopins o fim do comunismo na Albânia, que ocasionou um fluxo migratório muito alto em direção à Itália. A mudança de pensamento foi geral, atingindo a população e a classe política. A rapidez com que a conotação do discurso migratório se transformou também foi muito influenciada pela crise que estava ocorrendo na Itália: desemprego, declínio da economia, aumento da violência. Tudo isso foi ocasionando a criação de uma série de leis que dificultava cada vez mais a imigração como a Lei Martelli (criada em 1990, que iniciou a gradativa criminalização do imigrante), o Decreto Dini (1995), o Decreto Conso (1995), a Lei Turco-Napolitana (1998), a Lei Bossi-Fini (2002), entre outras.

Nessas normas, muitas condutas violadoras de direitos humanos estavam legitimadas, em prol de uma segurança social. A Lei Turco-Napolitana, em uma parte de seu

texto, obriga que, a qualquer momento que for solicitado, o imigrante tem a obrigação de mostrar seu passaporte ou outro documento de identificação, sob risco de ser punido com pena de detenção de até seis meses se não apresentar. Ainda nessa lei, evidencia-se a ideia de imigrante somente como força de trabalho, ao prever que somente é permitida a estada no país enquanto durar o contrato de trabalho.

A Lei Bossi-Fini vai ainda mais longe, dispondo normas de caráter evidentemente xenofóbico, como a norma “de preferência nacional ou comunitária”, que permite algum trabalhador italiano ou comunitário requerer a ocupação do cargo no lugar do trabalhador estrangeiro no período de até 20 dias após a contratação. Há ainda nessa lei a previsão de que imigrantes vindos de países que não colaboram com o governo italiano contra a imigração clandestina, vão sofrer ainda mais restrições. No entanto, uma das principais inovações que a promulgação da Lei Bossi-Fini trouxe em relação à política migratória italiana são os Centros de Detenção dos imigrantes, local onde são levados imigrantes que foram detidos sem documentos e que não podem ser expulsos imediatamente. Para esses lugares também são levadas pessoas que, simplesmente, aparentam uma periculosidade, ou seja, não cometeram nenhum delito, mas são detidas preventivamente.

Em 2009 foi firmado o Pacto de Segurança, que põe a imigração como questão de segurança pública, ficando a questão migratória ao lado de leis que versam sobre o combate à máfia, ao tráfico, à exploração sexual, entre outros. Como Garcia (2012) assinala, a partir dessa equiparação fica evidente, que os imigrantes são vistos como uma ameaça e a imigração é entendida como um crime que deve ser combatido e evitado com todos os meios possíveis.

Nos últimos anos, as medidas provenientes da política migratória da Itália estavam enrijecendo ainda mais, pois, devido aos acontecimentos ocorridos na Primavera Árabe, o número de pessoas que estavam saindo dos países dos conflitos, escolhendo como destino a Itália, estava muito elevado. A situação estava tão grave que, em janeiro de 2012, a Corte Europeia de Direitos Humanos condenou a Itália após o país ter interceptado e enviado de volta à Líbia 24 pessoas que estavam a bordo de uma embarcação ilegal que

visava chegar à Itália. Segundo a decisão, a Itália violou a Convenção Europeia de Direitos Humanos, documento que proíbe ações desumanas, assim como expulsões coletivas.

4 DIREITOS HUMANOS DOS IMIGRANTES

A necessidade de amparar legalmente os imigrantes surgiu com a expansão capitalista do século XX, visto que não havia menção alguma sobre seus direitos como pessoa, muito menos proteção contra ações violentas, reacionárias e xenofóbicas dos Estados contrários à migração. Na verdade, o termo sujeito de direitos estava imbrincado na concepção dualista: cidadão e outros.

Os “outros” configuravam a categoria de imigrantes que, ao invés de serem tratados como sujeitos de direitos, adotando a teoria humanista, serviam como objeto do Estado, submetidos aos seus interesses econômicos e políticos. Em síntese, o panorama antecedente à II Guerra Mundial reduzia o estrangeiro à ausência de voz e ação, sendo amparada, legalmente, pelo substrato legal do Estado Soberano.

O posicionamento da sociedade internacional pelos direitos e liberdades dos estrangeiros deu-se após a II Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas. Em 10 de dezembro de 1948, foi criada a Declaração Universal dos Direitos do Homem que consolida, em seu preâmbulo, “o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades”. Assim, é pacífico o entendimento que a proteção aos imigrantes já era prevista, ainda que indiretamente.

A fim de trazer efetividade ao campo internacional, dado que muitos compreendem a Declaração Universal dos Direitos do Homem como uma recomendação, a mesma foi destituída de poder vinculante. Surgiram, após 1948, diversos tratados de Direito Internacional dos Direitos Humanos, baseados na Declaração, porém com viés mais protetivo quanto aos Direitos Humanos dos Imigrantes. Ressaltamos, em especial, a Convenção Internacional Sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das Suas Famílias.

Aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1990, essa convenção tem seu teor dividido em nove partes, que estabelecem normas, considerando a situação de vulnerabilidade do imigrante, ao mesmo tempo que reconhece a gravidade da situação do estrangeiro ilegal. Tenta, portanto, contribuir para a harmonização das condutas dos Estados com o reconhecimento, por partes desses, de princípios fundamentais dos trabalhadores migrantes e membros de suas famílias.

A Convenção é bem dinâmica, haja vista sua amplitude temática ao abordar questões relacionadas à expulsão, à imigração, aos direitos à educação, à política, à cultura e entre outros. Salientamos que os imigrantes também possuem deveres para com a sociedade, como dispõe o art. 34: “Nenhuma das disposições da Parte III da presente Convenção isenta os trabalhadores migrantes e os membros das suas famílias do dever de cumprir as leis e os regulamentos dos Estados de trânsito e do Estado de emprego e de respeitar a identidade cultural dos habitantes desses Estados”.

Apesar do seu reconhecimento internacional e significância como uma das oito melhores convenções sobre direitos humanos, o número de ratificações é acanhado. Somente 47 países ratificaram-na dos 193 Estados membros da ONU. Alguns deles como a Argélia, Argentina, Azerbaijão, Belize, Bolívia, Bósnia y Herzegovina, Burkina Faso, Cabo Verde, Chile, Colômbia, Equador, Egito, El Salvador, Filipinas, Ghana, Guatemala, Guiné, Guiné-Bissau, Honduras, Jamaica, Kirgistão, Lesoto, Líbia, Mali, México, Marrocos, Mauritânia, Nicarágua, Paraguai, Uruguai, Peru, entre outros.

Infelizmente, talvez em virtude da natureza egoísta do homem lembrada por CANÇADO e inferida por Hobbes ainda no século XVII, a Convenção teve poucas ratificações, sendo sua maioria de países tradicionalmente emissores de mão de obra, ou seja, que possuem interesse em ver garantidos os direitos a seus emigrantes (VIDAL, 2013, p. 40).

Com esse panorama, deparamo-nos com a ineficácia da Convenção, visto que a obrigatoriedade no direito internacional está ligada à recepção estatal. A internalização, por partes dos Estados, dos tratados e pactos depende do procedimento disposto na sua Constituição Interna. Outro problema é a própria construção político-normativa dos

Tratados de Direitos Humanos, pois possui moldes arraigados na tríade: liberdade, igualdade, fraternidade, meramente formalista do Estado Moderno.

A formação dos direitos humanos nos sistemas democráticos modernos pode estratificar preconceitos que conduzam à legitimação da “manutenção” da violência, agora não ostensiva, do Estado sobre a pessoa, pela aniquilação do político (REDIN, 2013, p. 24).

A desconstrução do modelo estatal, comprimido ao viés reducionista e economicista, que prioriza o interesse do Estado e a proteção dos nacionais, incluindo os imigrantes, para excluí-los posteriormente, pode ser realizada. Isso é plausível de se concretizar desde que se ampliem e se apliquem os direitos fundamentais aos imigrantes, assim como se faz necessário que corroborem na reconstrução da própria noção de Estado-Nação e a condição do imigrante seja com relação aos seus direitos, deveres e a própria política migratória. Nesse sentido,

É possível uma filosofia dos direitos humanos, além da compreensão de que a relação entre “homem” e “cidadão” é uma perspectiva que dissolve a ideia de fundação, pois a cidadania é feita pelo homem e não o “homem” pela cidadania (REDIN, 2013, p. 59).

É com esses preceitos de proteção aos direitos, liberdade, dignidade, igualdade e entre outros, que se baseia o direito internacional de direitos humanos. Como assevera Cançado Trindade (2003 apud FALKEMBACH, 2004, p. 35): “Trata-se essencialmente de um direito de proteção, marcado por uma lógica própria, e voltado à salvaguarda dos direitos dos seres humanos e não dos Estados”.

Nesse aspecto, está um dos mais angustiantes dilemas, pois aparentemente há uma restrição da autonomia estatal em detrimento das normas jurídicas internacionais protetivas ao imigrante, uma vez que cada Estado detém autonomia na ratificação de um tratado e na elaboração da sua política migratória. Isso pode acontecer desde que respeitado o fundamento do Direito internacional, isto é, desde que sejam respeitadas sua justificação, legitimidade e obrigatoriedade.

Nesse sentido, a adoção da concepção de Direito Natural seria de grande relevância para fundamentar o Direito Internacional, pois, ao se considerar a dignidade da

pessoa humana e o respeito às diferenças como princípios acima do positivado em normas, em qualquer lugar o ser humano seria sujeito de direitos. Em suma, os Estados deverão obedecer às regras convencionais e costumeiras, quando essas defenderem o bem comum da coletividade.

CONCLUSÃO

A reflexão sobre a mobilidade humana no Mediterrâneo foi evidenciada no cenário europeu, tendo em vista os últimos acontecimentos que envolveram os naufrágios africanos. Assim, é inegável a carência de análise humanista quanto aos direitos dos imigrantes, em específico na Itália, visto que esses são, frequentemente, violados no âmbito internacional. Observando-se as medidas italianas descritas no decorrer do texto, o imigrante italiano encaixa-se no termo “vida nua”, pois, a cada lei promulgada, seus direitos estão sendo restringidos, limitados e retirados.

Deverá ser repensada a política de imigração europeia, pois a atual rigidez das normas não comporta o devido equilíbrio do binômio internacional: soberania estatal e proteção à pessoa humana. A migração precisa ser compreendida não, apenas, a partir do interesse do Estado, mas intentando ao bem-estar do indivíduo que migra. Necessita haver uma mudança no paradigma migratório, que reduz o africano a mero objeto estatal. De instrumento de exploração laboral, ele deve começar a ser tratado como sujeito de direito que contribui ao desenvolvimento do país de origem e do receptor. Quando se visa à participação do migrante na vida social, não o classificando como “outro”, o “de fora”, a aversão que se instalou na mente dos nacionais pode começar a ruir, deixando as práticas racistas de lado e deslegitimando os discursos xenofóbicos dos que estão no poder.

O episódio que ocasionou mais de 400 mortes ilustra a quantidade de vidas, sonhos, objetivos que já foram deixados no Mar Mediterrâneo nas últimas décadas. Os esforços destinados a obstaculizar a entrada dos estrangeiros nas fronteiras europeias precisam ser revertidos em empenho por parte das autoridades desses países em acabar com o crescimento do número de imigrantes vitimados.

REFERÊNCIAS

A MORTE da Política Migratória Europeia. Estadão, São Paulo, 04 out. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,a-morte-da-politica-migratoria-europeia-,1081766,0.htm>>. Acesso em: 30 out. 2013.

AGÊNCIA DA ONU DE REFUGIADOS. In: ACNUR. [S.l]: Fundación Galileo, 2003. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/lista-de-noticias/>>. Acesso em: 30 out. 2013.

EUROPEAN AGENCY FOR THE MANAGEMENT OF OPERATIONAL COOPERATION AT THE EXTERNAL BORDERS OF THE MEMBER STATES OF THE EUROPEAN UNION. In: FRONTEX. Varsóvia, 2012. Disponível em: <<http://www.frontex.europa.eu/about-frontex/mission-and-tasks>>. Acesso em: 31 out. 2013.

FALKEMBACH, L. M. As políticas migratórias e a proteção internacional dos direitos e liberdades dos imigrantes na relação Brasil-EUA. 2004. 120f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

GARCIA, F.D.F. Direitos humanos x políticas migratórias: os centros de detenção para imigrantes na Itália In: Encontro Anual da ANPOCS, 36, 2012, Águas de Lindoia. Anais do 36º Encontro Anual da ANPOCS. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8091&Itemid=76>. Acesso em: 29 out. 2013

GARCIA, F.D.F. Globalização x localização: os centros de detenção para imigrantes na Itália. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA DA UFPR, 4., 2011, Curitiba. Anais do 4º Seminário Nacional Sociologia e Política. Curitiba: UFPR, 2011. Disponível em: <http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais2011/4_62.pdf>. Acesso em 28/10/2013

GRABAUSKA, F. Porto dos desesperados: da guerra à deriva. Zero Hora, Porto Alegre, 27 out. 2013, p. 16-17.

ITÁLIA critica política migratória e fronteiriça da UE após naufrágio de Lampedusa. Euronews, Lyon, 04 out. 2013. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2013/10/04/italia-critica-politica-migratoria-e-fronteirica-da-ue-apos-naufragio-de-/>>. Acesso em: 30 out. 2013.

JAROCHINSKI SILVA, J.C. A imigração ilegal e o Direito Internacional. 2009. 113f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2009. Disponível em: <http://biblioteca.unisantos.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=228> Acesso em 31 out. 2013

LÍDERES da UE não chegam a acordo sobre imigração. Estadão, São Paulo, 25 out. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,lideres-da-ue-nao-chegam-a-acordo-sobre-imigracao,1089632,0.htm>>. Acesso em: 30 out. 2013.

NAIME, J. O Perfil da migração africana. In: CONJUNTURA internacional. Belo Horizonte: PUC Minas, 2006. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20061206142629.pdf?PHPSESSID=0295a6600ccdea5fa08803d1899a873e>. Acesso em 31 out. 2013.

REDIN, G. Direito de Imigrar: Direitos Humanos e Espaço Público. Florianópolis: Conceito Editorial, 2013. 229p.

SUTCLIFFE, B. *Nacido en otra parte: un ensayo sobre la migración internacional, el desarrollo y la equidad*. Bilbao: Facultad de Ciencias Económicas, 1998.

_____. Tratados firmados na União Europeia. Disponível em: <http://europa.eu/legislation_summaries/index_pt.htm>

VIDAL, Marcelo de Oliveira. Instrumentalização da migração: política migratória e competências da União Europeia e Estado Nacional Espanhol, 2013. 147 f.; Tese (Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CRISE DE 1929 E MARGINALIZAÇÃO DO POVO AFRO-AMERICANO: O CONTEXTO DO SURGIMENTO DO BLUES

Alex da Silva Rodrigues¹
Filipe Seefeldt de César²

RESUMO: O presente artigo pretende abordar a Crise de 1929 (contexto da Grande depressão) e a marginalização dos negros estadunidenses como formadores do contexto no qual surgiu o Blues. O objetivo principal é deixar claro o papel desse grupo de fatores na formação e consolidação desse estilo musical, o qual é presente até os dias de hoje, mantendo um número considerável de fãs e seguidores. O método utilizado para a elaboração do presente trabalho foi a pesquisa bibliográfica e através de documentários. Em um primeiro momento, aborda-se a Crise econômica de 1929, suas origens e suas consequências. Depois, comenta-se sobre a marginalização do negro antes, durante e depois da Guerra Civil norte-americana (Guerra de Secessão), bem como sobre a mistura de culturas que resultou no Blues.

PALAVRAS-CHAVE: Crise. Afro-americanos. Blues.

ABSTRACT: This article intends to approach the 1929 crisis (context of the Big Depression) and the marginalization of the American black people as makers of the context in which the Blues appeared. The main objective is to make it clear the role of this group of factors in the formation and consolidation of this musical style, which is still present nowadays, keeping a considerable number of fans and followers. The used method was bibliographical research and research through documentaries. At first, it's approached the 1929 crisis, its origins and consequences. Then, it's commented about the Civil War, as well as the mix of cultures which resulted in the Blues.

KEY WORDS: Crisis. Marginalization. Blues.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo tornar mais claro para o leitor o desenrolar do processo histórico que originou o Blues. Evidenciar a complexidade e a multiplicidade de fatores envolvidos nesse processo é elemento chave para este artigo, uma vez que se procura aprofundar tanto o contexto da Crise de 1929 quanto as raízes da discriminação dos negros, as quais datam de antes do conflito conhecido como Guerra de Secessão. Através de pesquisa bibliográfica em artigos e análise de documentários, tenta-se compilar conhecimentos construídos até agora sobre o referido processo histórico,

¹ Acadêmico do curso de Relações Internacionais da UFSM. E-mail: alexsilva_rod@hotmail.com.

² Acadêmico do curso de Relações Internacionais da UFSM. E-mail: fsdecesaro@hotmail.com.

apresentando, finalmente, o Blues como resultado final da combinação de fatores econômicos, políticos, sociológicos e, principalmente, culturais. Após uma apresentação sobre a recessão econômica de 1929, bem como de seus impactos na sociedade, abordar-se-ão os aspectos presentes na temática da Guerra de Secessão. Comentar-se-á, também, sobre o ponto de vista antropológico e cultural, dado o sincretismo de manifestações artísticas presente nesse contexto. Serão, por fim, mostrados também trechos de algumas músicas, para que fique claro ao leitor como o referido estilo musical reflete a complexidade dos fatores que o construíram.

1 A CRISE ECONÔMICA DE 1929 E SEUS IMPACTOS SOCIAIS

1.1 Apresentação da Crise (definição e natureza da mesma)

O final da década de 1920 reservava para o liberalismo econômico o mais violento golpe que este poderia sofrer em sua história até então. Embalado pelo arcabouço teórico fornecido pelos pensadores clássicos da ciência econômica – tais como Adam Smith, Jean-Baptiste Say, Thomas Malthus e David Ricardo –, o capitalismo de livre mercado atingia um boom produtivo no período logo após a primeira guerra mundial. Esse aumento na produção dava um ar de esperança às economias ocidentais não afetadas por guerras civis e revoluções, o que pode talvez ter cegado os olhos de muitos aos perigos representados pelos casos de hiperinflação (com destaque para o exemplo alemão) e os demais fatores que minavam a demanda agregada. Essa demanda agregada, por sua vez, acabaria por não acompanhar os aumentos frenéticos na produção, o que resultaria na trágica quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, e na Grande Depressão que a seguiu durante a década de 1930.

Terminada a primeira guerra mundial, os países europeus envolvidos diretamente no conflito estavam devastados economicamente e no que se refere à infraestrutura. A Alemanha, especialmente, encontrava-se em situação econômica deplorável, dadas as cobranças impostas pelo Tratado de Versalhes, que a colocava como única culpada pela guerra e fazia com que os germânicos recorressem a gigantescos empréstimos para tentar cumprir sua pena. Esse estado no qual se encontravam as

potências europeias, aliado à grande capacidade produtiva da economia estadunidense, fez com que o boom econômico ocorresse. A Europa precisava de ajuda, e essa necessidade se convertia em demanda para a produção dos Estados Unidos. Assim, fez-se astronômico o crescimento e o frenesi produtivo, pois havia emprego, havia investimento e, principalmente, retorno ao investimento, dada a situação propícia. Foi nessa época, inclusive, que surgiu o padrão de vida norte-americano – *the american way of life* -, fruto da imensa prosperidade e do aumento de poder aquisitivo dos cidadãos norte-americanos.

O que acabou ocorrendo, porém, foi a ruína da base sobre a qual o boom econômico se sustentava. Na medida em que se recuperavam, as economias europeias passavam a não mais necessitar do suporte norte-americano, e as importações do excedente produtivo dos EUA começavam a cair de forma assustadora. Seria um equívoco afirmar que essa ruína surpreendeu a todos, uma vez que economistas como John Maynard Keynes já vinham alertando que, para contrabalancear a fulminante onda produtiva, seria necessária uma revolução igualmente fulminante no lado da demanda, o que não ocorria. Pelo contrário: a demanda agregada estava seriamente comprometida.

Estoques gigantescos passavam a se formar, e a oferta ficava cada vez maior que a demanda. Os momentos de prosperidade haviam gerado uma euforia, a qual causou um crescimento do capital especulativo (compra de ações), visto que a renda dos trabalhadores fora aumentada – bem como seu otimismo – graças ao boom econômico. Assim, no momento em que as ações começaram a perder seu valor graças à superprodução – fator chave da Crise de 1929 -, houve uma verdadeira correria desenfreada de investidores tentando vender as ações, cujos preços despencavam. Esse processo culminou com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, no dia 24 de outubro de 1929. Literalmente da noite para o dia, agentes que detinham fortunas passaram à situação de pobreza – alguns, inclusive, perderam tudo o que tinham. Inúmeros bancos fechavam suas portas e, para piorar definitivamente a situação, a crise internacionalizava-se, devido ao fato de que os Estados Unidos eram os maiores credores, importadores e exportadores do sistema internacional. A alta conectividade do mercado internacional fez com que a Crise atingisse o mundo inteiro, multiplicando suas proporções.

Como consequência, os níveis de desemprego chegavam a patamares inimagináveis, tanto nos EUA quanto em outros países. Estoques eram destruídos e produtores (principalmente agrícolas) eram pagos para não produzir. No Brasil, queimava-se café ao invés de carvão nas locomotivas a vapor. Nos Estados Unidos, a taxa de desemprego era de cerca de 27%. Formava-se a mais grave crise da história do capitalismo.

1.2 Impacto social da recessão econômica

Não se pode compreender a real dimensão da Crise econômica em questão apenas ressaltando seu caráter internacional. É necessário dar um enfoque pontual na análise da esfera doméstica, observando o impacto social que a crise de superprodução causou. O desemprego, como foi mencionado antes, atingiu níveis catastróficos, e era comum ver fábricas paradas, não produzindo nada e estampando cartazes para avisar que não precisavam de mão de obra. Tudo isto era fruto de um ciclo: a desvalorização extrema das ações fazia com que os agentes não pudessem pagar seus empréstimos, o que causava falências bancárias, que por sua vez pioravam muito a situação das empresas. A superprodução e suas consequências nefastas deixavam famílias – que outrora gozavam de poder aquisitivo e boas condições de vida – a vagar pelas ruas tentando vender aquilo de que indústria nenhuma estava precisando: sua força de trabalho. Pessoas que outrora foram dos estratos mais abastados da sociedade passavam, no início da década de 1930, pelo constrangimento de enfrentar uma fila para refeições comunitárias grátis – a “sopa dos pobres”.

O aumento do número de pessoas em profunda dificuldade econômica trouxe como óbvia consequência maiores índices de criminalidade e violência nas ruas. Além da insegurança, havia também a instabilidade política, uma vez que as massas de desempregados – maiores do que nunca – saíam às ruas para protestar, o que muitas vezes não era pacífico. No verão de 1932, o “Exército da Bonificação”, um grupo formado por 15 000 desempregados veteranos da primeira guerra mundial, foi causador do mais violento levante popular até então, no qual foi reivindicada a antecipação do pagamento de bonificações de guerra, como tentativa desesperada de sair do abismo do

desemprego. Washington foi palco de impiedosos enfrentamentos entre manifestantes e forças armadas, o que deixou centenas de feridos. Toda essa agitação popular teve impacto direto na política, através da perda de credibilidade do então presidente Herbert Hoover e a eleição de Franklin Delano Roosevelt. Era a falha definitiva das tentativas desesperadas do governo Hoover de acalmar a população e tentar deixá-la esperançosa através de pronunciamentos de economistas, os quais faziam vagas e equivocadas previsões de que a prosperidade e as oportunidades estavam em um futuro muito próximo.

A situação do trabalhador rural não era diferente, uma vez que a crise de superprodução já aparecia nesse setor até mesmo antes das crises industriais. O êxodo rural aparece como consequência inevitável disto, causando o engrossamento das fileiras de desempregados na zona urbana. Os trabalhadores rurais que esse êxodo “injetou” nas cidades eram, em sua maioria, negros, os quais traziam consigo sua cultura. Essa cultura era um fruto da interação entre raízes africanas dos escravos e décadas de impiedosa exploração do trabalho negro (pré e pós-abolição da escravatura), o que será abordado mais adiante nesse trabalho. Assim, pode-se dizer que a Crise de 1929 foi fator fundamental para trazer a cultura afro-americana para o meio urbano dos Estados Unidos, preparando o solo no qual o Blues germinaria.

A ideia principal que se quer ressaltar é que a Crise de 1929 e a Grande Depressão causaram níveis recordes de desemprego, aumento drástico da pobreza e dos níveis de violência e criminalidade, bem como instabilidade política advinda de notável descontentamento popular. Esse grupo de fatores desenhou o cenário no qual surgiria o Blues, fruto da manifestação cultural do sofrimento de um povo – o qual já sofria desde muitas décadas antes, e encontrou no cenário da crise econômica de 1929 o momento para realizar o sincretismo de aspectos culturais que resultaria no estilo musical que hoje conhecemos como Blues.

2 A MARGINALIZAÇÃO DO NEGRO ESTADUNIDENSE PRÉ E PÓS-CRISE: O BERÇO DO BLUES

2.1 Situação pós-Guerra de Secessão

Neste momento, analisa-se a situação social da população americana negra no pós-Guerra da Secessão, conflito ocorrido entre 1861 e 1865 e peça fundamental no desencadeamento da abolição da escravidão – ao menos em termos oficiais. Isso porque é importante salientar que um valor social impregnado desde 1619 (ano em que o primeiro navio com escravos aportou na colônia britânica) não sofre grandes alterações práticas quando abolido em um ato, que ainda por cima deu-se em meio às turbulências do conflito entre Norte e Sul. Nas próximas linhas, o caminho percorrido pela população negra até a década de 20, quando o blues é consolidado, será socialmente analisado.

Herança do já tradicional latifúndio escravocrata estabelecido em especial na região Sul, o regime de trabalho da sociedade americana da segunda metade do século XIX ainda era representada pelo trabalho compulsório sob mão de obra negra. As origens dessa situação encontram-se ao longo do século XVII, o qual presenciou a gradual substituição do trabalho livre pela escravidão: aos poucos, a servidão branca foi perdendo espaço, principalmente nas colônias do sul, justamente porque o uso da mão de obra africana parecia de maneira crescente mais vantajosa e rentável; além do constante fluxo de escravos que chegavam, contribuindo para a disseminação das práticas escravistas (MACIEL, 2011, p. 226). Outro aspecto a ser destacado é o aparato jurídico criado para a manutenção da escravidão, mantendo rígidos os limites até mesmo para reuniões entre escravos (a harmonia entre brancos e negros era vista como impossível). Nesse ponto encontra-se uma das razões para o florescimento do blues ter ocorrido, de fato, apenas após as formalidades oficiais da abolição: algo criador de uma expectativa de ascensão social através de músicas gravadas no ambiente urbano, o que será discutido em momento posterior. Até o ponto culminante para a abolição da escravidão, vale destacar a extrema dependência econômica que o latifúndio sulista tinha em relação ao trabalho negro, que movia a produção de algodão e tabaco e movimentava a economia agroexportadora de estados como Mississippi, Geórgia e Carolina do Sul. Essa situação

manteve a aristocracia senhorial segura nas amarras jurídicas para a manutenção da escravidão até o momento máximo: a Guerra da Secessão. A reviravolta imprimida pelo conflito não representou a inserção social do negro, mas expandiu os horizontes à evolução das representações culturais e étnicas remetentes às origens africanas, expressas na dor do distanciamento em relação às raízes, no sofrimento do cotidiano, e, já ao longo do início do século XX, na marginalização de caráter racial.

A Guerra da Secessão teve extremo caráter político-econômico, já que colocava em oposição os interesses nortenhos e sulistas. As diferenças entre as duas regiões são originárias do período colonial e são expressas especialmente nas diferenças geográficas: o sul de clima quente e terreno plano (ideal à produção de tabaco, cana de açúcar e algodão) e norte de clima frio e terreno rochoso irregular (propício à maior extração mineral para industrialização). A representação política do norte (União de 23 estados) buscava a uniformização de uma nação capitalista, baseada no trabalho imigrante, assalariado e estabelecido numa primazia do desenvolvimento industrial e urbano. Destaca-se também a participação imigrante na formação econômica nortenha: a transmigração, fenômeno já em nascimento ao longo do século XIX, fazia crescer o número de indivíduos ainda enraizados à suas terras de origem e decididos a fazer fortuna pelo esforço. Já o foco sulino de atuação era a manutenção de sua característica econômica primária, a agroexportação baseada no trabalho escravo (apenas 11,8% da população sulina opunha-se à escravidão). Os 11 estados da Confederação - Alabama, Carolina do Sul, Flórida, Geórgia, Louisiana, Mississipi, Texas, Carolina do Norte, Tennessee, Arkansas e Virgínia - eram praticamente dominados politicamente por uma aristocracia latifundiária conservadora. Mais especificamente em relação ao trabalho, a obediências dos escravos afro-americanos era movida pelo terror da repressão física dos patrões, a qual raramente evoluía à substituição do trabalhador (comum na lógica capitalista “free soil, free labour, free men” nas sociedades dos estados meridionais). A partir de tais informações, é possível analisar com maior precisão o conflito sob o prisma da população negra.

A “guerra entre ricos, luta entre pobres” começou com o ataque de rebeldes sulistas ao Fort Sumter, na baía de Charleston da Carolina do Sul, território da União, em um contexto no qual o presidente republicano Abraham Lincoln tinha dificuldades

em apaziguar as tensões regionais. A declaração de guerra viria informalmente na organização de tropas pelo presidente para recuperar o forte tomado, primeiramente através de voluntários ao combate no exército e depois por recrutamento forçado. A atuação dos negros na guerra foi aberta por um Ato de Emancipação de Lincoln, que acabou por resultar em cerca de 180 mil afro-americanos lutando pela União, grande parte deles fugidos do sul em busca de liberdade. A Confederação não aceitou a participação de negros até os últimos momentos da guerra. Quanto aos regimentos afro-americanos da União, a discriminação era constante, pois apesar de alguns soldados negros terem recebido condecorações de honra, eram frequentemente designados a tarefas militares consideradas de baixa responsabilidade: o estigma de inferioridade racial ainda cresceria imensamente a partir da virada ao século XX. Nesse contexto, a população negra encontrou-se isolada do conflito no sul, já que permaneciam sofrendo a rotina de trabalho desenfreado, no entanto agora direcionado a alimentar a guerra, de difícil financiamento por parte da Confederação. Jefferson Davis, presidente da Confederação, adotou a “diplomacia do algodão”, esperando apoio de países europeus no conflito, sendo tal expectativa falha posteriormente. Diante dessa situação, a impressão de papel-moeda cresceu, gerando inflação descontrolada. A produção de roupas ao exército passou a usar matérias-primas cada vez mais precárias e o abuso em relação ao confisco de propriedade privadas para a guerra tornou-se comum. Em contraste, a União foi atingida pela guerra de maneira benéfica até mesmo em curto prazo, instigando o crescimento da indústria de mineração em especial. O planejamento militar do norte tornava-se mais agressivo paralelamente a esse crescimento.

O Plano Anaconda (1862) de Lincoln foi implementado com o objetivo de embargar a Confederação por terra e mar, algo de tamanho poder nunca adquirido por outro líder americano, o que foi vítima de críticas do partido democrata. O plano estratégico envolvia a tomada dos rios Tennessee e Mississippi para o acesso a cidades de grande importância moral à Confederação, como a própria capital Richmond. Bem sucedido, o plano respondeu bem aos objetivos nortistas pelo menos ao início do conflito, aumentando as expectativas da União de encerrar a guerra logo. O que ocorreu, no entanto, foi o prolongamento, por conflitos esparsos e mal analisados pelos estrategistas de ambos os lados: a Guerra da Secessão é historicamente considerada

como repleta de erros de cálculo crassos. Em meio a esse contexto, as batalhas de Nashville e Wilderness selaram o desfecho do conflito, em âmbito de agressividade nortista e defesa confederada. A abolição da escravidão (1864) veio praticamente paralela aos fins da guerra, sendo aprovada em 1868 a definição de cidadania a todos e em 1870 a concessão do direito ao voto a homens negros maiores de idade. No entanto, a posição social de afro-americanos permaneceu indefinida, sendo ainda o sul ocupado por tropas da União por bom tempo. A ascensão de uma minoria de negros a cargos políticos causou grande furor da ala sulista mais conservadora, abrindo campo fértil a grupos defensores da segregação racial, como a Ku Klux Klan. Como no caso latino, a abolição da escravidão não trouxe nenhuma inserção social aos antigos escravos, mantendo-os sob dura dependência aos proprietários de terra, além de marginalizados em uma sociedade impregnada de preconceito e sem qualquer menção da constituição sobre igualdades raciais. Isso forçou as comunidades rurais negras a migrarem para o norte, processo que se intensificou na década de 1890 e aos poucos enfraqueceu o sistema de trabalho vigente após a abolição conhecido como “share-cropping”, que envolvia a mão de obra trocada por uma parte da colheita, além dos meios de sobrevivência. Buscavam um futuro diferente daquele que, no sul, parecia reservado a todos os negros: miséria, discriminação e marginalidade (JACINTO e DA SILVA, 2009). Esse fluxo migratório tendeu ao aumento, atingindo cerca de 700000 afro-americanos migrando para o norte entre 1920 e 1929, por exemplo. Importante destacar que, fugindo da semiescravidão a que estavam submetidos no sul, as comunidades afro-americanas não encontraram situação muito diferente no meio urbano nortenho. É comum encontrar o abuso e a submissão racial nas letras de canções de trabalho (*work songs*), como essa:

I don't want no jet-black woman, she's too mean, too mean. I don't want no jet-black woman, she's too mean.

I don't want no sugar in my coffee, it makes me mean. I don't want no sugar in my coffee, It makes me mean.

(Eu não quero mulher mestiça, ela é muito má, muito má. Eu não quero mulher mestiça, ela é muito má.

Não quero açúcar no meu café, isso me torna mau. Não quero açúcar no meu café, isso me torna mau.)

A metáfora mais expressiva está no abuso sexual sofrido pela mulher negra (*coffee*) pelo homem branco (*sugar*). Além da discriminação já tradicional, os

guetos negros tornaram-se comuns, expressões da margem de uma sociedade dominada por uma hegemonia, caracterizada pelas limitações impostas em lei, por exemplo, ao direito da comunidade negra ao voto (a partir de 1890).

2.2 A população negra no cenário pré e pós-Crise de 1929 e os fatores que desaguaram no Blues

Como já foi mencionado anteriormente, a Crise econômica de 1929 teve amplos e intensos impactos sociais. A população negra não ficaria fora desse contexto; muito pelo contrário: os afro-americanos foram os protagonistas do significativo êxodo rural que a crise de superprodução agrícola da segunda metade da década de 1920 causou. Os negros vinham às cidades na esperança de encontrar melhores condições para suas famílias, porém o caos era generalizado. Quase ninguém queria contratar funcionários, e a Grande Depressão econômica convertia-se, muitas vezes, em profunda depressão psicológica para aqueles que acabavam trocando o sofrimento do trabalho (e desemprego) no campo pelo sofrimento do desemprego na cidade. Essa tristeza, por sua vez, é manifestada no vocabulário da época pelo termo “*feeling blue*”, que significa “sentindo-se triste”. Esse termo é bem mais antigo, porém passou a ser usado com muito mais frequência nesse contexto e acabou sendo a origem da nomenclatura dada ao estilo musical *blues*.

A cultura dos afro-americanos sempre fora, como já mencionamos, marginalizada, seja diretamente – como no caso dos tempos em que a escravidão ainda estava formalmente em rigor – ou indiretamente – através do preconceito e de uma mentalidade discriminatória que apresenta resquícios até nos dias de hoje. Dada essa hostilidade do ambiente para com as manifestações culturais dos negros, era difícil para o afro-americano relembrar suas origens, fortalecer essa ligação com o passado e consolidar uma unidade e identidade enquanto grupo. Nessa medida, a expressão cultural envolvida pelo modo de pensar e viver o cotidiano tornou-se a válvula de escape que o indivíduo negro tinha para retomar, dentro do possível, sua identidade africana (assim como no caso das *worksongs* embaladas ao som de enxadas e picaretas). Paralelamente, fora dos guetos urbanos ou campos de trabalho, o afro-americano buscava a adaptação aos

moldes capitalistas, tentando inclusive ser inserido na cultura dominante para ser aceito e escapar do sistema judiciário corrupto. É o conceito de imigrante “híbrido cultural” abordado por Thífani Postali Jacinto e Paulo Celso da Silva em seu artigo “Música e Folkcomunicação: o Blues como Manifestação Afro-Americana”. Essa “modelação” à cultura americana pelos povos de origem negra está muito presente no outro elo que se une às canções de trabalho para resultar no blues: a religião. Vista como representativa do mal, a religiosidade de origem africana tinha sua prática proibida já no início do século XIX, processo acompanhado de uma evangelização forçada das comunidades negras feita em especial pelas correntes católicas e protestantes. Assim, nasce o elemento gospel de influência no nascimento do *blues*. Para Jacinto e da Silva, o âmbito urbano completou a união entre as influências gospel e das *worksongs*:

As letras de blues expressavam sentimentos de todos os gêneros, mas sempre com um ceticismo agudo. Discursavam, particularmente, sobre a descrença social, ora de forma séria, ora sarcástica. Elas anunciavam as angústias do trabalho estafante, do viver da margem da sociedade, do ter que se contentar com a miséria e vivenciar o preconceito (JACINTO, Thífani Postali; DA SILVA, Paulo Celso).

A única expectativa de melhoria de vida para os negros passou a residir no abandono do *blues* como forma de manifestação e oposição social para tratá-lo como mercadoria.

A ascensão da indústria musical urbana acabou por ocorrer paralelamente ao surgimento dos primeiros artistas *bluesmen* destacados, dentre eles Charlie Patton (década de 20) e W.C. Hardy, (entre 1910 e 1912). As companhias de gravação passaram a procurar por tais talentos, remunerando de forma ainda explorada cada música a ser gravada. A partir desse processo, destaca-se que o gênero musical passou a ser moldado segundo os interesses de venda das companhias e pela esperança de melhoria de vida dos artistas, o que de certa forma fez perder o caráter antes específico do blues como representação do grupo social marginalizado pelas dominações políticas e econômicas. A crise de 1929 representa, dessa forma, um dos elementos influenciadores do rumo tomado pelo blues logo no início “industrialização da música”, retomando o aspecto de desemprego, inflação desenfreada e marginalização social sofridos pelas mesmas comunidades negras ainda na época da Guerra da Secessão, financiada em boa parte pelo

suor negro no delta do rio Mississippi. Segue trecho de uma canção intitulada *Unemployment Stomp*, cuja letra expressa o binômio marginalização/expectativa de ascensão social envolvido no contexto da crise de 29:

I haven't never been in jail, and I haven't never paid no fine, baby, I wants a job to make my livin', cause stealin' ain't on my line.

[...]

Broke up my home 'cause I didn't have no work to do, My wife had to leave me 'cause she was starvin' too.

(Eu nunca estive na cadeia, e nunca tive de pagar multa, baby.

Eu quero um trabalho para fazer minha vida, porque roubar não está nos meus planos.

[...]

Meu lar se desfez porque eu não tinha trabalho,

Minha esposa teve de me deixar, pois ela também estava passando fome).

Vê-se, nesse caso, o que ocorria em várias outras letras escritas pelos bluesmen: relatos de uma condição socioeconômica deplorável, fruto de séculos de escravidão, discriminação e dos agravos trazidos pela Crise de 1929.

CONCLUSÃO

Observa-se, portanto, que o blues ultrapassa a condição de estilo musical para ser, na realidade, um complexo processo histórico. A Crise de 1929, com toda sua gama variada de impactos sobre a sociedade, criou uma conjuntura de pobreza e desemprego na qual o Blues surge enquanto lamento de um povo oprimido. Esse lamento, porém, não tem na crise a sua única raiz: os afro-americanos já vinham sendo oprimidos e subjugados ao longo dos séculos. Antes, durante e depois da Guerra de Secessão, independente do fim formal da escravidão, a mentalidade norte-americana de superioridade racial fez com que todo um setor da sociedade tivesse sua cultura reprimida e marginalizada. Foi exatamente essa hostilidade que fez com que o Blues assumisse o caráter que assumiu: um relato triste da condição sofrida dos negros estadunidenses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PINHEIRO, Marcos Sorrilha; MACIEL, Fred. Blues: Manifestação e inserção sociocultural do negro no início do século XX. v.8, n.12 (2011). Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/61/48>.

JACINTO, Thífani Postali; DA SILVA, Paulo Celso. Música e Folkcomunicação: O Blues como manifestação afro-americana. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/1_Folkcom%202009/arquivos/Trabalhos/30-Folkcom%202009%20%20M%C3%BAsica%20e%20Folkcomunica%C3%A7%C3%A3o%20%20Thifani%20Postali%20e%20Paulotmp4c7bf904.pdf>.

BISHOP, John; LOMAX, Alan; LONG, Worth. Documentário “The Land Where the Blues Began” (1979). Disponível em: <<http://www.folkstreams.net/film,109>>.

DEAN, Michael. Documentário “Relembrando 1929: o ano da quebra da bolsa de Nova Iorque” (2008) Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=6hldit2b1do>>.

GOGA, Grayson; MOSKOFF, Aaron. Documentário “A Short History of the Blues: Emerging Music of the 20th Century”. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=vnaorRAXhmU>>.

O PROTAGONISMO BRASILEIRO NO DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES DE BAIXO IDH NO CONTINENTE AFRICANO

Alessandra Jungs de Almeida¹

RESUMO: Este trabalho bibliográfico tem por objetivo analisar os investimentos sociais e comerciais brasileiros nos países menos desenvolvidos do continente africano. Mediante a pesquisa em documentos, sites governamentais e publicações acadêmicas, foi realizado o estudo sobre os financiamentos do Brasil nos países de baixo IDH da África. Foram analisados dados e informações relativas aos gastos e investimentos brasileiros no continente africano, tanto no âmbito comercial quanto no de assistência humanitária e tecnológica, esses últimos desvinculados dos gastos que são destinados à ONU. Depois, observou-se como esses investimentos, com fundo perdido, poderiam ser entendidos de forma qualitativa pela comunidade internacional e pelos países africanos que do Brasil recebem ajuda. Assim, esse estudo procurará indicar que Brasil e África, possuidores de um passado com relações próximas, estão criando laços ainda mais fortes no cenário de políticas públicas internacionais; ademais, o Brasil mostra-se capaz de quebrar paradigmas e revolucionar a velha lógica colonial e imperialista, principalmente, em relação à cooperação.

PALAVRAS-CHAVE: Investimento. Política Social. Comércio Internacional.

ABSTRACT: This literature review aims to analyze brazilian social and commercial investments in least developed countries in Africa. Made through research papers, government sites and academic publications, this study is about the brazilian financing in low HDI countries of Africa. We analyzed data and information related to expenditures and brazilian investments in Africa, both in trade and in humanitarian and technological assistance. Also was observed how these investments and grants could be understood qualitatively by the international community and by the African countries that receive aid from Brazil. Thus, this study seeks to indicate that Brazil and Africa, places with a past of close relationships, are creating bonds even stronger in the setting of international policy; additionally, Brazil has proven be capable of breaking paradigms and revolutionize the old colonial and imperialist logic, especially in regards to cooperation.

KEYWORDS: Investment. Social Policy. International Trade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como principal objetivo compreender as relações atuais do Brasil e do continente africano, focando no que se refere ao cenário de políticas públicas e comerciais dentro dos países mais pobres da África. Brasil e África possuem

¹ Bacharelada do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: ale.jungs@outlook.com.

uma longa história em comum, e essa relação Sul-Sul, como de igual para igual, pode ser vista como um fator que facilita a expansão social e econômica do Brasil no continente.

Outro fator que favorece o Brasil é o fato de que possui a maior população de origem africana fora da África. O maior país da América Latina possui influência direta da África em diversos aspectos culturais; como na música, capoeira, religião e culinária. A relação íntima que essas duas regiões possuem é importante, principalmente, porque facilita a inserção brasileira no cenário africano.

A partir de uma lista de países que são considerados os menos desenvolvidos dentro do continente africano e de como a comunidade internacional através da Organização das Nações Unidas com eles se relaciona, esse trabalho demonstra como o Brasil, diretamente, investe dentro do continente e de que modo esse mesmo investimento pode ser categorizado no que se pode chamar de políticas de intervenção.

Dessa forma, este trabalho pretende compreender como os investimentos brasileiros na África podem ser positivos tanto para o país latino quanto para o continente africano. O Brasil, em momento de crescimento, dota-se de poder econômico capaz de arcar com intervenções nos países africanos e os Estados da África estão cientes que aplicações externas são necessárias para o desenvolvimento de suas nações.

Além disso, o Brasil tem uma vocação para a tolerância e para a integração técnica, que nesse momento da história mundial torna-se um trunfo diplomático. Especialmente leva-se em conta que o Brasil mantém relações pacíficas e cooperativas com dez vizinhos há mais de 120 anos. Para a diplomacia brasileira, a capacidade de persuasão é o principal recurso de projeção internacional e para essa projeção é necessário conhecimento da situação, sensibilidade em relação ao parceiro, de convicção nos argumentos e habilidade para apresenta-los. A cooperação e comércio na África se somam e se completam, e esse trabalho tentará mostrar de que maneira isso acontece (JÚNIOR, 1998).

1 HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ÁFRICA

O Brasil e a África possuem uma relação muito próxima. Até 1850 o país e o continente mantiveram um laço forte por conta do tráfico negreiro. Durante a época da

colônia e grande parte do império mais de cinco milhões de escravos foram vendidos para o Brasil, fazendo com que o país se tornasse uma segunda nação africana.

Os milhões de humanos que para o Brasil foram levados na condição de escravos provinham das mais diferentes regiões do continente africano, e possuíam uma multiplicidade enorme de línguas, etnias, nações e culturas. O processo material brasileiro foi essencialmente constituído pela força de trabalho dos escravos que, no país, com muita dificuldade, conseguiram se agregar e hoje constituem o que se conhece como “povo brasileiro”.

Os povos de onde saíram os escravos africanos são classificados genericamente como sudaneses ou butanos, nos primeiros séculos de tráfico, chegaram ao Brasil grupos de escravos preferencialmente bantos, seguidos mais tarde pelos sudaneses. Esses grupos eram compostos das mais diversas etnias, englobando as mais diferentes nações africanas, que, pelo tráfico, abasteceram de escravos o Brasil (PRANDI, 2000).

Quando o tráfico negreiro entre África e Brasil finalmente acabou, mesmo que ainda continuasse de forma ilegal, o processo de colonização por parte dos europeus no continente africano estava em andamento. Depois da América, esse continente era a nova fonte de recursos naturais da Europa, o que fez com que as relações entre Brasil e África sofressem um retrocesso.

Foi entre 1961 e 1964, que se iniciou a Política Externa Independente criada no governo de Jânio Quadros. Durante a ditadura militar brasileira, a libertação dos países africanos foi condenada pelo Estado do Brasil e o governo tentou recompor a relação com Portugal. As guerras de libertação nacional nessa época iam de encontro com o decrépito “colonialismo” português, fazendo com que, mesmo indiretamente, África e Brasil afastassem-se ainda mais.

O governo de Figueiredo gerou uma reaproximação entre o continente africano e o Brasil, que começou a diminuir novamente com o advento dos governos neoliberais de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Com a criação do MERCOSUL, em 1991, a África passou a ser considerada como um cenário secundário, principalmente para a visão primeiro-mundista do neoliberalismo, respaldada pela força ideológica dos Estados Unidos (VISENTINI, 2010).

Os Estados Unidos possuem uma relação histórica com o Brasil, desde 1824, com o reconhecimento da independência brasileira, até a atualidade, como o segundo maior parceiro comercial. No entanto, é importante ressaltar, que, mesmo com o neoliberalismo, no governo de Itamar Franco o processo de paz e de reconstrução de alguns países africanos foi apoiado pelo Brasil, especialmente na Angola, região que no segundo ciclo negreiro da África do século XVII, viu sua população sendo retirada e levada para o Brasil, mais especificamente Bahia (VERGER, 1987).

Uma verdadeira aproximação entre Brasil e África só ocorreria novamente na virada do século XX para o XXI, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, em que o continente se tornaria uma das prioridades do país. Em seu discurso de posse, o então presidente Lula, já destacaria o continente africano como vetor fundamental na política externa brasileira:

[...] Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades. Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea [...]

Durante seu mandato, Lula manteve apoio concreto aos movimentos de pacificação da África. Além de visitar várias vezes o continente, renegociou as dívidas que alguns países possuíam com o Brasil, e também concedeu créditos a inúmeras áreas africanas.

Além disso, a atual presidente do Brasil, Dilma Rousseff, declarou na comemoração de 50 anos da União Africana, que doze países africanos teriam suas dívidas perdoadas. De acordo com o Ministério da Fazenda, a iniciativa de perdoar US\$ 897,7 milhões, alinha-se à prioridade que as relações com a África assumem na política externa brasileira, voltada para a promoção da estabilidade econômica e social daquele continente e também para impulsionar os laços do país com a África.

2 OS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS E DE BAIXO IDH DA ÁFRICA

Segundo o Gabinete das Nações Unidas de Alta Representatividade - *United Nations Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked*

Developing Countries and the Small Island Developing States (UN-OHRLLS) -, criado na Assembleia Geral das Nações Unidas no ano de 2001 e que tem como objetivo apoiar adequadamente esses países menos desenvolvidos, são 49 o número de países que são enquadrados como os mais pobres e fracos da comunidade internacional.

Os 49 países representam 880 milhões de pessoas, mas apenas 2% do PIB mundial, e somente 1% do comércio mundial de mercadorias. Esses países passam pelo grande problema da distribuição desigual da riqueza, crises de governança, instabilidade política, e em alguns casos até mesmo conflitos internos e externos. Ademais, suas economias, grande parte agrárias, são afetadas por um ciclo vicioso de baixa produtividade e baixo investimento. Todas essas restrições acabam gerando alto nível de endividamento, forte dependência de financiamento externo e colocam esses países menos desenvolvidos em uma grande armadilha de pobreza.

Dos 49 países mais pobres do mundo, 34 estão situados no continente africano e 21 possuem baixo IDH. Essa categoria de “Países menos desenvolvidos” foi criada em 1971, visando atrair o apoio internacional para os países mais vulneráveis e desfavorecidos do mundo.

Tabela 1 – Países menos desenvolvidos dentro do continente africano (os de baixo IDH identificados em negrito)

1	<u>Angola</u>	18	<u>Mali</u>
2	<u>Benin</u>	19	Mauritânia
3	<u>Burquina Faso</u>	20	Moçambique
4	<u>Burundi</u>	21	Nigéria
5	Chade	22	<u>República Centro-Africana</u>
6	Comores	23	República Democrática do Congo
7	Eritreia	24	República Unida da Tanzânia
8	<u>Etiópia</u>	25	<u>Ruanda</u>
9	Gâmbia	26	<u>São Tomé e Príncipe</u>
10	Guiné	27	Senegal
11	Guiné-Bissau	28	<u>Serra Leoa</u>
12	Guiné-Equatorial	29	Somália
13	Jibuti	30	Sudão
14	Lesoto	31	Sudão Sul
15	Libéria	32	Togo
16	Madagascar	33	Uganda
17	Malawi	34	<u>Zâmbia</u>

Fonte: UN – OHRLLS e United Nations Development Programme. 2013.

Depois da avaliação das Nações Unidas sobre quais países eram menos desenvolvidos, foram realizadas quatro Conferências – 1981, 1991, 2001 e 2011 –, para tratar de como incorporar medidas que favorecessem essas regiões e criassem atenção e ação na sociedade internacional para reverter a condição de vulnerabilidade desses países e tornando-os capazes de gerirem a si próprios.

Na IV, e última, Conferência das Nações Unidas realizada em Istambul no ano de 2011, criou-se um programa de ação com ambiciosos objetivos globais que visam o crescimento econômico e social das 49 nações – na época 48 – delimitadas pela UN-OHRLLS. Essas nações precisam de ajuda porque possuem níveis de extrema pobreza, baixo desenvolvimento humano e econômico e uma renda per capita muito menor do que seria proporcional à população existente em tais regiões.

Segundo o próprio documento do Programa de Ação, é necessário aumentar as capacidades produtivas desses países, para fortalecê-los, reduzindo suas vulnerabilidades à choques externos e também internos. Os objetivos delimitados na IV Conferência das Nações Unidas colocaram 2020 como o ano para uma reavaliação e uma nova Conferência, onde novos programas de ação serão traçados. Esse ciclo se mostra presente há quatro décadas e os resultados alcançados ainda são pequenos comparados ao que ainda precisa ser feito.

Desde 1971, apenas três países passaram de menos avançados para um novo momento de desenvolvimento, são eles: Botsuana, Cabo Verde e Maldivas. O Programa de Ação que tenta acelerar o crescimento das regiões menos desenvolvidas recebe ajuda de seus 193 países-membros, tanto os desenvolvidos quanto os em desenvolvimento. Esses países financiam as ações da ONU no mundo inteiro e são colocados a par das situações pelas quais as regiões com baixa renda per capita passam. Os três maiores contribuintes no ciclo de 2013/14 foram: Estados Unidos, Japão e França, e o financiamento total, de todos os contribuintes foi de aproximadamente 7,14 bilhões de dólares.

Nesse mesmo ciclo de 2013/14, o Brasil doou um valor bruto de 82 482 899 milhões de dólares em contribuições para ajudar a instituição a financiar suas missões, ficando assim em nono lugar na lista de doadores do orçamento. No ciclo de 2012/13, o Brasil estava em décimo quarto lugar na mesma lista, esse salto à frente mostra a

crecente importância do país, bem como sua nova fase no cenário da liderança e cooperação internacional.

2.1 Atuação social brasileira nos países de baixo IDH da África

A cooperação Sul-Sul, entre África e Brasil, tem como um dos temas prioritários a agricultura. Em 2011, o país latino-americano criou o programa chamado Mais Alimentos África, que visa sanar as carências africanas no setor alimentício. Trata-se da transferência de conhecimento e de crédito para países que necessitam adquirir segurança e autonomia alimentar. Esse programa já foi aderido por mais de cinco países africanos – Moçambique, Senegal, Gana, Zimbábue e Quênia –, e vem trazendo benefícios para a região.

O Programa Mais Alimentos África é uma linha de crédito do governo brasileiro que tem o objetivo de promover iniciativas no âmbito da Cooperação Sul-Sul. Ele conta com o apoio da Câmara de Comércio Exterior (Camex), que aprovou uma linha de crédito para países africanos de US\$ 640 milhões para financiar exportações brasileiras de máquinas e equipamentos agrícolas destinados à agricultura familiar africana.

Essa política brasileira de parceria agrícola com a África, por um lado, desenvolve o setor produtivo no continente através de empréstimos financeiros e, por outro, reduz a ameaça de falta de alimentos e de crise da quantidade alimentícia nesses países com o aumento de produção no setor da alimentação.

A conduta social brasileira no que se refere às políticas públicas na África é de exclusivo domínio do governo e têm como grande organizadora a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A ABC tem como atribuição negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica, executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais. Ainda assim, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em seu relatório de 2005-2009 sobre Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional declarou que mais de uma centena de instituições brasileiras do governo federal, além da ABC, estão diretamente envolvidas nas ações da cooperação internacional.

Essa mesma pesquisa do Ipea mostrou que a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional doa seus recursos à fundo perdido, ou seja, sem a expectativa de que esse dinheiro volte, não criando dívidas para os países que recebem as doações. Diferente da Assistência Oficial de Desenvolvimento (AOD), órgão da *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico* (OCDE), que apenas cede seus financiamentos a um grau de concessionalidade de 25%. Outra diferença, ainda que nas entrelinhas, é que enquanto a AOD contabiliza recursos exclusivamente do norte, o Brasil, como cooperante internacional, é um país-membro das regiões que recebem os financiamentos.

A Agência Brasileira de Cooperação, criada em 1987, atua eminentemente no eixo de cooperação Sul-Sul brasileira, nos últimos anos a ABC vem ampliando os países parceiros que por ela são atendidos, com diferentes projetos, principalmente em cooperação técnica, e com recursos que são efetivamente desembolsados para a cooperação. Atualmente, a cooperação Sul-Sul do Brasil está presente em todos os continentes, seja por meio de programas e projetos bilaterais, ou via parcerias triangulares com governos estrangeiros e organismos internacionais.

A tabela a seguir mostra de forma quantitativa os projetos brasileiros nos 34 países menos desenvolvidos da África, deve-se destacar que a maioria dos projetos abrangem três áreas: agricultura, educação e saúde.

Tabela 2 – Projetos brasileiros nos países mais pobres da África

PAÍSES	PROJETOS EM EXECUÇÃO	PROJETOS CONCLUÍDOS	TOTAL DE PROJETOS
Angola	6	56	62
Benin	5	19	24
Burquina Faso	3	15	18
Burundi	X	X	X
Chade	1	5	6
Comores	X	X	X
Eritreia	X	X	X
Etiópia	X	2	2
Gâmbia	X	1	1
Guiné	X	3	3
Guiné-Bissau	6	49	55
Guiné Equatorial	X	2	2
Jibuti	X	X	X
Lesoto	X	X	X

Libéria	1	14	15
Madagascar	X	X	X
Malawi	1	3	4
Mali	1	11	12
Mauritânia	1	1	2
Moçambique	16	79	95
Nigéria	2	5	7
República Centro-Africana	X	X	X
República Democrática do Congo	1	6	7
República Unida da Tanzânia	3	4	7
Ruanda	X	2	2
São Tomé e Príncipe	14	71	84
Senegal	3	18	21
Serra Leoa	X	5	5
Somália	X	X	X
Sudão	X	2	2
Sudão do Sul	X	X	X
Togo	1	2	3
Uganda	X	2	2
Zâmbia	1	9	10

Fonte dos dados: Agência Brasileira de Cooperação. 2013.

Dos 34 países menos desenvolvidos da África, 25 contam com projetos brasileiros da ABC realizados dentro de seus territórios e desses 34, somente três possuem baixo IDH e não têm laços de cooperação com o Brasil. Os países com baixo IDH do continente africano que mais recebem ajuda brasileira e por isso devem ser destacados são: Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, todos membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e também os chamados Cotton-4 - Benin, Burquina Faso, Chade e Mali. Regiões que o Brasil tem procurado apoiar para que desenvolvam a agricultura no setor de algodão.

Em São Tomé e Príncipe, a cooperação brasileira hoje ocupa o terceiro lugar em número de projetos no país. O Governo santomense afirmou em entrevistas e reuniões a importância e o diferencial do Brasil em relação à cooperação técnica prestada, e ressaltou como diferencial da cooperação brasileira a forma solidária, ética e participativa que o Brasil trabalha, colaborando para apropriação do conhecimento e fortalecimento das instituições locais. A África hoje representa cerca de 55% dos

desembolsos da Agência Brasileira de Cooperação, que supervisiona os projetos de ajuda ao exterior, de acordo com Marco Farani, ex-diretor da agência.

Em 2010, o país investiu aproximadamente R\$ 1,6 bilhão na cooperação para o desenvolvimento, representando um aumento nominal de 91% em relação a 2009. Deste total, R\$ 490 milhões tiveram como destino ações de cooperação técnica, científica, tecnológica, educacional ou ajuda humanitária. A cooperação brasileira transformou-se em poucos anos num eficaz instrumento diplomático na reconstrução da nova imagem e mutação do “jeitinho brasileiro” em potente “arma de cooperação maciça” habilmente coordenada com os objetivos estratégicos políticos e econômicos internacionais do Itamaraty e do Planalto.

2.2 Atuação comercial brasileira nos países de baixo IDH da África

O Brasil tem uma presença cada vez mais forte na África lusófona. Moçambique abriga empreendimentos da Vale e da Odebrecht - uma das maiores empregadoras locais - e Angola é o maior receptor dos investimentos brasileiros no continente: R\$ 7 bilhões, segundo estimativas de 2011 da Associação de Empresários e Executivos Brasileiros em Angola.

Seis das vinte maiores companhias internacionais do Brasil estão investindo na África, e a atuação dessas empresas brasileiras estão concentradas em áreas estratégicas, como energia, mineração, construção e infra-estrutura. Em 2009, a África gerou um lucro de \$ 2,42 bilhões para a Odebrecht, com a empresa atuando em regiões como Ruanda, Mauritânia, Djibouti, Moçambique, Angola, entre outros países que possuem baixo IDH.

O Brasil é a 48ª economia no ranking de competitividade, e o que está em jogo em toda a África é um mercado de aproximadamente um bilhão de consumidores, com demanda em alta pelos mais variados tipos de bens e serviços e um crescimento econômico superior à média mundial. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, o número de empresas que vendem para a África subiu 39% entre 2003 e 2012, atingiu o número de 3.810. Já as empresas que importam produtos africanos totalizaram 1.739 em 2012, uma alta de 84%.

A Vale tem planos de investir, sozinha, US\$ 12 bilhões no continente nos próximos cinco anos. A Odebrecht e a Petrobrás também têm aumentado sua presença na região. No total, o comércio entre o Brasil e os países da África saltou de US\$ 4 bilhões em 2000 para US\$ 20 bilhões em 2010. Num ritmo mais tímido que China e Índia, o Brasil também tem disponibilizado apoio às exportações à região. Entre 2008 e 2012, por exemplo, o valor desembolsado por programas oficiais alcançou US\$ 4,8 bilhões.

Uma decisão foi anunciada recentemente pela presidente Dilma Rousseff de cancelar ou renegociar 1,9 milhões de reais em dívidas de países africanos com o Brasil. Um total de doze países seriam beneficiados pela decisão: Congo, Tanzânia, Zâmbia, Senegal, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Gabão, Guiné, Mauritânia, Sudão, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, sendo Gabão e Costa do Marfim os únicos que não fazem parte dos países mais pobres do continente africano. As empresas brasileiras também estão esquadrihando outras partes da África em busca oportunidades, colocando suas apostas na Guiné e na Nigéria. Um grande banco de investimentos brasileiro, o BTG Pactual, iniciou um fundo de \$1 bilhão em maio, focando em investimentos na África.

O ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou mais de trinta viagens à África de 2003 a 2010, referindo-se em suas visitas principalmente à "dívida histórica" que o Brasil tem com a África na sua formação como nação. Segundo Gert Wunderlich, executivo do banco sul-africano Standard Bank, a ofensiva diplomática brasileira na África é parte da política do governo de diversificar os parceiros comerciais do país, tradicionalmente dependente da Europa e dos Estados Unidos. "O governo brasileiro viu na África uma oportunidade para que o país avançasse em sua ambição de se tornar mais globalizado", diz Wunderlich.

Os esforços diplomáticos se refletiram nas trocas comerciais: em 2002, o intercâmbio do Brasil com o continente somava US\$ 5 bilhões (cerca de R\$ 8,7 bilhões); em 2008, passou para US\$ 26 bilhões – quase metade dos US\$ 56 bilhões do comércio entre Brasil e China em 2010. Após um esfriamento das relações comerciais nos dois anos seguintes, efeito da crise econômica internacional, o governo esperava no ano de 2011 bater o recorde de 2008, já que nos seis primeiros meses de 2011 as trocas entre Brasil e África alcançaram US\$ 17 bilhões (R\$ 29,5 bilhões).

E, embora o Brasil não possa competir com a China em oferta de crédito aos países africanos nem em capacidade de construir grandes obras – o país asiático costuma levar operários chineses para as nações africanas onde investe em troca de matérias-primas –, a maneira de atuar brasileira confere uma relação mais sólida com seus pares. Os africanos sentem que com os brasileiros participam de uma conversa entre iguais, o que jamais ocorrerá com os chineses.

Uma vez que o Brasil não precisa importar grandes quantidades de petróleo ou alimentos, os seus planos na África diferem um pouco de outros países que buscam maior influência no continente. Os projetos de expansão dedicam-se largamente a esforços para aumentar as oportunidades para empresas brasileiras, que algumas vezes trabalham com o governo do Brasil no oferecimento de ajuda. A presença crescente do Brasil na África é complexa, envolvendo ambições de transformar o Brasil em uma fonte de influência diplomática e econômica.

CONCLUSÃO

Percebe-se que o engajamento brasileiro na África mudou consideravelmente com o passar dos anos. Agora, o país apresenta-se como uma potência regional emergente, reivindicando um lugar na nova ordem internacional equivalente à seu peso demográfico, político e econômico. A atuação do Brasil na África faz parte de um ambicioso plano global de política externa, ademais, essa política foi legitimada pela população brasileira, por ser grande parte de ascendência africana, que assim se beneficia da promoção dessa cultura afro-brasileira.

A análise das influências de economias emergentes sobre os países em desenvolvimento, especialmente sobre os países de baixa renda, mostra quão interconectados a cooperação e o comércio estão. Comparado aos outros países do BRICS, o Brasil tem sido um importante protagonista tanto na atração como na realização de investimentos diretos, sendo superado em 2011 como fonte de Investimento Estrangeiro Direto apenas pela China. Mas, na competição com a China, Índia e outras potências emergentes da África, o Brasil pode reivindicar sua afinidade histórico-cultural com o continente e a proporção significativa de afrodescendentes em sua população.

Esta proximidade histórica e cultural pode ser avaliada como uma vantagem para o Brasil, mas não deve ser obscurecido o fato de que em primeira instância, as políticas brasileiras na África também são guiadas por uma busca em garantir matérias-primas e um mercado para exportação, a fim de aumentar o crescimento econômico e nacional. Um dos principais objetivos de fortalecer as relações com os países africanos é o apoio que esses países podem dar para as ambições políticas globais do Brasil, tocando principalmente no papel da política internacional, no que diz respeito a ter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Ao mesmo tempo, o Brasil compartilha interesses políticos comuns com a África, particularmente no que diz respeito aos subsídios agrícolas e ao protecionismo comercial, que pode ser favorável para o continente nas negociações comerciais mundiais futuras. A prioridade dada à África pela diplomacia brasileira resultou em uma expansão de representações do país em todo o continente. Após uma onda de aberturas de missões diplomáticas na década passada, o Brasil hoje tem 38 embaixadas no continente. Além disso, o maior país da América Latina lançou várias iniciativas multilaterais para promover a cooperação com os países africanos, ao mesmo tempo, os investimentos das grandes empresas brasileiras na África aumentaram consideravelmente. No entanto, a busca por novos mercados e oportunidades de investimento para as empresas brasileiras é provável que continuem a criar novas oportunidades de negócios em países africanos.

O desenvolvimento da cooperação do Brasil tem sido dominada pela cooperação técnica, frequentemente com base em estratégias que já foram implementadas no próprio território brasileiro. Espera-se que essas experiências possam ser capazes de produzir bons resultados no ambiente africano. Ainda que o governo brasileiro receba críticas pela ênfase que dá às relações com países subdesenvolvidos - particularmente os africanos - trata-se de uma aposta para o futuro. A África abriga um sexto da população mundial e será uma das regiões do mundo que mais crescerão nas próximas décadas. Se o Brasil estiver na região e construir relações com os países, terá vantagem competitiva em relação aos que não fizerem isso. Ou então a China e a Índia vão ocupar todos os espaços.

É inegável a dependência desses países das regiões mais desenvolvidas, o Brasil vê-se agora em uma posição diferente da que sempre esteve nos últimos séculos. A visão de que países do norte ajudam países do sul está sendo rompida, a força desses países mais desenvolvidos acaba por diminuir quando o Brasil, país já considerado periférico, consegue se impor tanto na cooperação quanto no comércio do continente africano. O Norte sempre foi visto como produtor e o Sul como dependente cultural e econômico, e somente um receptor de formatos pré-concebidos. Pela primeira vez essa situação está sendo revista. Destaca-se também que esses estados “periféricos” são agentes autônomos, e não vítimas. Eles apropriam-se ou não das normas dominantes de acordo com seus interesses. Alcançar o ocidente, algumas vezes, pode não ser um ideal de Estado.

Ainda que existente, a dependência dos países menos desenvolvidos da África com o Brasil é reduzida. A atuação brasileira na África apenas casa duas questões: os interesses brasileiros e os interesses africanos. A venda de produtos industrializados para a população desses países acaba sendo, muitas vezes, compensada com a cooperação técnica que é enviada ao continente. A África é um ambiente propício para a atuação das empresas brasileiras dos mais variados tamanhos. O Brasil, então, deve aproveitar da sua boa imagem e dessa relação Sul-Sul, em que se espera horizontalidade e se engajar na política externa com os países africanos, para que tanto eles, quanto o próprio Brasil se desenvolvam.

REFERÊNCIAS

Agência Brasil. Brasil anula dívida de US\$ 900 milhões de 12 países africanos. Disponível em: <<http://www3.globo.com/Brasil/noticia/2013/05/brasil-perdoara-ou-renegociara-divida-de-12-paises-africanos-diz-dilma.html>>. Acesso em: 26 out. 2013.

Agência Brasileira de Cooperação. ABC a “arma de cooperação maciça” brasileira em África. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarnoticia/336>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

Agência Brasileira de Cooperação. Pesquisa de Projetos ABC. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

BARNES, Taylor. Brazil Gains Business and Influence as It Offers Aid and Loans in Africa. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2012/08/08/world/americas/brazil-gains-in-reaching-out-to-africa.html?_r=3&#h>. Acesso em: 3 nov. 2013.

EXMAN, Fernando. Brasil quer conter presença chinesa na África. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/bd-clippings/2013-20-02>>. Acesso em: 29 out. 2013.

FELLET, João. Brasil tem 5ª maior presença diplomática na África. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/10/111017_diplomacia_africa_br_jf.shtml>. Acesso em: 3 nov. 2013.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Boletim de Economia e Política Internacional. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_internacional/130924_boletim_internacional014.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2013.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005 -2009. 1ª edição, 2010, Brasília, Ipea. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_cooperacao_brasileira.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2013.

JÚNIOR, Gelson Fonseca. A Legitimidade e outras Questões Internacionais. São Paulo, Paz e Terra, n. 2, p. 240-253, 1998.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Quênia será quinto país a adotar o Mais Alimentos África. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/12/quenia-sera-quinto-pais-a-adotar-o-mais-alimentos-africa>>. Acesso em: 3 nov. 2013.

Organização das Nações Unidas. Document of General Assembly UN GA/AB/3787. Disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs/2006/gaab3787.doc.htm>>. Acesso em: 29 out. 2013.

Organização das Nações Unidas. Document. Disponível em: <http://www.un.org/ga/se-arch/view_doc.asp?symbol=ST/ADM/SER.B/866.29/10>. Acesso em: 29 out. 2013.

Organização das Nações Unidas. Financing Peacekeeping. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/financing.shtml>>. Acesso em: 29 out. 2013.

Organização das Nações Unidas. Maldives identifies challenges in graduating to a developing country. Disponível em: <http://www.unohrrls.org/en/newsroom/current/?type=2&article_id=68>. Acesso em: 29 out. 2013.

Organização das Nações Unidas. UN advocate salutes Cape Verde's graduation from category of poorest States. Disponível em:

<<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=22918&Cr=cape&Cr1=verde>>. Acesso em: 29 out. 2013.

PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. Revista USP, São Paulo, n. 46, p. 52-65, junho/agosto 2000.

SEIBERT, Gerhard. Brazil in Africa: Ambitions and Achievements of an Emerging Regional Power in the Political and Economic Sector. Disponível em:

<<http://www.nai.uu.se/ecas-4/papers/1-20/panel-8/Gerhard-Seibert-Full-paper.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2013.

SILVA, Luís Inácio Lula da. Pronunciamento do Presidente da República na sessão solene de posse no Congresso Nacional. Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003/29/10.

Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view>>. Acesso em: 26 out. 2013.

United Nations Development Programme. Human Development Report 2007/2008.

Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_EN_Complete.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2013.

VERGER, Pierre. Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos Séculos XVII a XIX. São Paulo, Corrupio, p. 10, 1987.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. A África Moderna – um continente em mudança. Porto Alegre, p. 109-123, 2010.



PALESTRAS E MESAS DE DEBATE

Relatorias

A ÁFRICA E OS MITOS QUE A PERMEIAM NO IMAGINÁRIO INTERNACIONAL¹

Ana Luiza Vedovato²

O palestrante Igor Castellano da Silva analisou, em sua palestra que levou o título *Relações Internacionais da África: Da mitologia à teoria*, os diversos mitos que permeiam o imaginário internacional em relação ao continente africano. Castellano conciliou a análise teórica com o relato de experiências que adquiriu em viagem, expondo curiosidades a respeito da pluralidade de línguas e religiões, entre outros aspectos culturais. Segundo ele, ao contrário do mito que relaciona o continente africano a um cenário primitivo, a África é berço de rica pluralidade e complexidade cultural.

Dentre os mitos citados, há o pensamento de que a África é uma “terra de pobreza absoluta”. O professor deu ênfase a existência de grandes centros comerciais, a exemplo de Joanesburgo, Nairóbi, Lagos e Dakar; com grande concentração de infraestrutura; além dos fenômenos comunicativos, como a explosão do uso de celulares, e a expansão da classe média.

Além da pobreza, outra questão discutida por Castellano foram os mitos próprios das relações internacionais, como o ceticismo e o simplismo epistemológico neorrealista, preocupados a retratar apenas questões capazes de afetar seus equilíbrios sistêmicos. O professor ressaltou a importância de que tanto o realismo quanto outras doutrinas teóricas direcionem estudos analíticos para o continente africano. “Você não precisa ser um antirrealista para estudar a África”, comentou.

Os mitos em torno da questão econômica também são recorrentes. O crescimento da economia e de investimentos e a questão do processo de integração nacional, superaram a década perdida (anos 80, estendendo-se aos 90) através de investimentos externos, do aumento do preço de alimentos e dos preços de *commodities* em geral. No entanto, ainda são desafios para o continente, dentre outras questões, a demografia e a eficiência da produtividade agrícola.

¹ Relatoria da palestra magna da IV SARI, proferida pelo professor Igor Castellano da Silva.

² Colaboradora voluntária e integrante da comissão organizadora da IV SARI, bacharelanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em Jornalismo pelo Centro Universitário Franciscano (Unifra). E-mail: vedovatoanalui@gmail.com.

O professor fez uma análise em torno da estruturação teórica do novo regionalismo no que diz respeito a problemática da política externa e penetração de potências extra-regionais na África, ainda dependente do sistema internacional, de tal modo que isso seja fator determinante em sua política externa. Segundo Castellano, essas penetrações extra-regionais manifestam-se em três eixos: reproduzindo dependência, veiculando uma lógica incerta ou, ainda, reduzindo dependências (em observação aparente).

Para ele, é necessário o fortalecimento das capacidades imateriais, como interesse e liderança, para que o continente africano não seja coadjuvante no novo regionalismo, e, de forma atuante, projete-se com eficiência no cenário internacional.

O CENÁRIO AFRICANO: IMAGINÁRIO E DESCONSTRUÇÃO¹

Ana Luiza Vedovato²

A professora Xaman Korai iniciou a palestra intitulada Imagens da África com uma proposta interativa. Pediu aos alunos que fechassem os olhos por cinco segundos e questionou o que lhes vinha a cabeça ao pensar sobre a África. As respostas foram diversas: “guerra, AIDS, diversidade cultural, berço da humanidade”. Tal estratégia deu início à apresentação da professora, que expôs os resultados mais recorrentes na ferramenta de busca do Google Imagens quando procurado o termo “África”. A professora diz serem imagens que ilustram a riqueza das paisagens naturais, animais selvagens, savanas e desertos; dividindo espaço com crianças doentes, desnutridas, pobres, pertencentes a tribos tradicionais. Segundo ela, tais resultados relacionam-se diretamente com o imaginário que temos difundido em nossa sociedade, que retrata um continente despovoado, infantilizado, faminto, miserável e dependente.

Também foram dialogadas questões relativas à história da África e como o continente se estruturou ao longo dos anos. Xaman propôs um mapeamento do lugar dedicado à África nas teorias clássicas das relações internacionais, dando enfoque a questão do Zimbábue, objeto de sua tese. Nesse sentido, discutiu a questão do poder relacionando-o a discursos e diferentes narrativas, e os desafios ainda enfrentados pelo continente africano, em face das relações plurais e diversificadas do cenário internacional.

A professora questionou a construção de significados nas Relações Internacionais. Para isso, valeu-se de um conceito exposto pelo filósofo francês Derrida: a desconstrução de significados através dos processos de diferenciação e dicotomias. “Num panorama em que as relações internacionais tradicionais marginalizam o papel da África, é necessária a aplicação dessa desconstrução na modificação da realidade”, comentou.

¹ Relatoria da palestra magna da IV SARI, proferida pela professora Xaman Korai.

² Colaboradora voluntária e integrante da comissão organizadora da IV SARI, bacharelada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em Jornalismo pelo Centro Universitário Franciscano (Unifra). E-mail: vedovatoanaliza@gmail.com.

Segundo Xaman, não devemos simplesmente abrir mão do *mainstream* das teorias de relações internacionais, e sim ampliá-las, no objetivo de desenvolver uma visão mais completa do cenário internacional. Colocando a África no centro de debates teóricos como fonte de explicações aplicáveis aos fenômenos internacionais, podemos repensar as Relações Internacionais de modo a “refinar” o campo de estudo da área.

POLÍTICA EXTERNA PÓS ERA LULA E O CONTINENTE AFRICANO¹

Ana Luiza Vedovato²

Na segunda tarde da IV SARI, o professor Creomar Lima de Souza, da Universidade Católica de Brasília (UCB), estruturou sua fala em torno do seguinte questionamento: o que esperar da política externa pós-Lula, voltada para a questão africana? Para o professor, é necessário estabelecer um panorama dos elementos pertencentes ao discurso brasileiro para a África para que possam ser comparados três momentos diferentes da política externa brasileira: o antecedente ao governo Lula, o governo Lula em si e sua posterioridade.

Para o professor, o governo Lula foi um ponto de inflexão na relação entre o Brasil e continente Africano. Tal curvatura foi analisada pelo professor num modelo simplificado da tomada de decisão no governo Lula, personificado em Marco Aurélio Garcia, assessor especial para assuntos internacionais da Presidência da República; Samuel Pinheiro Guimarães Neto, secretário-geral das Relações Exteriores e Celso Amorim, então ministro das Relações Exteriores.

O palestrante avaliou o legado da diplomacia presidencial de Lula, que deu abertura significativa às relações entre Brasil e África. Destacou o aumento do número de representações diplomáticas no continente africano, a expansão dos projetos de cooperação Sul-Sul e a criação e consolidação de um ambiente político propício a abertura comercial, no que diz respeito a atuação de empresas brasileiras no continente africano, estendendo-se de grandes conglomerados a pequenas e médias empresas. Numa fala bastante interativa, o professor questionou e deu exemplos de empresas brasileiras dos mais diferentes setores atuantes no continente.

Em análise específica ao período pós-Lula, o palestrante destacou a questão da construção de expectativas que deram-se em torno de Dilma, na qual esperava-se a manutenção do protagonismo visto no governo Lula, a utilização da diplomacia

¹ Relatoria referente a exposição do professor Creomar Lima de Souza na mesa de debate “Relações Brasil-África”.

² Colaboradora voluntária e integrante da comissão organizadora da IV SARI, bacharelanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em Jornalismo pelo Centro Universitário Franciscano (Unifra). E-mail: vedovatoanalui@gmail.com.

presidencial em sintonia com as ações do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a existência de um diálogo em termos de política externa com a sociedade. A parcial quebra dessas expectativas também foi analisada através de um modelo simplificado de tomada de decisões, dessa vez composto por Marco Aurélio Garcia, que permaneceu como assessor especial para assuntos internacionais; Antônio Patriota, como ministro das Relações Exteriores no início do mandato e Lula, através de influência direta. "Dilma foi eleita com uma agenda muito clara, que consistia na manutenção de ganhos sociais baseado nas políticas adotadas no governo Lula", comentou o professor, dizendo que tal agenda acabou por tornar menos prioritária a construção do protagonismo internacional iniciado por Lula.

Segundo seu diagnóstico, a diminuição do perfil de atuação internacional do Brasil no governo Dilma resultou em um esvaziamento da agenda presidencial para África, o que acabou por diminuir o suporte político às iniciativas empresarias no continente e freou as possibilidades de negociação comercial, enquanto à certa maneira, ações de cooperação para o desenvolvimento na região mantiveram-se acionadas.

De maneira relacional, o professor identificou que as relações exteriores funcionam como um pêndulo. Em sua avaliação, a relação "pendular" que marca as relações internacionais entre Brasil e África tende a ir para um estado de neutralidade no atual momento, enquanto outros elementos de diplomacia presidencial continuam dormentes. Apesar da qualidade da cooperação técnica realizada – fato que o professor destacou como "motivo de orgulho", devido ao fato do Brasil ser recordista nesse aspecto – é necessário um engajamento maior por parte do Executivo nas ações direcionadas ao continente, de maneira a fazer uso da boa imagem consolidada durante o governo Lula na construção de laços duradouros com o continente africano.

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E SEU "EFEITO SANFONA" NAS RELAÇÕES COM A ÁFRICA¹

Ana Luiza Vedovato²

Daniel Duarte Flora Carvalho, professor assistente da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP), iniciou sua fala parabenizando a organização da IV SARI. Segundo ele, o estudo da África ainda é marginalizado pelos estudos de Relações Internacionais e, por isso, é surpreendente "atrever-se" a ir contra essa lógica. Seu objetivo foi analisar qual é o papel da África nas RI. Segundo ele, para começar a responder essa pergunta, é preciso partir da avaliação de que a política externa brasileira é assumida como algo contínuo, sem muitas rupturas, onde a questão da continuidade é pouco questionada.

Para Daniel, o debate de que a política externa efetivamente sofreu alguma ruptura surge com a posse de Lula, em 2003. Até então, o continente africano nunca foi prioridade para um país que se posicionava como locutor das elites brasileiras. A negação ao continente durou até os anos 60, quando o Brasil toma medidas concretas para negar o colonialismo e para se afastar da África do Sul do Apartheid, começando a repensar esse continente; ainda que muito lentamente comparado as mudanças que viriam com a política externa do governo Lula. O professor caracterizou esse período como um momento de diversificação e não de ruptura: os anos 60 foram responsáveis por um posicionamento de política externa e pragmatismo independente, que acabaram por se esgotar, não perdurando em sua posterioridade como política de Estado.

Adentrando a análise específica do período Lula, o professor mencionou o enunciado de Marco Aurélio Garcia e do próprio presidente Lula, no qual o Brasil vivia em um "complexo de vira-lata", o que chegou a levar o presidente a declarar que quando fosse aos Estados Unidos não iria querer reunir-se com representantes do Estado, mas

¹ Relatoria referente a exposição do professor Daniel Duarte Flora Carvalho na mesa de debate "Relações Brasil-África".

² Colaboradora voluntária e integrante da comissão organizadora da IV SARI, bacharelada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em Jornalismo pelo Centro Universitário Franciscano (Unifra). E-mail: vedovatoanaluiza@gmail.com.

sim de igual para igual com o presidente, o que desenvolveu uma imagem de protagonismo para o Brasil. No entanto, mesmo nesses momentos de diversificação, a África continuou renegada e marginalizada.

Dialogando com a fala de Creomar Lima de Souza, Daniel preferiu o termo “relação sanfona” à “relação pendular”. Ao seu ver, por menos que o Brasil tenha se relacionado com o continente africano, sempre houveram momentos de interação e nunca momentos de esgotamento. Para o palestrante, os dois momentos de diversificação anteriormente citados proporcionaram alguma influência nessa relação sanfona com o continente africano. Criação dos primeiros postos diplomáticos no continente africano, ação que ainda hoje é vista com um pouco de receio segundo o pensamento tradicional de Relações Internacionais.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o mesmo afirmou que a política externa para África havia chegado a sua fase adulta. O professor questionou: mas qual o problema disso? Dizer que o continente havia atingido sua fase adulta era declarar que ele não precisava mais de apoio internacional, sendo capaz de articular-se sozinho no cenário internacional, sabendo adaptar-se independentemente aos desafios no novo mundo. Dessa forma, não eram esperados expressivos incentivos de FHC para a política externa em relação à África. Nesse período, o Brasil optou por aproximar-se dos chamados “pares internacionais”, países que possuísem, em analogia, um mesmo status que o Brasil, “podendo, de fato, dar algum retorno econômico para o Brasil”. A política externa do Brasil para a África ficou, portanto, atravancada por 8 anos. O governo FHC não forneceu os investimentos esperados ao continente africano.

O professor colocou que o jargão de Lula, “nunca antes na história desse país...”, faz bastante sentido quando aplicado à política externa. Desde o início de sua campanha foi colocado como objetivo o estreitamento das relações com o continente africano. As críticas, claro, foram repletas do afropessimismo, que alimentou discursos que acusavam o país de estar aproximando-se de grandes corruptos, ditadores, violadores dos direitos humanos, que nada tinham a contribuir com o Brasil; sob a lógica de afirmação do pensamento tradicional das Relações Internacionais.

Essa lógica ainda permanece na atualidade quando questiona-se “por que o Brasil está perdendo a dívida de 12 países africanos?”. Para Daniel, esta é uma crítica “solta”.

A imagem de que a aproximação do Brasil à África dá-se somente às custas de interesses econômicos ignora que dentre esses países, apenas quatro estão na lista dos que possuem oportunidades atrativas e nenhum deles destacam-se na lista que elenca os dez países africanos que concentram 70% dos investimentos externos. É por essa dicotomia de intenções que o professor afirmou acreditar que as relações do Brasil com o continente africano continuarão obedecendo ao “efeito sanfona”, e estão longe de proporcionar uma verdadeira ruptura à política externa brasileira.

AS DICOTOMIAS DA ASSISTÊNCIA ALIMENTAR NO CONTINENTE AFRICANO¹

Ana Luiza Vedovato²

Thiago Lima, professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), dialogou a respeito da política internacional de assistência alimentar na África. O professor, a partir de uma reestruturação do conceito para “insegurança alimentar”, caracterizou essa situação como de grande importância para as relações internacionais, uma vez que é uma condição responsável por gerar grande sofrimento humano. Thiago questionou: “se as relações internacionais começaram a ser estudadas para pensar a paz, por que também não as utilizamos para pensar a respeito dos problemas sociais e do sofrimento humano?”.

Segundo o professor, o objetivo na sua fala foi duplo: primeiro, discutir a assistência alimentar na África no objetivo de que o tema desperte algum interesse na agenda de pesquisas dos acadêmicos de Relações Internacionais. Em segundo lugar, destacou que “não temos grandes problemas de segurança alimentar, mas temos grandes problemas de segurança e desenvolvimento humano”, afirmação que centro para conduzir sua fala.

“Por que há fome no mundo se existe disponibilidade e capacidade técnica na produção de alimentos?”, questionou, incisivo. A resposta veio de forma “simples e dolorosa”, como ele definiu: por fatores de decisão política. O professor citou William Townsend, que desenvolveu e atribuiu uma espécie de “papel importante pra fome”, através de sua “Dissertation on the Poor Laws”, uma espécie de “fábula” entre cabras e cães, fundamental no estabelecimento da tese que “a quantidade de alimento regula o número da espécie humana”.

Toda a ideia que temos de segurança alimentar, segundo o professor, está calcada atualmente no fundamento de que as pessoas devem adquirir seus alimentos por meio da compra. “A fome é, portanto, uma decisão política, sustentada num Estado que dá as

¹ Relatoria referente a exposição do professor Thiago Lima, na palestra “Alterações Climáticas, Segurança Alimentar e Hídrica no Continente Africano”.

² Colaboradora voluntária e integrante da comissão organizadora da IV SARI, bacharelada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em Jornalismo pelo Centro Universitário Franciscano (Unifra). E-mail: vedovatoanaliza@gmail.com.

regras ao convívio social”, declarou Thiago, fator este que alastrou-se no mundo devido a colonização europeia e a expansão do Estado capitalista como modelo de organização social.

O professor analisou alguns gráficos indicativos da subnutrição na África e da crise alimentar no período 2006-2009, obtidos a partir de encontros como Cúpula Mundial da Alimentação (1996), na qual houve a definição do conceito de segurança alimentar. Foi observada uma relação direta entre a falta de renda e a falta de segurança alimentar, o que permitiu concluir que tal problema não é uma questão fundamentalmente de oferta de alimentos, mas sim um fato de que as populações que passam fome enfrentam essa situação por não ter recursos econômicos.

Foram apontados como principais causas da fome na África, no ambiente interno, a pobreza, os elevados impostos sobre produtores agrícolas, a falta de infraestrutura física e técnico-científica, o *land-grabbing* (imperialismo agrário), a existência de conflitos violentos, desastres naturais, degradação do solo, instituições de governança e falta de democracia. Já no ambiente externo, foram apontados a competição estrangeira, a falta de acesso a mercados estrangeiros, o poder inexpressivo e a falta de apoio externo.

Tais causas apontadas remetem a duas questões fundamentais para os estudantes de relações internacionais, na opinião do professor: a primeira é poder. Se houvesse apoio e protagonismo, a África possivelmente seria produtora, apesar dos limitantes, e estaria competindo nesse sentido. Outra interferência diz respeito às políticas internacionais de combate à fome, como a assistência alimentar, a entrega em espécie para emergência, dentre outros programas e projetos.

Por outro lado, Thiago observou que a redução da assistência alimentar internacional deu-se exatamente nos períodos em que os preços dos alimentos estavam altos. Ou seja, quando mais se necessitava de tal “ajuda”, posto que estava mais difícil comprar alimentos, ela não chegava. Esse é um efeito perverso da doação vinculada, molde seguido pelos EUA, pois, quando os alimentos estão escassos e os preços estão altos, há menos alimentos disponíveis para ajuda; enquanto que quando os preços estão baixos a ajuda é mais abundante, o que pode ter o efeito de depreciar ainda mais a renda dos agricultores familiares, desestimulando a produção interna. O professor citou como alternativas a doação vinculada às compras locais e operações triangulares, que

incentivariam o desenvolvimento do plantio na região e evitariam outros problemas, como alteração nas preferências de consumo habituais pela introdução de produtos atípicos, e a inserção de alimentos transgênicos, onde indesejáveis, na produção e dieta locais.

EM DIÁLOGO COM A FOTOGRAFIA, EXUBERÂNCIA DA BELEZA NATURAL AFRICANA CHOCA-SE COM MAZELAS SOCIAIS¹

Ana Luiza Vedovato²

Tatiana de Souza Leite Garcia, graduada em Relações Internacionais e Geografia, mestre em Geografia e professora da Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), iniciou sua palestra compartilhando uma percepção que, segundo ela, foi-lhe proporcionada pelo trajeto que fez de Porto Alegre à Santa Maria num ônibus: a preservação dos recursos naturais no Rio Grande do Sul. Tatiana é paulista do interior de São Paulo, onde o cenário que se tem é de extensa devastação, deixada como herança pelos plantios de café e cana-de-açúcar.

A partir disto, a professora salientou a importância dos profissionais de Relações Internacionais preocuparem-se com as questões socioambientais, colocando essa discussão em pauta na política internacional. Segundo Tatiana, de nada adianta ficar às custas dos profissionais das áreas das ciências biológicas, quando os responsáveis por levarem essas questões ao mundo e expor isso como problema político é dos internacionalistas, que servem como “pontes” entre Estados e instituições. E completou sua fala mencionando que a maioria das faculdades de RI dedica-se ao estudo do conflito e da guerra, mas em sua opinião, a real preocupação deveria ser a promoção da paz. “Fazer a paz é muito mais difícil do que fazer a guerra”, comentou.

Para desenvolver o contexto de segurança humana, a professora fez um apanhado histórico e identificou seu surgimento num período posterior à Guerra Fria, onde os Estados – falidos – acabam tornando-se incapazes de prover recursos básicos para sua população. Surge e ressurgem ameaças, como o tráfico de pessoas, de armas, produtos ilícitos, a prostituição, as grandes epidemias; o que acelera o debate em torno das questões da mulher, de moradia, de refugiados e alimentos. É uma época em que, a princípio, deixa para trás as questões clássicas de Guerra-Fria, em que temas

¹ Relatoria referente a exposição da professora Tatiana de Souza Leite Garcia, na palestra “Alterações Climáticas, Segurança Alimentar e Hídrica no Continente Africano”.

² Colaboradora voluntária e integrante da comissão organizadora da IV SARI, bacharelada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em Jornalismo pelo Centro Universitário Franciscano (Unifra). E-mail: vedovatoanaliza@gmail.com.

supostamente novos passam a ganhar importância na agenda internacional, mas perdeu espaço na agenda internacional e dos Estados diante dos ataques do 11 de setembro de 2001. O conceito nasce no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no relatório sobre desenvolvimento humano publicado em 1994.

As novas teorias também reconhecem os papéis do setor econômico e privado, das organizações internacionais, dos movimentos sociais, a importância da cooperação internacional e dos regimes para a nova ordem do sistema mundial. Tatiana destacou que, ao mesmo tempo em que o conflito entre Estados diminuiu, os conflitos intraestatais tornam-se fortíssimos. A Angola é um país que, por exemplo, só alcançou sua paz em 1999, fato ainda bastante recente.

Adentrando a questão da segurança hídrica e comparando o continente africano com o Brasil, a professora destacou que nosso país é uma potência hídrica que “faz de conta” não saber disso. Para ela, isso gera um segundo questionamento: como o Brasil, sendo uma potência hídrica, não usa desse recurso para barganhar no sistema internacional? E exemplificou a contradição interna apresentando a situação de sua cidade: “como pode ter tanta água do aquífero guarani jorrando pela rua enquanto existem pessoas que não tem água em casa para beber?”.

Correlacionando a questão ambiental, com o desenvolvimento e a segurança humana, a professora citou as análises do economista indiano Amartya Sen. Segundo ele, a liberdade de um povo ou de um indivíduo se dá no direito ao desenvolvimento. “É nesse sentido que se faz importante garantir os recursos necessários para uma vida digna aos povos do continente africano, pois só assim poderão alcançar e exercer cidadania”, comentou. Tatiana enfatizou que o papel do Estado no reconhecimento do valor de sua população e o dever de protegê-la, está diretamente relacionado com a preocupação dos governantes em promover os recursos básicos para todos, como água/saneamento básico, alimento, abrigo, escolarização e saúde.

A questão da garantia da segurança humana enfrenta barreiras nas diferentes concepções teóricas e práticas, na diferença de posicionamento entre países industrializados e não-industrializados, o que demonstra o quanto o aspecto econômico influencia nessas relações. É clara a existência de um caráter político e estratégico de acesso e controle aos recursos ambientais, ao mesmo tempo que não há avanços

políticos que garantam um equilíbrio no viés do desenvolvimento sustentável para que esses recursos sejam “liberados”. Dessa forma, problemas como a exploração do capital humano, o neocolonialismo, o domínio tecnológico pelos países desenvolvidos e multinacionais, a existência de conflitos étnicos e civis descentralizados, o fenômeno do inchaço das cidades, do crescimento populacional descontrolado, dos fluxos migratórios e refugiados, estão estreitamente ligados a questão da segurança humana e ambiental.

No encerramento de sua fala, Tatiana reforçou as perguntas que procurou desenvolver ao longo de sua fala: “Quais são as fontes desses problemas, quais perspectivas se apresentam para a África, que possui tantos recursos, mas ao mesmo tempo tantas mazelas sociais e econômicas? Quais seriam as possíveis instituições estruturas ou ações para minimizar tantos problemas?”. A partir dessa inquietação, a professora expôs amostras do trabalho do fotógrafo Sebastião Salgado no continente africano, pondo o público em choque com a exuberância da beleza natural da África em dicotomia às lamentáveis mazelas sociais persistentes.

A QUESTÃO DA SEGURANÇA HUMANA NO CONTINENTE AFRICANO¹

Ana Luiza Vedovato²

A palestra da pesquisadora doutora Mónica Montana Martínez Ribas na IV SARI dialogou a respeito das questões de segurança hídrica e de segurança ambiental. Mónica ressaltou a responsabilidade que sente ao abordar um tema que, mesmo devido sua grande importância, ainda é distante do meio acadêmico. A pesquisadora considerou que o tema possui ampla relevância no plano das relações internacionais, “por serem assuntos vinculados aos novos fenômenos transnacionais que afetam de forma diversa a segurança dos Estados e das populações”.

A palestrante instigou a plateia a pensar o significado dos termos de segurança coletiva, ambiental, humana, alimentar e hídrica. Segundo ela, são conceitos que compõem uma nova visão sobre a segurança nacional e internacional, que não se afastam do conceito tradicional da Segurança Estatal e Defesa, mas o amplia. Enfatizou que no período anterior a 1989, as questões securitárias centravam-se na noção do interesse nacional no seio do mundo bipolar. Com o fim da guerra Fria, alguns debates sobre a segurança vieram ser ampliados para além da defesa puramente militar dos interesses estatais e territoriais.

Como fator determinante para essas novas temáticas terem sido integradas à agenda internacional, indicou que a insegurança em relação aos fatores ou à escassez de recursos tende gerar e manifestar conflito, fator protagonista da agenda. Além disso, afirmou que as organizações epistêmicas e as organizações internacionais trouxeram à tona esses assuntos como parte das mudanças da agenda internacional.

O debate dos problemas ambientais, sociais, a pobreza e o desenvolvimento sustentável foram temas que se construíram ao longo do tempo, tendo origem em relatórios importantes como o Clube de Roma (“os Limites para o crescimento”) e o

¹ Relatoria referente a exposição de Mónica Montana Martínez na palestra “Alterações Climáticas, Segurança Alimentar e Hídrica no Continente Africano”.

² Colaboradora voluntária e integrante da comissão organizadora da IV SARI, bacharelada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em Jornalismo pelo Centro Universitário Franciscano (Unifra). E-mail: vedovatoanalui@gmail.com.

Relatório Brundtland de 1987. “Esses documentos serviram de base para importantes conferências como a de Estocolmo em 1972 e posteriormente Rio-92”, observou Mónica.

A pesquisadora trabalhou o conceito de segurança humana da obra de Pierre Elliot Trudeau e finalizou sua palestra analisando um mapa indicativo dos principais problemas ambientais em algumas regiões da África, apontando a insegurança hídrica como um fator relevante para a insegurança alimentar, agravada pelo aquecimento global e a desertificação de solos. Segundo a palestrante, esses fatores desenham quadros críticos de falta de alimentos e de terras agricultáveis e escassez hídrica. A essa situação se somam os conflitos políticos que afetam a segurança humana, agravada pelas situações de pobreza, subdesenvolvimento econômico e tecnológico, em algumas regiões do continente; provocando a migração populacional.

A África enfrenta dificuldades para superar a falta de infraestrutura, a escassez econômica, as doenças pela falta de tratamento da água e o fracasso no alcance dos objetivos do milênio. Para Mónica, é preciso conseguir mediar os interesses locais e regionais, em detrimento da garantia e melhora da segurança humana.

ÁFRICA: O BERÇO DA "HUMANIDADE"¹

Ana Luiza Vedovato²

Almir Floriano Pedroso, professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), coordenou e abriu a mesa de debate “Conflitos e Direitos Humanos”, na última tarde de atividades da IV SARI, na quarta-feira. Pedroso abriu a mesa declarando que falar em África e Direitos Humanos faz muito sentido já que esse continente é, sem dúvida, o “berço” da humanização.

O professor fez uma rápida abordagem histórica para destacar algumas questões humanas do continente africano. Citou, por exemplo, que no período da Idade Média na Europa, a África islamizada abrigava importantes “universidades”. Em Timbuctu, no Reino do Mali, o negócio mais lucrativo era o comércio de livros. No século XVI, durante a expansão marítima mercantil europeia, o Papa Paulo III declarou em 1537, na Bula “Deus Sublime”, que os “povos com quais os europeus estavam entrando em contato eram efetivamente seres humanos”, afirmação que hoje causaria estranhamento, mas que na época constituiu-se como um grande avanço.

Em seguida, Pedroso destacou que a grande reflexão a respeito do que será a “era dos Direitos Humanos” iniciou-se com o Iluminismo, ainda que os europeus tenham demorado a reconhecer os negros como verdadeiros “portadores” de direitos humanos. Para o professor, o exemplo mais concreto dessa contradição está na Revolução Francesa, que apesar do caráter libertário, excluiu os negros da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

¹ Relatoria referente a exposição do professor Almir Floriano na mediação da mesa de debate “Conflito e Direitos Humanos”.

² Colaboradora voluntária e integrante da comissão organizadora da IV SARI, bacharelada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em Jornalismo pelo Centro Universitário Franciscano (Unifra). E-mail: vedovatoanaluiza@gmail.com.

A ATUAÇÃO DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL NOS CASOS AFRICANOS¹

Ana Luiza Vedovato²

Giuliana Redin, professora do curso de Direito e do curso de Relações Internacionais da UFSM, especialista na área de Direito Internacional e Direitos Humanos, analisou o comportamento e atuação do Tribunal Penal Internacional (TPI) em relação aos casos africanos em sua fala. Giuliana destacou a importância do Tribunal Penal Internacional, como órgão permanente, para o julgamento de pessoas pela prática de crimes de lesa humanidade.

A professora abordou os limites e possibilidades do TPI atuar como órgão técnico, sem pressões políticas, questão essa que é uma das discussões mais fortes dentro da União Africana. Giuliana também destacou que recentemente foi sugerida uma possível ameaça de retirada de todos os Estados africanos do TPI, pela alegação de uma possível atuação tendenciosa da instituição em relação a líderes de países africanos, argumento esse que não se mostra sustentável ou condizente com a estrutura e dinâmica processual do Tribunal Penal Internacional.

Em sua análise, a professora citou como um dos primeiros pontos o histórico da consolidação da instituição. Para isso, Giuliana trabalhou o que no plano técnico do Direito Internacional é compreendido como as três vertentes dos Direitos Humanos Fundamentais: o Direito Internacional dos Direitos Humanos, o Direito Humanitário Internacional e o Direito dos Refugiados. O primeiro vincula os mecanismos internacionais de proteção humana em Estado estáveis, cuja responsabilidade primária cabe aos Estados, no sentido da implementação e efetivação no plano jurídico interno de direitos humanos.

Giuliana expôs que a segunda vertente tem espaço nos conflitos armados, aplicada em situação de Estados de Exceção, na proteção aos combatentes, civis, bens culturais e presos, a partir do conflito armado estabelecido. A Cruz Vermelha é o organismo

¹ Relatoria referente a exposição da Prof.^a Dr.^a Giuliana Redin na mesa de debate “Conflito e Direitos Humanos”.

² Colaboradora voluntária e integrante da comissão organizadora da IV SARI, bacharelada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em Jornalismo pelo Centro Universitário Franciscano (Unifra). E-mail: vedovatoanalui@gmail.com.

internacional – híbrido – que atua propriamente na promoção do Direito Humanitário Internacional, o que, segundo a professora, coloca-a em uma posição de neutralidade política em relação aos conflitos. Ademais, esse direito também tem tomado corpo nas crises ambientais.

Já a terceira vertente, segundo a professora, também se estabelece em situações de desestabilização política, ligadas a “estados de exceção” política e jurídica, o que força ou compele os povos ao deslocamento transfronteiriço. O país que recebe este refugiado reconhece sua situação e passa a ser obrigado a amparar o estrangeiro, o que caracteriza uma forte presença dos debates de Direitos Humanos nessa vertente.

A palestrante expôs que, no que diz respeito ao TPI, este se encontra mais próximo à proteção do Direito Humanitário Internacional, como órgão punitivo dos crimes de lesa humanidade, caracterizados pela grave violação de Direitos Humanos dirigida a grupos vulneráveis. A competência penal do TPI está nos crimes de lesa humanidade, genocídio, guerra e agressão.

Giuliana conceituou o TPI com a capacidade de uma instituição internacional julgar indivíduos por atos de rechaço internacional, que transcendem a exclusividade da soberania do Estado; inclusive, a pessoa física que ocupa algum cargo de autoridade política num Estado é exposta como pessoa física ao TPI, sem possibilidade de invocar imunidades diplomáticas. Para ser considerado pelo TPI, um fato deve se caracterizar em um dos tipos penais ou crimes de lesa humanidade estabelecidos no Estatuto de Roma de 1998 e ter ocorrido a partir 2002 (ano de vigência do TPI), a partir do que se define por competência *ratione temporis*.

“A soberania é um dos grandes desafios a ser pensado frente aos direitos humanos, e é por isso que as instituições judiciárias internacionais estabelecem como mecanismo, o princípio do esgotamento dos recursos internos”, comenta, o que não é diferente se tratando do TPI, cujo princípio se estabelece no nível da complementaridade, ou seja, a instituição atua quando não houver iniciativa do Estado em processar e julgar o crime de lesa humanidade ou diante da incapacidade desse Estado em julgá-lo. Em suas considerações finais, a professora fez uma breve análise dos países africanos envolvidos nas investigações do TPI.

COMPLEXA E SINGULAR: A ÁFRICA RETRATADA DE DENTRO¹

Ana Luiza Vedovato²

Ricardo Ossagô é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFRGS), vinculado ao Centro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) e nativo da Guiné-Bissau. Ossagô deu início a sua fala ressaltando a importância de se estabelecer uma conjuntura em que são trabalhados os Direitos Humanos e o continente africano nas Relações Internacionais.

O guineense declarou que quando fala a respeito da África, algumas coisas lhe “importam não num sentido crítico ou teórico, mas pelo sentimento” que possui em relação ao seu continente de origem. O pesquisador salientou que sua fala não seria uma análise de problemas com propostas de solução; e sim, como cientista político, fazer análises, que envolvem questões instigantes e riquíssimas em detalhes.

O palestrante debateu a respeito dos Direitos Humanos e conflitos estarem passado por uma fase em que estão “na moda”. “Se são questões humanas que existem há tanto tempo, por que só se tornaram preocupações agora?”, questionou. Para ele, é uma questão de direito fundamental, que envolve problemas universais pelos quais a África é há tempos massacrada.

O guineense destacou a importância de analisar dados antes de utilizá-los em pesquisas ou como referência, tomando cuidado com “reducionismos mutiladores”. Segundo Ossagô, muitas vezes eles não refletem a realidade do continente africano e estão recobertos pelo posicionamento e visão dos países do Norte, sob a lógica de seus interesses – tal como foi a herança histórica da “partilha da África”. Para o palestrante, esses territórios foram divididos obedecendo apenas à lógica do interesse, com a concentração de grupos rivais no mesmo território, com a segregação de famílias em territórios diferentes; e que foi a partir de então que a África conheceu o conflito e a dizimação dos Direitos Humanos.

¹ Relatoria referente a exposição de Ricardo Ossagô, na mesa de debate “Conflito e Direitos Humanos”.

² Colaboradora voluntária e integrante da comissão organizadora da IV SARI, bacharelada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em Jornalismo pelo Centro Universitário Franciscano (Unifra). E-mail: vedovatoanalui@gmail.com.

Para Ossagô, a África “ainda é vista por meio de uma série de caricaturas”, já que, em sua grande parte, é retratada por estrangeiros, pessoas externas à realidade africana e motivadas por interesses político-econômicos, em sua grande parte. O ponto principal, segundo o guineense, é que os Direitos Humanos estão sendo discutidos por conceitos “universais” que, na verdade, discriminam as particularidades e riquezas do continente africano.

UMA SALVA DE PALMAS ÀS RI E A JOSÉ FLAVIO SOMBRA SARAIVA

Ana Luiza Vedovato¹

José Flavio Sombra Saraiva foi o responsável pela palestra de encerramento da IV SARI. O professor contou que já tinha estado na cidade por conta de eventos relacionados ao Mestrado de Integração Latina Americana (MILA), algum tempo atrás, e que foi muito bom voltar e ver que mesmo com os difíceis momentos recentemente vividos, fazendo referência ao caso Kiss, viu muitas mãos solidárias numa cidade que acolhe anualmente novos estudantes, superando as adversidades que daí surgiram. O professor revelou acreditar que vive-se uma renovação na “geração que milita há 4 anos no desenvolvimento das Relações Internacionais” de Santa Maria.

Agradecendo a equipe organizadora da IV SARI, Saraiva destacou que nada é feito sem a simbiose, que move os atores e os agentes dos fenômenos, destacando a importância desses atores serem construídos e movidos pela solidariedade e não pelo “realismo bruto e cruel”, fazendo uma clara analogia às relações internacionais.

A respeito do campo de estudo, o professor caracterizou a linha das Relações Internacionais como forte, não mais tênue, e ressaltou a expansão e desenvolvimento dos estudos de Relações Internacionais no Brasil. Segundo Saraiva, Santa Maria não está longe do centro do Brasil no âmbito das relações internacionais, pois “aqui há uma geração que vem se preparando para isso”. Mencionou ainda que vivemos uma “época de luzes”, diante da ampliação de empresas brasileiras no cenário internacional que exigirão cada vez mais uma formação internacionalizada.

Saraiva declarou com otimismo que “há pela frente uma extraordinária mudança na dimensão societária das relações internacionais, que abraçam as atividades cotidianas”. Segundo ele, não vivemos mais de forma autárquica e fechada. Salientou a importância de transmitir uma mensagem de otimismo e animação, porque “somos todos colegas”, e

¹ Colaboradora voluntária e integrante da comissão organizadora da IV SARI, bacharelada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em Jornalismo pelo Centro Universitário Franciscano (Unifra). E-mail: vedovatoanalui@ gmail.com.

destacou sua preocupação na questão ao reforçar que essa realidade não é a construção de uma mensagem falsa, sem verdade. Por outro lado, enfatizou a importância de adquirir e ter certas habilidades especiais, responsáveis por compor nossos destinos e virtudes. O professor afirmou que a profissão também é uma questão de coração e sentimento, e disse: “Para mim é um presente entrar numa sala e vê-la cheia de alunos de Relações Internacionais, sendo que quando me formei, éramos em somente sete numa turma”. Ao final de sua explanação inicial, pediu uma salva de palmas às Relações Internacionais no Brasil.

José Flavio Sombra Saraiva: pensando a África desde antes "da moda"

Na segunda parte de sua fala, José Flavio Sombra Saraiva optou por resgatar alguns temas desenvolvidos pelos professores e especialistas nos dias anteriores da IV SARI. O professor declarou que é nesse ponto que entra a paixão que mencionou anteriormente: as razões que o levaram ao estudo da África. Numa época em que estudar Relações Internacionais era estudar estritamente conceitos como bipolaridade, blocos de poder, mecanismos internacionais do *hard power* e a capacidade geopolítica que os Estados tinham no sistema internacional, optar pela África como objeto de estudo foi realmente uma questão de paixão. Saraiva conta que a formação que recebeu na época era afônica em relação a vizinhança latino-americana e à fronteira atlântica, o continente africano; ao mesmo tempo em que nossos vínculos com esses fossem tão internos, enraizados e essencialmente brasileiros.

Saraiva visitou 31 países africanos. Sua tese de mestrado foi sobre as relações entre Brasil e Angola, pela The University of Birmingham. Nos anos 80, na Inglaterra, fez o doutorado em Oxford, no qual discutiu a política brasileira para a África e o discurso da *real politics*. Escreveu o livro “Formação da África contemporânea”, na época em que o assunto ainda não era considerado “da moda”, e procurou retratar o mais fielmente possível o que os africanos estavam pensando de si próprios. Nesse livro, desenvolveu um conceito de sua

autoria: o renascimento africano, uma proposta de leitura do pensamento africano em sua “extraordinária diversidade”, como Saraiva o define.

O professor deu destaque também aos movimentos de avanço de instituições democráticas na África. No período de 2011 a 2012, nas linhas de crescimento do PIB global, diante da crise norte-americana e europeia, nota-se um crescimento de cerca de 8%, que compreende a Ásia, a China e os “satélites” da China e, como segunda linha de investimento nesse período, a Sub-Saharan Africa (SSA). Saraiva aponta justamente esse investimento para justificar “a moda” em torno dos estudos de África. Como dito por ele: “a África ascendeu, naquilo que eu chamo de renascimento africano” e reforçou a necessidade de uma África que nasça para si: a “África para os africanos”.

Segundo Saraiva, os países do continente africano hoje compõem efetivamente a sociedade global, ainda que a mesma ainda seja vista como dependente ou incapaz de gerir-se nessa sociedade. O professor declara que aquilo que sonhou como o renascimento africano hoje é uma ideologia das elites africanas. Destacou que existem países que ainda passam fome e enfrentam lamentáveis níveis de pobreza, mas esse cenário não é o único encontrado no continente.

Em retórica ao exposto em palestras anteriores, Saraiva lançou um contraponto. Segundo ele, o estudo da África no Brasil “não foi uma invenção do governo Lula”. O Brasil não mudou seu discurso pra África, esse discurso existe há muito tempo e é visto como necessário desde governos anteriores. O que efetivamente se modificou foi a intensidade da relação com o continente, devido a importância que a África alcançou no sistema global. Como motivos secundários, de interesse para o país, foram citados a utilização instrumental da política externa e a busca pela ampliação do prestígio nacional, diante de uma asseveração da crise realista.

No entanto, para Saraiva, essas dimensões realistas convivem com as solidaristas. Em sua opinião, não existe mais o discurso de realismo contra liberalismo, realismo contra socialismo, e assim por diante. “Não há uma teoria que explique as relações efetivas”, declarou Saraiva, “elas surgem no conjunto que envolve as dimensões de poder e de comunicabilidade com suas vizinhanças e oportunidades”.



ANEXOS



Figura 1 - Prof. Almir Floriano Peixoto (UFSM). Foto: Alessandra Jungs de Almeida.



Figura 2 - Prof. Creomar Lima de Souza. Foto: Alessandra Jungs de Almeida.



Figura 3 - Prof. Daniel Duarte. Foto de Alessandra Jungs de Almeida.



Figura 4 - Prof.ª Dr.ª Giuliana Redin. Foto de Alessandra Jungs de Almeida.



Figura 5 - Mónica Montana Martínez. Foto: Alessandra Jungs de Almeida.



Figura 6 - Ricardo Ossagô. Foto: Alessandra Jungs de Almeida.



Figura 7 - Prof. José Flávio Sombra Saraiva. Foto: Alessandra Jungs de Almeida.

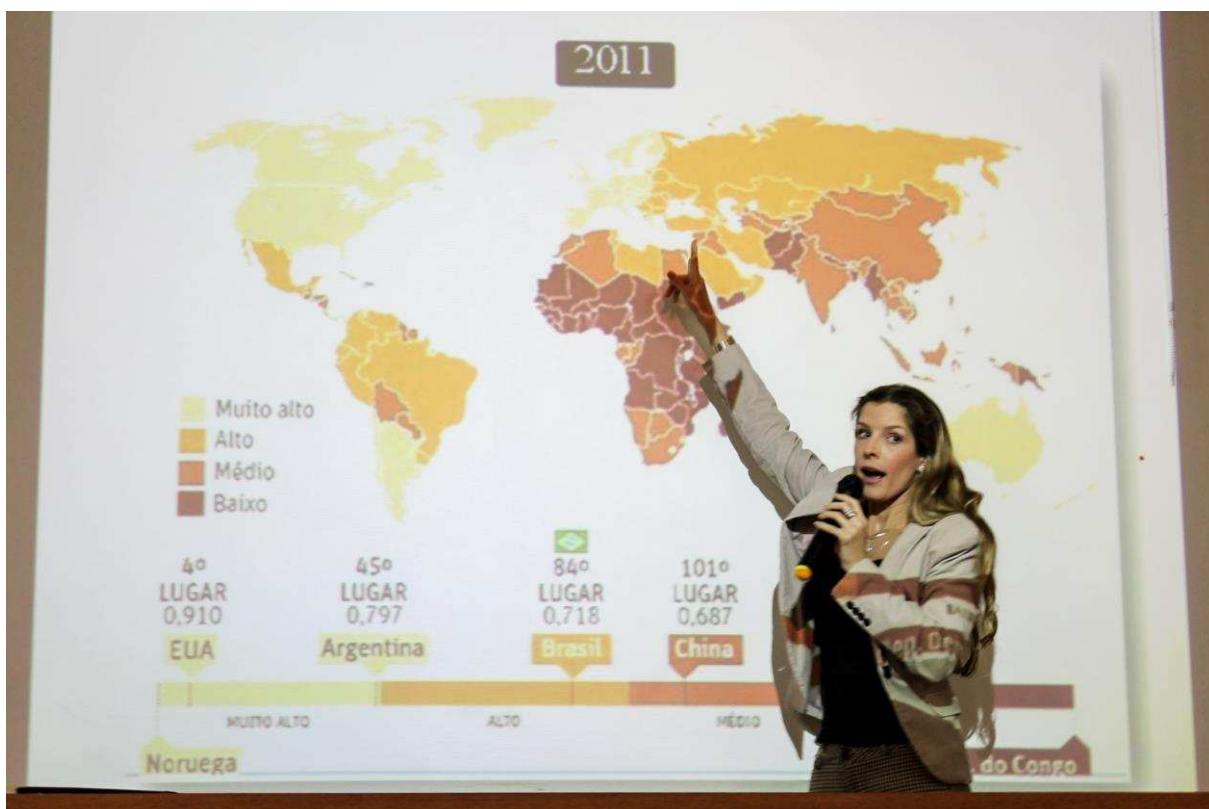


Figura 8 - Prof.ª Tatiana de Souza Leite Garcia. Foto: Alessandra Jungs de Almeida.



Figura 9 - Palestra da Prof.ª Tatiana de Souza Leite Garcia. Foto: Alessandra Jungs de Almeida.



Figura 10 - Prof. Thiago Lima. Foto: Alessandra Jungs de Almeida.



Figura 11 - Prof.ª Xaman Korai. Foto: Alessandra Jungs de Almeida.



Figura 12 - Comissão Organizadora da IV SARI com os palestrantes na abertura do evento.



Figura 13 - Comissão Organizadora na palestra de encerramento, com o Prof. José Flávio Sombra Saraiva.